

Handwritten signatures and text in blue ink, including the word "relatório" written vertically.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Relatório e Contas 2015



Handwritten signature and text in the top right corner, including a blue scribble, a black mark, and the word "control" written vertically.



Índice	
1	Mensagem do Presidente..... 6
2	Nota de abertura 8
3	Apresentação e enquadramento..... 9
3.1	Evolução Histórica da rede..... 10
3.2	Missão, Visão e Valores..... 10
3.3	Empresas do Grupo ML..... 13
4	Factos relevantes ocorridos em 2015..... 14
4.1	Síntese de indicadores de desempenho 14
5	Estrutura Organizacional 16
5.1	Organograma do ML 16
6	Atividade..... 17
6.1	Atividade Comercial 17
6.2	Comunicação e Marketing 21
6.3	Exploração Operacional 24
6.4	Segurança de exploração (<i>Safety</i>)..... 25
7	Gestão Corporativa..... 26
7.1	Segurança (<i>Security</i>)..... 26
7.2	Eficiência Energética 26
7.3	Sistema de Gestão da Qualidade 27
7.4	Auditoria Interna e Gestão do Risco 28
7.5	Recursos Materiais e Tecnológicos 29
7.6	Expansão, Modernização e Reabilitação da Rede..... 31
7.7	Inovação e Desenvolvimento 34
7.8	Relações Internacionais..... 35
8	Recursos Humanos 38
9	Situação Económica e Financeira 46
9.1	Fluxos Financeiros 46
9.2	Investimento Realizado 48
9.3	Estrutura Patrimonial 49
9.4	Gestão de Risco Financeiro 50
9.5	Resultados Globais da Empresa 52
9.6	Produtividade..... 57
10	Governo Societário 58
11	Cumprimento de Orientações Legais 59
12	Notas Finais 78
12.1	Agradecimentos 78
12.2	Proposta de Aplicação de Resultados 78

ANEXO: Demonstrações Financeiras e respetivo Anexo, para o período findo em 31-12-2015 e 31-12-2014



Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "AR" and "BR" in blue ink.
 - Middle right: "R" in blue ink.
 - Bottom left: "J. Santos" in black ink.

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição percentual das receitas por título de transporte	19
Gráfico 2 - N.º de ocorrências com passageiros por milhão de passageiros transportados	26
Gráfico 3 - Evolução das deslocações internacionais	35
Gráfico 4 - Efetivo por vínculo laboral	39
Gráfico 5 - Evolução do efetivo vs evolução da rede	40
Gráfico 6 – Evolução do Valor Atual das Responsabilidades com Serviços Passados (V.A.R.S.P.)	42
Gráfico 7 - Evolução da taxa de absentismo	43
Gráfico 8 - Evolução da taxa de trabalho suplementar	44
Gráfico 9 - Distribuição do endividamento	51
Gráfico 10 - Maturidade do Financiamento	51
Gráfico 11 - Taxa de juro implícita	52
Gráfico 12 - Evolução dos Rendimentos Operacionais	53
Gráfico 13 - Evolução dos Gastos Totais	56

Índice de Quadros

Quadro 1 - Evolução do número de passageiros transportados	18
Quadro 2 - Evolução das receitas de transporte	19
Quadro 3 - Evolução da oferta	24
Quadro 4 - Evolução da eficiência na exploração	25
Quadro 5 - Consumos de energia	27
Quadro 6 - Custos de energia	27
Quadro 7 - Eficiência energética	27
Quadro 8 - Frota de Material Circulante	29
Quadro 9 - Disponibilidade do material circulante	29
Quadro 10 - Disponibilidade da infraestrutura	29
Quadro 11 - Rede atual e futura	31
Quadro 12 - Motivos das saídas	39
Quadro 13 - Efetivo por áreas da Empresa	40
Quadro 14 - Reduções remuneratórias	41
Quadro 15 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial	41
Quadro 16 - Evolução do pessoal ativo e inativo	41
Quadro 17 - Acidentalidade laboral no ML	42
Quadro 18 - Sinistralidade nos empreendimentos do ML	43
Quadro 19 - Formação	44
Quadro 20 - Conflitualidade laboral	45
Quadro 21 - Variação de caixa e seus equivalentes	47
Quadro 22 - Atividade de Financiamento	47
Quadro 23 - Despesa de Investimento	48
Quadro 24 - Evolução do Investimento	48
Quadro 25 - Ativo Total	49
Quadro 26 - Passivo Total e Capitais Próprios	49
Quadro 27 - Rating do ML	50
Quadro 28 - Estrutura do Passivo Remunerado	50
Quadro 29 - Resultados	52
Quadro 30 - Rendimentos Operacionais	54
Quadro 31 - Gastos Operacionais	54

Quadro 32 - Gastos com Pessoal	55
Quadro 33 - Resultados Financeiros	56
Quadro 34 - Plano de Redução dos Gastos.....	57
Quadro 35 - Indicadores de Produtividade.....	57
Quadro 36 - Grelha resumo das boas práticas do governo societário	58
Quadro 37 - Objetivos de gestão 2015	59
Quadro 38 - Variação do endividamento.....	60
Quadro 39 - Financiamento	60
Quadro 40 - Passivo remunerado	60
Quadro 41 - Prazo médio de pagamentos a fornecedores	61
Quadro 42 - Pagamentos em atraso	61
Quadro 43 - Identificação dos membros do Conselho de Administração	62
Quadro 44 - Acumulação de funções.....	62
Quadro 45 - Estatuto do Gestor Público	62
Quadro 46 - Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração	63
Quadro 47 - Benefícios sociais	63
Quadro 48 - Gastos com comunicações móveis	63
Quadro 49 - Encargos com viaturas	63
Quadro 50 - Gastos anuais associados a viaturas	63
Quadro 51 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço	64
Quadro 52 - Identificação dos membros do Conselho de Administração	64
Quadro 53 - Acumulação de funções.....	65
Quadro 54 - Estatuto do Gestor Público	65
Quadro 55 - Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração	66
Quadro 56 - Benefícios sociais	66
Quadro 57 - Gastos com comunicações móveis	66
Quadro 58 - Encargos com viaturas	66
Quadro 59 - Gastos anuais associados a viaturas	67
Quadro 60 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço	67
Quadro 61 - Identificação dos membros do Conselho Fiscal	67
Quadro 62 - Remuneração anual.....	68
Quadro 63 - Identificação do SROC/ROC	68
Quadro 64 - Remuneração anual	68
Quadro 65 - Identificação e remuneração do auditor externo.....	68
Quadro 66 - Estatuto do Gestor Público	69
Quadro 67 - Parque de veículos do ML.....	71
Quadro 68 - Plano de redução de custos	72
Quadro 69 - Cumprimento das recomendações do TC I.....	73
Quadro 70 - Cumprimento das recomendações do TC II.....	74
Quadro 71 - Informação que consta do site do SEE (portal da DGTF)	75
Quadro 72 - Cumprimentos das orientações legais I.....	76
Quadro 73 - Cumprimentos das orientações legais II.....	77

Siglas e Acrónimos

Sigla / Acrónimo	Significado
AE	Acordo de empresa
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMT	Associação Mobilidade e Transportes
ANA	ANA Aeroportos de Portugal
APEL	Associação Portuguesa de Editores e Livreiros
AVAC	Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado
CA	Conselho de Administração
CASA	Centro de Apoio ao Sem-Abrigo
CCDTML	Centro cultural e desportivo dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa
CCP	Código dos contratos públicos
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVMC	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
CO ₂	Dióxido de carbono
CP	Comboios de Portugal
CPC	Conselho de prevenção de corrupção
DC	Despacho conjunto
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
EBITDA	Resultado operacional sem amortizações e provisões (e ajustamentos, caso existam)
ECSI	European Customer Satisfaction Index
EDP	Electricidade de Portugal
EGP	Estatuto de Gestor Público
EMEF	Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário
EMEL	Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, e.m. sa.
EPAL	Empresa Pública de Águas de Lisboa
EPE	Entidade pública empresarial
EPR	Entidade pública reclassificada
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGRF	Instrumentos de gestão de risco financeiro
ILD	Infraestrutura de longa duração
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituições particulares de solidariedade social
ISC	Índice de satisfação do cliente
ISCTE	Instituto universitário de Lisboa
IUTP	União Internacional dos Transportes Públicos
KPI	Indicador chave de desempenho
kWh	Quilowatt-hora
LCPA	Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso
MAVT	Máquinas de Venda Automática
MK	Missão Kanimambo
MKBF	Quilometragem média entre falhas (<i>Mean kilometre between failures</i>)
ML	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
ML 90/95/97/99	Material circulante das séries de 1979, 1990, 1995 e 1999, respetivamente
MTBF	Tempo médio entre falhas (<i>Mean time between failures</i>)
NP / NP EN	Normas portuguesas
O.G.E.	Orçamento Geral do Estado
O/D	Origem / Destino
OCS's	Órgãos de Comunicação Social
ODS	Substâncias que empobrecem a camada de ozono (<i>Ozone Depleting Substances</i>)
OPRLO	Opção pela Remuneração do Lugar de Origem
OS	Órgãos sociais
OSIRIS	Projeto europeu para a melhoria da gestão de crises ambientais
PBG	Princípios de Bom Governo
PDE	Procedimento dos défices excessivos
PDF	Portable Document Format

Sigla / Acrónimo	Significado
PIB	Produto interno bruto
PLAGO	Sistema de planeamento e gestão de pessoal, de horários e de material circulante
PMO	Parque de material e oficinas
PMP	Prazo médio de pagamentos
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
POC	Plano oficial de contabilidade
POCP	Plano oficial de contabilidade pública
POGSE	Plano de organização e gestão da segurança da empresa
PPRCIC	Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PSG	Programa de Gestão do Sistema
RCC	Regulamento de circulação de comboios
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REN	Rede Elétrica Nacional
ROC	Revisor Oficial de Contas
RS	Regulamento de sinalização
RSPVE	Regulamento de segurança de pessoal nas vias eletrificadas
RURT	Regulamento de utilização das redes de telecomunicações
SADI	Sistema Automático de Detecção de Incêndios
SAP BW	Módulo do sistema SAP - Business Warehouse
SAP PM	Módulo do sistema SAP - Programa da manutenção
SAP R/3	Sistema que oferece um conjunto de módulos com diversas aplicações de negócio
SEE	Setor empresarial do Estado
SEOPTC	Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações
SETF	Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
SFA	Serviços e fundos autónomos
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGQA	Sistema de Gestão da Qualidade e do Ambiente
SIMAS	Serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos Municípios de Oeiras e Amadora
SIRIEF	Recolha de Informação Económica e Financeira
SNC	Sistema de normalização contabilística
SROC	Sociedade de Revisores Oficial de Contas
SSIT	Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas
SWOT	Forças (<i>Strengths</i>) / Fraquezas (<i>Weaknesses</i>) / Oportunidades (<i>Opportunities</i>) / Ameaças (<i>Threats</i>)
TC	Tribunal de Contas
ton.	tonelada
TSU	Taxa Social Única
UT	Unidades triplas
VAR.S.P.	Valor atual das responsabilidades com serviços passados
VA	Vista Alegre Atlantis

1 Mensagem do Presidente

O presente relatório refere, com detalhe e rigor, a atividade do Metropolitano de Lisboa e os resultados obtidos, no exercício de 2015, ano em que a Empresa completou 56 anos ao serviço da cidade de Lisboa. O ano de 2015 ficou caracterizado pela implementação de um novo projeto de gestão, no âmbito do desenvolvimento estratégico do setor dos transportes, subordinado a um objetivo global de incremento da interoperabilidade entre os diversos modos de transporte público na área metropolitana de Lisboa, aliado ao foco de racionalização de custos nas empresas do setor. Foi, efetivamente, no início de 2015, que o referido projeto “Transportes de Lisboa”, que já abrangia as sociedades Carris e Metropolitano de Lisboa, integrou a sociedade Transtejo – Transportes Tejo, S.A. (Transtejo) e a sua participada Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes (Soflusa). Resultando dessa aposta de integração, e considerando o regime de acumulação de funções previsto, os conselhos de administração destas quatro sociedades (Carris, ML, Transtejo e Soflusa), passaram a ser integrados pelos mesmos membros, desde de 8 de janeiro de 2015.

A partir de maio de 2015, o exercício da Empresa caracterizou-se por uma alteração profunda no modelo de gestão, salientando-se a criação de uma macroestrutura comum e a redistribuição física dos seus colaboradores pelos vários edifícios das empresas integradas (Carris, ML e Transtejo), subjacentes a uma lógica de concentração por unidade orgânica. Neste sentido, procurou-se a consolidação de um modelo de gestão integrada, procurando-se obter ganhos de eficiência e de produtividade internas, através de uma estrutura de serviços partilhados comuns às quatro empresas.

Num contexto em que se assistiu a alguma recuperação dos níveis de confiança, com indícios de um ligeiro crescimento económico, o ano de 2015 caracterizou-se por um aumento global do número de passageiros transportados. Particularizando, ao nível da procura, o ano de 2015 manteve a tendência de acréscimo, verificado a partir do ano de 2011, tendo os passageiros transportados, apurados pelas validações, aumentado 3%, face a 2014.

Em termos de oferta, o ano de 2015 foi um ano de consolidação, quer dos horários de trabalho, quer dos horários de expedição de comboios, que tinham sido alterados no decorrer de 2014. A oferta de serviço público, assim como o número de circulações global, sofreram um ligeiro crescimento. Contudo, o ano de 2015 destaca-se, também, pela ocorrência de greves e a redução do quadro de trabalhadores, factos que contribuíram para a deterioração da taxa de realização de circulações de comboios.

Ao nível dos Rendimentos de Serviço Público, assistiu-se a uma ligeira recuperação, principalmente devido ao aumento de passageiros transportados com título pago, que permitiu um acréscimo de 2,6 milhões de euros (+3,0%) de receita gerada pela venda de passes e bilhetes, face a 2014.

Também em 2015, a Empresa deu continuidade à prossecução de uma política de contenção de custos, o que permitiu uma redução nos gastos operacionais de 7,5%, face a 2014, sendo que a mesma não foi suficiente para permitir melhorar o resultado operacional da Empresa, que foi de -13,57 milhões de euros, agravado, pela supressão das Indemnizações Compensatórias.

Pese embora os resultados alcançados, a sustentabilidade da Empresa a níveis operacionais perdeu robustez, uma vez que os investimentos em manutenção e em grandes reparações foram claramente insuficientes, assim como a política de redução de trabalhadores que seguiu a estratégia já adotada em anos transatos. De facto, a Empresa assistiu a um decréscimo considerável do seu efetivo de trabalhadores, com particular impacto nas áreas operacionais, no período compreendido entre 2010 e 2015, tendo-se verificado uma variação negativa de cerca de 15% de trabalhadores da manutenção, cerca de 10% no número de maquinistas e superior a 15% no número de agentes de tráfego e operadores comerciais.

Independentemente das adversidades, o Metropolitano contou sempre com o empenho e com a dedicação dos seus cerca de 1.400 colaboradores que, trabalhando em equipa, representaram um fator determinante para os resultados de integração e operação alcançados em 2015. Nesse aspeto a atual administração não pode deixar de louvar o esforço e o empenho dos colaboradores do Metro evidenciados num ano adverso, em termos de operação e gestão interna, com alterações profundas nas atividades e nas rotinas diárias de muitos, mas cuja missão de base nunca foi questionada - a prestação de um serviço de transporte público integrado, sustentável, eficiente e confortável.

É, assim, devida uma palavra de agradecimento aos colaboradores do Metro que, com a sua dedicação e esforço diários, fazem da Empresa uma entidade de referência no domínio da mobilidade urbana.

Uma palavra de agradecimento é, também, devida às empresas participadas FERCONSULT e METROCOM, pelo contributo que têm dado para o desempenho do Metropolitano de Lisboa.

Por último, um agradecimento, também, aos diferentes titulares dos órgãos sociais que, em estreita cooperação com o Conselho de Administração, sempre trabalharam com o objetivo de assegurar o bom funcionamento da empresa.

O Presidente do Conselho de Administração



Eng.º Tiago Lopes Farias



2 Nota de abertura

Na sequência do novo enquadramento governativo, decorrente do programa do XXI Governo Constitucional para o mandato 2016-2019, salienta-se o desenvolvimento de uma nova política de transportes, tendo como principal consequência, a necessidade de estabelecer a inversão das anteriores políticas económicas e sociais e o desenvolvimento, pelo novo executivo, de um conjunto de medidas de relançamento da economia portuguesa. Deste facto, e considerando de um modo particular a definição de um novo modelo de Gestão para o setor dos transportes públicos coletivos, destaca-se o novo enquadramento ministerial do setor com inclusão, sob a tutela do Ministério do Ambiente, da responsabilidade pelas políticas de transportes urbanos e habitação.

No âmbito da Lei Orgânica deste Governo, publicada pelo Decreto-Lei nº 251-A, de 17 de dezembro de 2015, foi determinada a transição da tutela operacional do setor dos transportes, do Ministério da Economia para o Ministério do Ambiente, medida que visou assegurar um dos grandes objetivos do programa, a “descarbonização da economia”, pela via do desenvolvimento de um sistema de mobilidade sustentável, reforçando as competências das autarquias locais na área dos transportes, implicando como medida prioritária, a reversão dos processos de subconcessão que se encontravam projetados para o exercício de 2015.

O desenvolvimento desta nova política de transportes ditou, ainda, a necessidade de nomear uma nova equipa para o Conselho de Administração das empresas de transportes de Lisboa, alinhada com os princípios de Gestão definidos pelo Ministério do Ambiente.

A nomeação dos novos membros do Conselho de Administração para o mandato 2016-2018 foi aprovada no Conselho de Ministros de 07 de janeiro de 2016:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Nomeação 07-01-2016

Presidente	Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias
Vogal	Luís Carlos Antunes Barroso
Vogal	José Realinho de Matos
Vogal	Maria Helena Arranhado Carrasco Campos
Vogal	António Manuel Domingues Pires

Pelo exposto, considera-se adequado apresentar referência ao Conselho de Administração que acompanhou o desenvolvimento da atividade da empresa ao longo do exercício de 2015, considerando que o mesmo cessou funções em 07 de janeiro de 2016, na sequência da designação dos atuais membros, e que por esse motivo, não ratificará este documento de prestação de contas:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Nomeação 08-01-2015

Presidente	Rui Lopes Loureiro
Vogal	Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal	Tiago Alexandre Carvalho dos Santos
Vogal	Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal	José Rui Roque

[Handwritten signatures and initials]

3 Apresentação e enquadramento

Inaugurado em 29 de dezembro de 1959, o sistema de transporte metro consistia numa linha em Y constituída por dois troços distintos, Sete Rios (atualmente Jardim Zoológico) / Rotunda (atualmente Marquês de Pombal) e Entre Campos / Rotunda (Marquês de Pombal), confluindo num troço comum, Rotunda (Marquês de Pombal) / Restauradores.

O 1.º escalão de construção da rede foi concretizado em fases sucessivas, entrando em exploração o troço Restauradores/Rossio (1963), o troço Rossio/Anjos (1966) e a ligação Anjos/Alvalade (1972).

A sociedade Metropolitano de Lisboa (ML ou METRO) resultou da nacionalização, em 1975, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L., pelo Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho. Posteriormente, em 1978, pelo Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro, que aprovou os respetivos estatutos, foi constituída a empresa pública com a denominação de Metropolitano de Lisboa, E.P..

Em 1988, dezasseis anos depois da última inauguração foram abertas ao público duas novas extensões, Sete Rios (Jardim Zoológico) / Colégio Militar/Luz e Entre Campos / Cidade Universitária. Ao longo da década de 90 a expansão continuou, marcada pela abertura da linha Vermelha em 1998, sendo esta a primeira linha completamente independente a ser inaugurada desde a entrada em exploração da rede, em 1959.

Através do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho de 2009, foi alterado o regime jurídico aplicável ao ML, tendo sido aprovados novos estatutos, como entidade pública empresarial (E.P.E.), dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. A empresa passou então a ser denominada Metropolitano de Lisboa, E.P.E..

No final de 2015, a Empresa operava através de uma rede composta por quatro linhas, com cerca de 43,2 km de comprimento e 55 estações.

Ilustração 1: Diagrama de rede



3.1 Evolução Histórica da rede

1959 – Abertura à exploração da rede de metro, sob a forma de Y, com 6,5 km e onze estações, ao longo de dois eixos distintos, Sete Rios/ Rotunda e Entre Campos/Rotunda, confluindo ambos no troço comum, Rotunda/Restauradores;

1993 – Extensão Cidade Universitária/Campo Grande e Alvalade/Campo Grande. A estação Campo Grande é a primeira estação elevada da rede;

1995 – Desconexão do nó da Rotunda. Passam a existir duas linhas distintas;

1997 – Extensões Colégio Militar/Pontinha (linha Azul) e Rotunda/Rato (linha Amarela);

1998 – Troço Rossio/Baixa-Chiado/Cais do Sodré (linha Verde). É inaugurada a primeira linha completamente independente (linha Vermelha);

2002 – Troço Campo Grande/Telheiras (linha Verde);

2004 – Inauguração dos troços Campo Grande/Odivelas (linha Amarela) e Pontinha/ Amadora Este (linha Azul). O ML sai, pela primeira vez, dos limites do concelho de Lisboa;

2007 – Extensão Terreiro do Paço/Santa Apolónia (linha Azul);

2009 – Troço Alameda/S. Sebastião (linha Vermelha) e a interseção com as restantes linhas, formando-se uma verdadeira rede de metro;

2012 – Extensão Oriente/Aeroporto (linha Vermelha), com 3,6 km de rede e três novas estações – Moscavide, Encarnação e Aeroporto.

3.2 Missão, Visão e Valores

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma Entidade Pública Empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, rege-se por estatutos próprios¹ e pela lei aplicável às empresas públicas.

Missão

Prestar um Serviço de Transporte Público de Passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

Visão

Ser o operador de transporte público estruturante e garante da mobilidade urbana de Lisboa, segundo os melhores padrões de qualidade, segurança e eficácia económica, social e ambiental.

Valores

I. Inovação e Desenvolvimento:

- Procura contínua de novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente.

¹ Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

II. Responsabilidade:

- Ambiental: ao nível do rendimento energético e garantia da proteção ambiental decorrentes da atividade desenvolvida;
- Social: ao nível da mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa;
- Económica: garantia da sustentabilidade da Empresa, numa perspetiva empresarial e laboral.

III. Qualidade:

- Através da criação de valor e utilidade do serviço ao cliente.

IV. Rígor e Integridade:

- Promoção de práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto Organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental;
- Cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança.

V. Competência e Segurança:

- Manter e reforçar a imagem e credibilidade da Empresa como fator de afirmação externa e interna;
- Garantir a segurança integrada de pessoas e bens.

O Metro de Lisboa assume a sua missão com os seus clientes no cumprimento da “Carta do Cliente” na qual a Empresa assume os seguintes compromissos:

I. Oferta de serviço de transporte:

- Propor os desenvolvimentos da rede que melhor correspondam às necessidades de mobilidade na área metropolitana de Lisboa;
- Implementar horários de comboios que respondam eficazmente à procura existente.

II. Segurança:

- Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte;
- Em permanente colaboração com as forças da autoridade, assegurar a implementação das medidas necessárias para garantir a segurança dos clientes nos comboios e estações.

III. Regularidade:

- Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação, seja por motivos decorrentes da própria operação seja por fatores externos.

IV. Informação e apoio ao cliente:

- Disponibilizar de uma forma clara, perceptível e rigorosa, em espaços próprios de estações e comboios e nos demais suportes de comunicação com o cliente, toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço.

V. Disponibilidade dos equipamentos:

- Assegurar que os equipamentos existentes nas estações - designadamente elevadores, escadas e tapetes rolantes, equipamentos de venda e canais de acesso - se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível.

VI. Limpeza e conservação:

- Garantir que as estações, comboios e equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente vistoriados e limpos.

VII. Recursos humanos:

- Garantir a formação inicial e contínua dos recursos humanos ao serviço do Metro, para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando a condução dos comboios em condições de segurança conforto e atendendo os clientes com qualidade e rigor.

VIII. Acessibilidades:

- Em colaboração com as entidades competentes, assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade daqueles clientes cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida; para estes últimos, está a ser desenvolvido um programa gradual de implementação de acessibilidades nas estações ainda não preparadas para o efeito.

IX. Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações;
- Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria, providenciando em tempo útil a respetiva resposta.

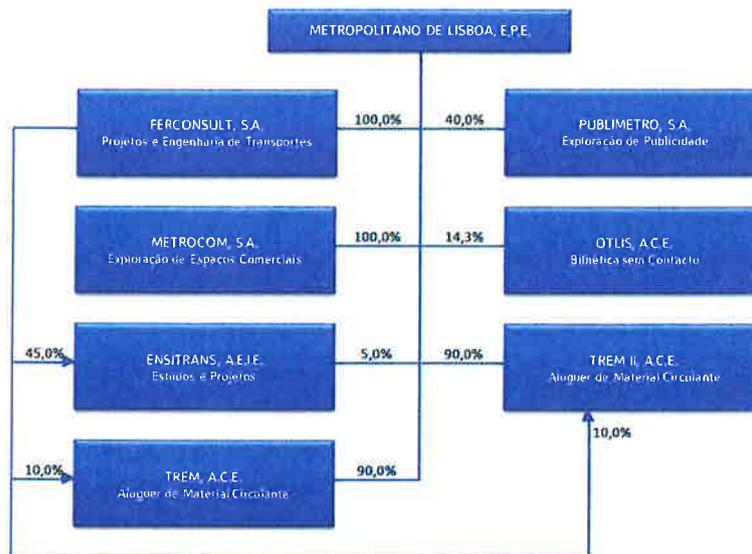
A colaboração dos clientes é fundamental para atingir os índices de qualidade propostos. A utilização do Metro pressupõe o respeito por parte dos clientes de regras simples que permitirão uma melhor qualidade do serviço prestado, com benefícios para todos. Assim, os clientes devem:

- Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo a um agente do Metro sempre que for solicitado;
- Validar sempre o título de transporte, à entrada e saída das estações. Se não o fizer, o cliente incorre numa situação de transgressão;
- Não fumar nas instalações e comboios do Metro. Se o fizer, o cliente estará a incorrer em infração prevista e punida por lei;
- Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais, bicicletas e outros objetos particulares que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
- Passar os canais de acesso com cuidado, esperando que as portas se encerrem após a passagem do cliente anterior, antes de validar o seu título;
- Não entrar ou sair dos comboios após o aviso sonoro e luminoso de fecho de portas;
- Permitir que os canais de acesso às estações e lugares dos comboios destinados a clientes com mobilidade reduzida sejam utilizados apenas por aqueles a que se destinam;
- Ajudar a manter as estações e comboios limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;
- Comportar-se de um modo responsável e cumpridor, seja relativamente a outros clientes, seja em relação aos agentes ao serviço do Metro, respeitando sempre as indicações que estes transmitam.

[Handwritten signatures and initials]

3.3 Empresas do Grupo ML

Diagrama de participações do ML em 31 de dezembro de 2015:



O Grupo METRO é formado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e pelas suas subsidiárias, entidades sobre as quais o METRO exerce um controlo, que se consubstancia no poder de definir as políticas financeiras e operacionais dessas entidades, de forma a obter benefícios decorrentes das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

Assim, o METRO detém a totalidade do capital da subsidiária FERCONSULT, S.A. - Projetos e Engenharia de Transportes, empresa especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atua nos mercados nacional e internacional.

O METRO detém direta e indiretamente, através da sua participada FERCONSULT, uma participação de 50% do capital da empresa ENSITRANS, A.E.I.E., cujo objeto principal consiste no desenvolvimento de estudos e projetos.

O METRO detém direta e indiretamente, através da sua participada FERCONSULT, uma participação na TREM, ACE de (100% do capital da empresa) e na TREM II, ACE (100% do capital da empresa) cujo objeto principal consiste na aquisição e locação de equipamento ferroviário para o ML.

Pertence também ao Grupo METRO a empresa METROCOM, S.A. – Exploração de Espaços Comerciais, cujo objeto é promover e comercializar espaços adequados, existentes na rede de metro de Lisboa, gerir os contratos, nomeadamente no que respeita a lojas, escritórios, vitrinas, programar e organizar novas formas de comercialização de produtos nas estações e demais espaços da rede como eventos ocasionais (feiras de livros e outras) e ações promocionais.

O METRO detém ainda participações no capital da PUBLIMETRO, S.A, (40%), empresa para exploração publicitária de meios, nos veículos e espaços METRO e na OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa (Agrupamento Complementar de Empresas) tem como objeto principal o desenvolvimento, implementação e gestão de novas tecnologias na área da bilhética sem contacto. Responsável pelo Sistema VIVA, presta serviços a mais de duas dezenas de empresas nas áreas da mobilidade e transporte. A OTLIS é detida em partes iguais por Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Companhia Carris de Ferro, S.A, CP - Comboios de Portugal, E.P.E., Transtejo / Soflusa, S.A., Barraqueiro Transportes, S.A., Transportes Sul do Tejo, S.A. e Rodoviária de Lisboa, S.A..

4 Factos relevantes ocorridos em 2015

O exercício de 2015 foi caracterizado pelo desafio associado a um novo projeto de gestão, no âmbito do desenvolvimento estratégico do Setor dos Transportes, subordinado ao objetivo de “incremento da interoperabilidade entre os diversos modos de transporte público na área metropolitana de Lisboa, aliado ao foco de racionalização de custos nas empresas do setor”.

O Plano Estratégico dos Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, previa a constituição de uma entidade denominada “Transportes de Lisboa, E.P.E.”, resultado da fusão entre o ML e a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. (Carris). Neste sentido, o Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio, veio estabelecer o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos Conselhos de Administração destas duas empresas.

Em 2015 o referido projeto “Transportes de Lisboa”, abrangendo as sociedades ML e Carris, integrou a sociedade Transtejo – Transportes Tejo, S.A. (Transtejo) e a sua participada Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes (Soflusa).

Com efeito, considerando o regime de acumulação de funções previsto no Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro, os Conselhos de Administração destas quatro sociedades (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa), passaram a ser integrados pelos mesmos membros, a partir de 8 de janeiro de 2015, data em que foram nomeados por Resolução do Conselho de Ministros. Com base nesta nomeação, o Conselho de Administração do ML passou a ser composto por cinco administradores executivos.

Como adiante se explicará, o exercício de 2015 constituiu um marco relevante no modelo de gestão desta sociedade, salientando-se a alteração da Macroestrutura e a redistribuição física dos colaboradores da Empresa pelos vários edifícios das empresas integradas (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa), subjacentes a uma lógica de concentração por unidade orgânica.

Neste sentido, manteve-se a gestão integrada, consolidando o desenvolvimento da qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, de modo a reforçar a complementaridade modal e a intermodalidade, tendo em vista a obtenção de importantes ganhos de eficiência e de produtividade.

Em 2015 foi dada continuidade à missão de concretização dos objetivos definidos no PET e PETI 3+ Plano Estratégico de Transportes, para o transporte urbano na Área Metropolitana de Lisboa.

4.1 Síntese de indicadores de desempenho

No plano tarifário, apesar da manutenção das tarifas dos títulos, verificou-se um acréscimo de receita de 2,7%, potenciado pelo aumento da procura.

Ao nível da procura, o ano de 2015 manteve a tendência de acréscimo, verificado a partir do ano de 2011, tendo os passageiros transportados, apurados pelas validações, aumentado 3,1%, face a 2014.

Ao nível dos resultados do ML, verificou-se um EBITDA, corrigido de um conjunto de rubricas non-cash, de -7,21 milhões euros, que face a 2014 representa um agravamento de 37,38 milhões de euros.

No que respeita às indemnizações compensatórias, assinala-se o recebimento de 1.847.805 euros, relativo a compensação pelos descontos efetuados nos títulos "4_18@escola.tp", sub23@superior.tp e "Social +", representando uma redução do apoio financeiro do Estado de cerca de 1.413% (menos 26,1 milhões de euros face ao montante recebido no ano anterior, respeitante ao Subsídio à Exploração).



INDICADORES DE ATIVIDADE		2013	2014	2015	Var. 2015/2014	
					Abs	%
Indicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados)	10 ³	140 435	140 090	-	-	-
PT (Passageiros Transportados) (comparáveis com 2015) *	10 ³	132 413	135 012	139 028	4 016	3,0
PKT (Passageiros x km)	10 ³	639 754	650 711	-	-	-
PKT (Passageiros x km) (comparáveis com 2015) *	10 ³	678 528	675 173	667 981	(7 192)	(1,1)
Indicadores de OFERTA						
LKO (Lugares x km)	10 ⁶	2 752	2 802	2 865	63	2,3
Qualidade de Serviço						
Regularidade	%	87,8	86,5	84,6	-	(1,9) p.p.
Taxa de Ocupação	%	23,2	23,2	23,3	-	0,1 p.p.
INDICADORES DE RH						
Nº de efetivos a 31.Dez	Un.	1 451	1 426	1 381	(45)	(3,2)
Número médio de efetivos	Un.	1 490	1 439	1 408	(31)	(2,2)
Massa Salarial	m€	46 000	44 130	44 126	(4)	0,0
Indemnizações por Rescisão	m€	2 982	969	1 354	385	39,7
ESTRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	M€	1 079,2	1 628,9	1 818,1	189,3	11,6
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	M€	4 697,9	4 990,5	5 092,3	101,8	2,0
Ativo corrente	M€	106,3	101,0	78,0	(23,0)	(22,8)
Total Ativo	M€	4 804,2	5 091,4	5 170,3	78,9	1,5
Capital Próprio	M€	(454,2)	9,4	107,2	97,8	1 040,8
Passivo	M€	5 258,4	5 082,0	5 063,1	(19,0)	(0,4)
Total Capital Próprio e Passivo	M€	4 804,2	5 091,4	5 170,3	78,9	1,5
INVESTIMENTOS						
Infraestruturas de Longa Duração	M€	1,6	6,3	13,4	7,1	112,0
Renovação e Beneficiação de Frota	M€	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outros Investimentos	M€	0,6	2,5	0,6	-1,9	(74,5)
DESPESA DE INVESTIMENTO	M€	2,2	8,8	14,0	5,2	58,7
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Passivo Remunerado	M€	4 281	3 823	3 724	(99,8)	(2,6)
Autonomia Financeira %	%	(9,46)	0,18	2,07	-	1,9 p.p.
Solvabilidade %	%	(8,64)	0,18	2,12	-	1,9 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS						
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	34	17	20	3	16,5
Volume de Negócios	M€	81,1	89,9	92,0	2,1	2,3
EBITDA (ajustado) ¹	M€	7,57	30,17	(7,21)	(37,38)	(123,9)
Margem do EBITDA	%	62,1	29,5	11,4	-	(61,3) p.p.
Rendimentos Operacionais (ajustados) ²	M€	154,8	135,5	105,7	(29,7)	(22,0)
Gastos Operacionais (ajustados) ³	M€	104,1	94,1	103,9	9,8	10,5
Gastos Operacionais (ajustados) por Passageiro Transportado	€	0,74	0,67	0,75	0,08	11,3
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (ajustados)	%	148,7	144,0	101,7	-	(29,4) p.p.

1) Exclui Provisões e efeitos extraordinários

2) Exclui Reversões, Ajustamentos e Subsídios ao investimento

3) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações + Complementos de reforma e Plano de Pensões + indemnizações por rescisão

* Valores reexpressos para os anos 2014 e 2013, obtidos através das validações, para serem comparáveis com 2015.

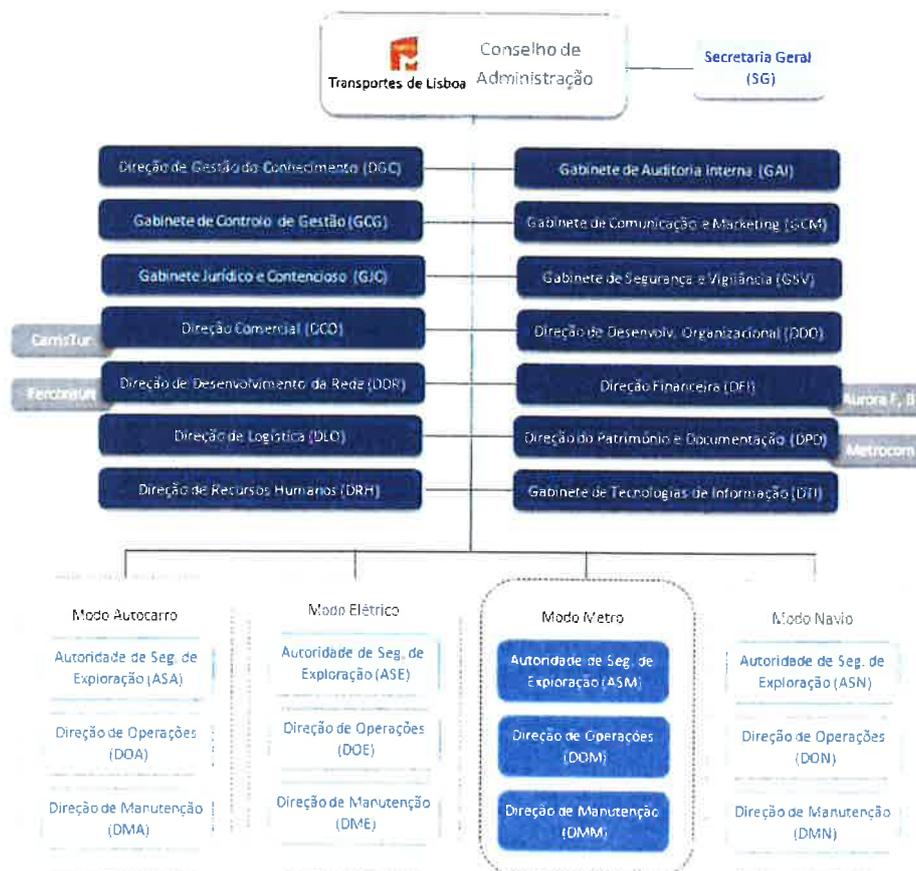
5 Estrutura Organizacional

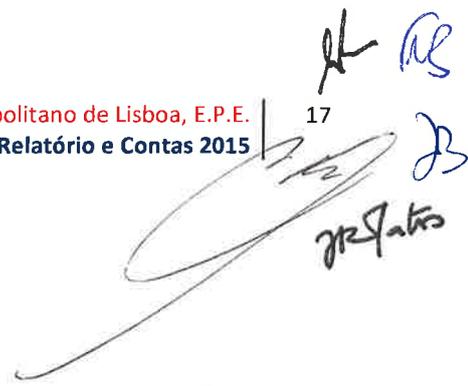
O projeto de gestão conjunta das empresas de transportes de Lisboa pressupunha a implementação de um novo modelo organizacional, procurando maximizar sinergias, otimizar recursos e alcançar melhorias ao nível da contenção de gastos operacionais. Destaca-se, neste sentido, o projeto de gestão integrada de serviços partilhados, otimização da gestão dos recursos humanos das áreas corporativas, uniformização de procedimentos, desmaterialização de processos e melhorias ao nível dos sistemas de informação.

Considerando a nomeação de um Conselho de Administração comum às referidas empresas, foi aplicado a partir de 18 de maio de 2015 um novo Modelo Organizacional, consubstanciado num Manual de Organização que enquadrava as atribuições da nova Macroestrutura. Neste documento de enquadramento foram ainda aprovadas as dependências hierárquicas e funcionais dos novos órgãos de Direção, nomeados os seus responsáveis e aprovado o respetivo estatuto remuneratório.

Como principal característica deste novo Modelo Organizacional, comum às quatro empresas, destaca-se a concentração das áreas corporativas e de suporte, tendo os colaboradores do ML sido integrados em equipas transversais numa lógica de serviços partilhados. Este modelo manteve, porém, individualizado cada um dos 4 modos de transporte (Autocarro, Elétrico, Metropolitano e Navio), numa perspetiva de posterior subconcessão da operação, que numa primeira fase se encontrava prevista para o modo Metro e Autocarro.

5.1 Organograma do ML





6 Atividade

6.1 Atividade Comercial

6.1.1 Enquadramento

De modo a consolidar o aumento da procura cada vez mais sustentada, a estratégia comercial da Empresa centrou-se na fidelização dos atuais clientes, bem como na captação de novos, sejam estes antigos utilizadores dos transportes públicos ou exclusivamente utilizadores do transporte individual.

Paralelamente, intensificou-se, sempre que possível, o estabelecimento de novas parcerias com *players* estratégicos, através da implementação de novos projetos geradores de receitas complementares, potenciadores de uma mobilidade mais sustentada e ajustada aos desejos dos nossos clientes.

Estruturalmente, em 2015 iniciou-se a política comercial de organização da Transportes de Lisboa, otimizando-se, sempre que possível, os sistemas de produção, venda e fiscalização dos títulos de transporte das diversas empresas que compõem o referido universo.

6.1.2 Atividade desenvolvida

Das diversas ações desenvolvidas destacam-se as seguintes, face à mais-valia observada pela sua aplicação no âmbito do apoio e Informação ao cliente:

- Introdução de novas funcionalidades nas Máquinas de venda, Automáticas e Semiautomáticas, passando estas a disponibilizar em primeiro carregamento, todos os passes combinados, intermodais do Metro e da Carris, projeto que se tinha iniciado no ano anterior;
- Adesão de dois novos operadores ao título Zapping, Fertagus e Metro Sul do Tejo, associando-se assim aos já aderentes: Carris, Metro, Transtejo/Soflusa, Comboios de Portugal;
- Criação de novos escalões de carregamento do título Zapping;
- Integração do Grupo Transtejo no Centro de Atendimento sediado nas instalações do Metro de Lisboa;
- Alargamento das funções do centro de apoio interno, ao universo das empresas, prestando apoio aos agentes de fiscalização do Metro, da Carris, Transtejo e Soflusa;
- Promoção da mobilidade dos colaboradores das quatro empresas, nos serviços de apoio e informação ao cliente: Centro de Atendimento e Espaços Cliente;
- Neste âmbito, refere-se a procura crescente dos espaços cliente, face a 2014, de +17%, distribuídos pelos espaços Campo Grande e Marquês do Pombal;
- Definição dos conteúdos a disponibilizar ao cliente no âmbito da abertura à exploração da extensão da linha Azul à Reboleira;
- Introdução de melhorias na informação ao cliente, relativa aos títulos de transporte existentes e utilização dos modos, destacando-se a realização da campanha "validação".

6.1.3 Procura

Pese embora o primeiro semestre de 2015 ainda tenha sido reflexo do clima de instabilidade social sentido na Empresa ao longo dos três últimos anos, o comportamento da Procura no ano de 2015 veio consolidar o crescimento que já se havia verificado no ano anterior, após o forte decréscimo assistido a partir do ano de 2011 e até 2013.

A comprová-lo evidencia-se o resultado do indicador Passageiros com Título Pago, com um acréscimo de +3,1%.

No ano de 2015 os valores da procura passaram a ser medidos pelo número de validações efetuadas. A utilização deste indicador para cálculo dos indicadores da procura, é tanto mais relevante, dado o facto de, estar a ser prevista, a sua utilização na repartição das receitas entre os vários operadores.

Quadro 1 - Evolução do número de passageiros transportados²

Passageiros		2013	2014	2015	Var. 2015/14	
					Abs.	%
Títulos ocasionais	10 ³	32 667	34 939	37 190	2 251	6,44
Bilhetes simples / Bilhete Viagem Metro	10 ³	318	0	0	0	0,00
Bilhete Viagem Carris Metro	10 ³	17 292	18 308	18 932	625	3,41
Zapping	10 ³	10 607	11 556	12 500	943	8,16
Outros títulos ocasionais	10 ³	4 450	5 075	5 758	683	13,45
Passes	10 ³	89 511	90 055	91 674	1 619	1,80
ML	10 ³	437	0	0	0	0,00
Navegante urbano	10 ³	37 284	38 597	40 169	1 572	4,07
Navegante rede	10 ³	6 137	7 241	7 472	231	3,19
Intermodais	10 ³	16 249	15 884	15 973	88	0,56
Combinados	10 ³	29 403	28 332	28 059	- 273	- 0,96
Total com títulos pagos	10⁴	122 178	124 994	128 863	3 870	3,10
Transporte gratuito e fraude	10 ³	10 235	10 018	10 164	146	1,46
Total transportados	10³	132 413	135 012	139 028	4 016	2,97
Percurso médio por passageiro	km	4,832	4,820	4,805	-0,015	- 0,31
Passageiro x km transportados	10 ³	639 767	650 711	667 981	17 270	2,65

6.1.4 Receitas tarifárias

As receitas tarifárias situaram-se acima das receitas auferidas no ano transato, apresentando um acréscimo de +3,4%.

Para este acréscimo, os Títulos Ocasioneis contribuíram com uma variação positiva de +6,6%, enquanto as receitas dos Passes se situaram sensivelmente ao nível de 2014, com uma variação de apenas +0,3%.

Numa análise mais detalhada, verifica-se o facto de o acréscimo de receita dos Títulos Ocasioneis ter sido conseguido na sua totalidade através do acréscimo de quantidades vendidas, uma vez que, em 2015, a exemplo do que já havia acontecido em 2014, estes títulos não sofreram qualquer aumento tarifário.

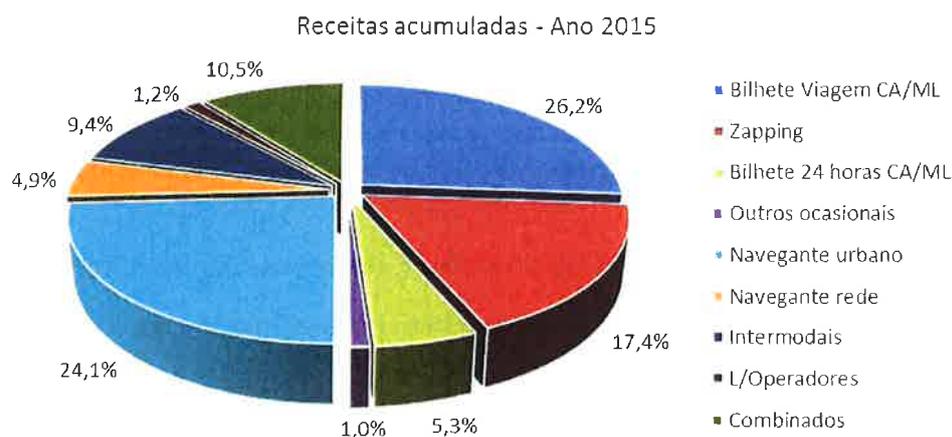
No que se refere aos Passes, o ligeiro aumento deve-se aos Passes Navegante Urbano e Rede, uma vez que, os restantes títulos apresentam variações de receita negativas.

² De modo a garantir a comparabilidade, foram reformulados os valores de 2013 e 2014, colocando-os na mesma base de 2015 / validações.

Quadro 2 - Evolução das receitas de transporte³

Receitas de títulos de transporte (sem IVA)		2013	2014	2015	Var. 2015/14
Títulos ocasionais	10 ³ €	37 756	40 232	42 907	6,6
Bilhetes simples / Bilhete Viagem Metro	10 ³ €	375	0	0	0,0
Bilhete Viagem Carris Metro	10 ³ €	20 839	21 736	22 492	3,5
Zapping	10 ³ €	12 600	13 686	14 972	9,4
Outros títulos ocasionais	10 ³ €	3 941	4 809	5 443	13,2
Passes	10 ³ €	38 266	42 945	43 090	0,3
ML	10 ³ €	127	0	0	0,0
Navegante urbano	10 ³ €	20 111	20 418	20 719	1,5
Navegante rede	10 ³ €	3 424	4 098	4 208	2,7
Intermodais	10 ³ €	3 645	8 103	8 097	(0,1)
Combinados	10 ³ €	10 958	10 326	10 067	(2,5)
Total das receitas	10 ³ €	76 021	83 177	85 997	3,4
Comparticipações 4-18 / sub23 / social +	10 ³ €	1 341	1 892	1 998	5,6
Total das receitas com participação	10 ³ €	77 362	85 069	87 995	3,4

Gráfico 1 - Distribuição percentual das receitas por título de transporte



6.1.5 Receitas não tarifárias

No âmbito das receitas complementares diretamente associadas à atividade da Direção Comercial, que representaram em 2015 cerca de 5,9 milhões de euros, destaca-se a venda de cartões Viva viagens e personalização de títulos Lisboa Viva pelo valor de 2,8 milhões de euros, a gestão dos contratos permanentes, com a Publímetro / MOP à qual está concessionada a exploração dos meios publicitários da Empresa, com a Metrocom – aluguer de espaços comerciais, bem como com o aluguer de redes móveis e fibra ótica, que totalizam cerca de 3,1 milhões de euros.

³ As receitas de títulos são as respeitantes aos indicadores da área comercial, não sendo consideradas as receitas apuradas pela área financeira. Em 2013 foram introduzidas na rubrica "Outros" as receitas referentes aos títulos vendidos *em back office*.

Com um impacto muito menos significativo nas receitas mas potenciador da imagem do Metro de Lisboa, destaca-se ainda a realização em 2015 de ações em diversos domínios, mas com significativo reflexo para a imagem da Empresa, a saber:

- O aluguer de vários **Espaços para eventos**, destacando-se o lançamento de linha de roupa da H&M na sala intermédia da estação Terreiro do Paço;
- Ao nível das **Filmagens** (estações, comboios e oficinas do Metro) a realização de anúncios publicitários e filmes, com relevo especial para uma produção da marca de *snacks* Ritz;
- A realização da Corrida *Discovery Underground LX 2015*, a primeira corrida subterrânea em Lisboa realizada no túnel da linha Vermelha em dezembro, um evento que em paralelo com a receita gerada ofereceu ao Metro elevada exposição mediática sem custos.
- Verificou-se ainda ao nível das **Inserções publicitárias** (Sites, MAVT, mapas/diagramas de rede, pack *Living Lisbon*, etc.), a presença da Sonae Sierra nos desdobráveis fornecidos aos clientes com o diagrama da rede, permitindo a produção de uma ferramenta de comunicação essencial sem custos.

6.1.6 Combate à Fraude

A fraude nos transportes públicos é um fenómeno transversal, que abrange todas as idades, géneros e meios sociais.

A publicação da Portaria 241-A/2013, de 31 de julho e o Despacho n.º 8946-A/2015, de 11 agosto de 2015, que estabelecem as regras gerais de cálculo de compensações financeiras e de repartição de receitas dos passes intermodais, entre Operadores de transporte coletivo de passageiros da Área Metropolitana de Lisboa, com base nas validações registadas pelo sistema de bilhética, vem, ainda, dar maior relevo à importância do combate à fraude pelo impacto negativo que esta tem nas receitas da Empresa.

Assim, a recuperação de receitas, por contenção e posterior redução da fraude, assume uma importância fundamental.

Analisada a taxa de fraude detetada, que resulta do número de coimas emitidas face às abordagens efetuadas, observa-se uma taxa de 7,44% em 2015 face aos 4,96% registados em 2014, resultado, fundamentalmente, da alteração do método de apuramento da fraude.

Como nota final, Importará salientar que a competência para a instauração e instrução dos processos de contraordenação, relativos ao tipo de infrações, bem como a decisão de aplicação das respetivas coimas, não se encontra atribuída aos operadores de transporte analisados, mas, e nos termos da Lei n.º 28/2006, de 4 de julho, com a redação dada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). Contudo, ainda não foi possível que esta Autoridade implementasse o sistema de cobrança, o que tem originado o agravamento do sentimento de impunidade dos clientes em fraude, tornando cada vez mais recorrente a sua prática.

6.1.7 Reclamações

Em 2015 o número de motivos de reclamações aumentou relativamente ao ano transato, contrariando uma tendência verificada desde 2012.

Em 2015 o número de motivos de reclamações foi de 4.340, tendo sido registadas 4.123 no ano de 2014, o que representa um aumento de 5%.

O aumento verificado no número de motivos consubstanciou-se num acréscimo de reclamações relativas a acessos mecânicos fora de serviço (escadas rolantes), circulação de comboios (incumprimento de horários), procedimentos

relativos à emissão de faturas (impossibilidade de obtenção imediata no ato da compra do título de transporte) e transgressões praticadas na utilização do transporte (falta de título de transporte e/ou título de transporte inválido).

No ano de 2015 houve um decréscimo do número de reclamações referentes a greves, porquanto as paralisações inerentes (registadas nos meses de fevereiro, março, abril e junho) ocorreram com menor frequência do que no ano de 2014.

São ainda de destacar, pelo elevado número, as reclamações referentes à requisição e renovação dos passes Social +, 4-18@escola.tp e sub23@superior.tp, cuja ordem de grandeza continua elevado, com especial incidência nos meses de setembro e outubro. As reclamações respeitantes a estes três tipos de passes são, em regra, formuladas a propósito das seguintes questões:

- Condições de acesso ao benefício;
- Documentação exigida;
- Incómodos causados com a obrigatoriedade de renovação anual dos perfis dos cartões (a renovação é condicionada pela manutenção dos requisitos que conferem a atribuição do direito, cuja confirmação depende de apresentação de documentação idónea para o efeito).

As reclamações atinentes aos dois primeiros pontos, são imputadas no motivo “cartão Lisboa Viva – diversos” e as referentes ao terceiro ponto, no motivo “estações-diversos” (renovação efetuada nos Espaços Clientes), totalizando 528 motivos, o que representa 12,17% do total dos motivos de reclamações.

6.1.8 Espaço Cliente

No ano de 2015 foram atendidos cerca de 62 mil clientes nos Espaços Cliente do Campo Grande (28 mil) e do Marquês de Pombal (34 mil). Este aumento, em cerca de 17% no número de clientes atendidos, face ao ano 2014, confirma a importância crescente que o Espaço Cliente vem assumindo nos últimos anos.

6.1.9 Cartões Lisboa Viva

No ano de 2015 o ML personalizou cerca de 138 mil cartões Lisboa Viva, dos quais 99 mil foram pedidos no ML e 39 mil na CARRIS. Apesar de se ter registado uma redução de 2% face aos cartões emitidos em 2014, salienta-se o aumento do número de cartões pedidos no Metropolitano de Lisboa.

6.2 Comunicação e Marketing

No âmbito das atividades desenvolvidas ao longo do ano, destacam-se as seguintes:

Comunicação externa

- Campanha “O importante é chegar a horas”
Data: março
Campanha de comunicação subordinada ao tema “O importante é chegar a horas”, criada pela dupla Diogo Stilwell e Gonçalo Antunes, da agência BAR, no âmbito do Cannes Lions Young Creatives.

Esta campanha resultou do desafio de reforçar o posicionamento das empresas, promover a qualidade e fiabilidade do serviço que prestam e potenciar a captação de clientes pela transferência do transporte individual para o transporte público.

22
AR
B
jps/ato

Na base do seu conceito estão as necessidades de uma multiplicidade de clientes que, independentemente da sua idade, profissão ou mesmo estatuto social, recorrem diariamente aos transportes públicos em Lisboa para chegar ao seu destino de uma forma cómoda, fiável, sustentável e, acima de tudo, a horas. A campanha é, por isso, ilustrada com três personagens para quem a pontualidade é vital: um médico, uma noiva e um bombeiro, tendo sido divulgada no Metropolitano de Lisboa, bem como na Carris e Transtejo.

- Campanha “Juntos Estamos Mais Perto”
Data: março

Campanha de comunicação da marca Transportes de Lisboa, a qual resulta da união das três principais empresas de transporte público da capital portuguesa (Carris, Metro e Transtejo).

A campanha de lançamento da Transportes de Lisboa pretendeu transmitir o conceito de integração dos quatro modos de transporte, bem como dos objetivos de melhoria da intermodalidade e da otimização do serviço prestado aos milhares de clientes que, diariamente, elegem o transporte público para as suas deslocações.

- Campanha “Boas Práticas, Boas Viagens”
Data: setembro

Campanha específica para a Semana Europeia da Mobilidade sobre boas práticas de utilização do serviço de transporte público, nos seus diferentes modos – autocarro, elétrico, metro e navio.

Sob o lema “Boas práticas, boas viagens” a campanha pretendeu realçar comportamentos e atitudes que contribuem para o bom funcionamento dos serviços e dos equipamentos e que garantem, quer uma adequada oferta aos clientes, quer a sustentabilidade, a médio e longo prazo, do sistema de transportes.

- Campanha “Validação obrigatória” (em articulação com a Direção Comercial)
Data: novembro

Campanha de informação comercial sobre a obrigatoriedade de validação do título de transporte nos modos autocarros, elétrico, metro e navio.

- Campanha “Natal na TdL 2015”
Data: dezembro

Desenvolvimento de ações específicas nos modos de transporte para promoção da marca:

i. Concertos de Natal

Ciclo de concertos realizado de 14 a 22 de dezembro, nas estações do modo metro, bem como numa carreira de autocarro e nas estações fluviais.

ii. Elétrico de Natal (em parceria com a Carristur)

Ação dedicada às escolas e crianças da Área Metropolitana de Lisboa, que consiste em viagens no “Elétrico dos Sonhos” decorado, para o efeito, com motivos natalícios. Decorreu entre os dias 1 e 12 de dezembro, contando com a animação das monitoras do Serviço Educativo do Museu da CARRIS. Esta ação teve uma vertente social, onde as crianças pagaram 2 € pela viagem, que no final reverteu na totalidade para o Banco do Bebé.

iii. C.A.S.A.

Apoio à instituição C.A.S.A. - Centro de Apoio ao sem-abrigo para a realização do almoço de Natal aos sem-abrigo, através da cedência de espaço do refeitório do Complexo de Carnide, no dia 13 dezembro.

Parcerias estratégicas

- EGEAC_Festas de Lisboa
Data: junho

Parceria de comunicação com a EGEAC para a divulgação das várias iniciativas integradas nas Festas de Lisboa.

- Exposição “Somos Raros, Não Bizarros no Metro”
Data: julho

Apoio à realização da exposição fotográfica “Somos Raros, Não Bizarros!” da IPSS Raríssimas, através da cedência de espaço em estação e divulgação da mostra fotográfica nos meios de comunicação da Empresa.

- Liga Portuguesa Contra o Cancro
Data: outubro

Parceria com a LPCC para o desenvolvimento da campanha de prevenção do cancro da mama. No dia 30 de outubro, os Tripulantes dos modos autocarro, elétrico, metro e navio, bem como outros Colaboradores das empresas, em funções de *front office*, vestiram a camisola rosa, símbolo da luta pela prevenção do cancro da mama.

Campanhas Internas

- Concurso “Mostra a Tua Máscara”
Data: fevereiro

Iniciativa interna por ocasião do Carnaval que promove a participação dos colaboradores, através do envio de fotografias dos seus descendentes mascarados. As fotografias foram disponibilizadas nos portais internos para votação da comunidade e foram eleitos 3 vencedores premiados com oferta simbólica.

- Corrida por uma mente mais sã
Data: maio

Atribuição de dorsais para participação na corrida EDP, Lisboa, Mulher e a Vida, com contrapartida de doação de bens que reverteram a favor da IPSS GIRA – Grupo de Intervenção e Reabilitação Ativa.

- Peddy-paper da rede RSO PT (Rede Nacional de Responsabilidade Social das Organizações)
Data: novembro

Colaboração no desenvolvimento e divulgação da 3ª Iniciativa Peddy-paper da RSO PT, realizado a 21 de novembro de 2015.

- Corrida por Bens
Data: outubro

Atribuição de dorsais para participação na corrida Rock 'n' Roll Meia Maratona Vodafone RTP e Mini Maratona EDP, com contrapartida de doação de bens para a primeira infância que reverteram a favor da IPSS Ajuda de Mãe.

- Corrida pelos 4 patas
Data: dezembro

Atribuição de dorsais para participação na corrida Grande Prémio de Natal EDP, com contrapartida de doação de bens que reverteram a favor da APA – Associação de Proteção dos Animais.

- Caixinha dos Desejos 2015
Data: dezembro

Iniciativa interna de apadrinhamento de desejos dos seniores do Lar de Idosos da Assistência Social Evangélica da zona J em Chelas.

6.3 Exploração Operacional

6.3.1 Oferta

O ano de 2015 foi um ano de consolidação dos horários de trabalho e horários de expedição de comboios que tinham sido alterados no decorrer de 2014.

Destaca-se ainda a ocorrência de greves e a redução do quadro de Maquinistas, factos que contribuíram para a redução da taxa de realização de circulações de comboios.

Quadro 3 - Evolução da oferta

Evolução da oferta (serviço público)		2013	2014	2015	Var. 2015/14	
					Abs.	%
Lugares x km						
Linha Azul	10 ³	902 271	929 777	955 641	25 864	2,78
Linha Amarela	10 ³	754 655	759 351	769 087	9 736	1,28
Linha Verde	10 ³	430 231	432 827	436 452	3 625	0,84
Linha Vermelha	10 ³	664 627	680 289	704 156	23 867	3,51
Total	10³	2 751 784	2 802 244	2 865 336	63 092	2,23
Circulações						
Linha Azul	n.º	106 924	106 590	106 442	(148)	(0,14)
Linha Amarela	n.º	114 798	114 563	114 458	(105)	(0,09)
Linha Verde	n.º	125 464	126 157	127 278	1 121	0,89
Linha Vermelha	n.º	104 365	105 731	107 153	1 422	1,34
Total	n.º	451 551	453 041	455 331	2 290	0,51

Handwritten signatures and initials, including '25', 'JR', and 'MST-to'.

Quadro 4 - Evolução da eficiência na exploração

Eficiência na exploração		2013	2014	2015	Var. % 2015/14
Taxa de realização de Lugares x km					
Linha Azul	%	101,33	104,27	106,76	2,49 p.p.
Linha Amarela	%	98,60	99,37	100,09	0,72 p.p.
Linha Verde	%	97,06	97,27	97,01	(0,26) p.p.
Linha Vermelha	%	98,71	99,68	101,09	1,41 p.p.
Na rede	%	99,25	100,67	101,97	1,30 p.p.
Taxa de realização de circulações					
Linha Azul	%	96,64	96,33	96,01	(0,32) p.p.
Linha Amarela	%	96,62	96,46	96,16	(0,30) p.p.
Linha Verde	%	97,06	97,22	97,01	(0,21) p.p.
Linha Vermelha	%	97,50	97,41	97,26	(0,15) p.p.
Na rede	%	96,95	96,85	96,82	(0,13) p.p.

6.4 Segurança de exploração (*Safety*)

Na sequência do novo modelo de Gestão que entrou em vigor em maio de 2015, foi constituída a Autoridade de Segurança de Exploração no modo Metro (ASM), assumindo um conjunto de competências anteriormente integradas na Direção de Segurança.

Desde modo, segregando as funções de *security*, que passaram a ser geridas por uma área corporativa comum a todas as empresas (Gabinete de Segurança e Vigilância), as autoridades de segurança da exploração de cada modo passaram a dar cumprimento às obrigações em matéria de *safety* decorrentes da aplicação do Despacho n.º 1094/98 (2.ª série), de 19 de janeiro, emitido pelo Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

No cumprimento da sua missão, a autoridade de segurança específica deste modo de transporte iniciou funções em junho de 2015, tendo a sua atuação incidido em três vertentes:

1. Contactos com as entidades externas de supervisão da segurança, Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, I.P.) e o Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidentes Ferroviários (GISAF), para definição das matérias a comunicar a estas entidades;
2. Acompanhamento da circulação de comboios verificando a existência de eventuais incidentes ou acidentes, analisando-os de forma a que sejam identificadas eventuais ações de melhoria que contribuam para um sistema cada vez mais seguro, bem como que as normas e regulamentos em vigor são cumpridos;
3. Elaboração, do plano anual de segurança para 2016 de acordo com os requisitos estabelecidos pelo IMT bem como os respetivos indicadores de controlo, assumindo-se este primeiro ano como o período de referência (ano zero). Neste âmbito, foram identificados os riscos associados à atividade, as possíveis causas dos mesmos, as potenciais consequências e a forma de mitigação das mesmas.

[Handwritten signatures and initials]

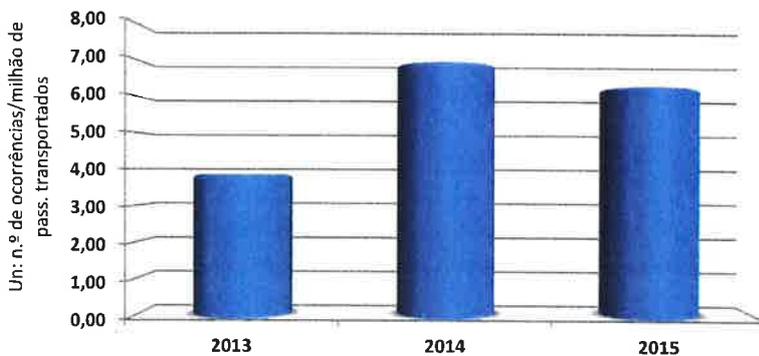
7 Gestão Corporativa

O modelo organizacional implementado a partir de maio de 2015 tem como principal característica a concentração das áreas de Gestão Corporativa e de suporte, constituídas por equipas transversais integrando colaboradores das 4 empresas (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa).

7.1 Segurança (Security)

No ano de 2015 verificou-se um decréscimo dos incidentes registados na rede ML, tendo atingido um valor médio final de 6,28 incidentes por milhão de passageiros transportados, o que se traduz, comparativamente ao ano anterior, numa redução dos incidentes na ordem dos 9,4%.

Gráfico 2 - N.º de ocorrências com passageiros por milhão de passageiros transportados



De referir que os resultados alcançados neste tipo de incidentes, refletem o esforço empreendido, quer pelas forças de segurança, quer pelo pessoal da Empresa, no sentido de minimizar o número de incidentes, contribuindo também para este objetivo as campanhas de sensibilização de segurança realizadas junto dos clientes.

Salienta-se que a perceção de segurança nas instalações do Metropolitano leva a generalidade dos passageiros a descurar a atenção sobre os seus bens, potenciando a ocorrência de incidentes. Daí, a importância da realização de campanhas de sensibilização, com a colaboração da Polícia de Segurança Pública (PSP).

As situações que têm maior impacto neste indicador são as verificadas a bordo e em estações de interface, onde a ação de segurança é mais crítica.

Outro aspeto relativo à segurança, foi a realização de simulacros em estreita ligação com as Áreas Operacionais de modo a detetar oportunidades de melhoria quer na articulação entre todos os intervenientes, quer na adequação dos procedimentos e meios existentes, numa atuação em situação de emergência.

Tem continuado a ser dado conhecimento da rede às diversas forças de segurança e de socorro, para melhorar a sua capacidade de intervenção.

7.2 Eficiência Energética

Na sequência do projeto “Eficiência Energética”, durante o ano de 2015, o ML deu continuidade às atividades referentes a esta temática, promovendo uma gestão racional e eficiente dos consumos energéticos.

Com a adoção destes procedimentos, o ML deu cumprimento às obrigações legais enquanto empresa do setor empresarial do Estado, quer no respeitante à redução do consumo energético quer quanto às emissões de gases de efeito de estufa.

O ano de 2015 caracterizou-se pela manutenção das medidas já adotadas e pelo estudo de medidas a implementar nos anos subsequentes nomeadamente ao nível dos consumos de energia na iluminação das estações e ventilação. Verificou-se, no entanto, já neste exercício, uma redução no consumo de energia de 1,42 %.

Quadro 5 - Consumos de energia

Consumos de energia		2013	2014	2015	Var. 2015/14	
					Abs.	%
Iluminação	10 ³ kWh	21 138	20 261	23 125	2 864	14,14
Força motriz	10 ³ kWh	15 573	14 783	13 654	(1 129)	(7,64)
Energia de tração	10 ³ kWh	38 723	40 100	39 128	(972)	(2,42)
Outros consumos	10 ³ kWh	11 592	11 180	9 187	(1 993)	(17,83)
Total	10³ kWh	87 026	86 324	85 094	(1 230)	(1,42)

Quadro 6 - Custos de energia

Custos de energia		2013	2014	2015	Var. 2015/14	
					Abs.	%
Custo médio kWh	€	0,0937	0,0880	0,0882	0,0002	0,23
Custo médio kWh (s/ tarifa acesso redes)	€	0,0627	0,0562	0,0550	(0,0012)	(2,14)
Tarifa acesso redes	€	0,0310	0,0319	0,0332	0,0013	4,08

Quadro 7 - Eficiência energética

Indicadores de energia		2013	2014 *	2015	Var. % 2015/14	
					Abs.	%
Eficiência energética	pass. x km/kWh	7,53	7,54	7,85	0,31	4,14
Emissões de CO ₂	gCO ₂ /pass. x km	55	47	56	9,23	19,76
Consumo de energia total por carr. (unidade) x km	kWh/carr. x km	4,05	3,94	3,80	(0,14)	(3,60)

* Para efeitos de comparabilidade, os dados de 2014 foram recalculados, na sequência do método de apuramento da procura ser efetuado através dos passageiros das validações.

7.3 Sistema de Gestão da Qualidade

Na sequência das alterações ao Modelo Organizacional, com impacto na reformulação de atribuições e implicações ao nível dos processos do Sistema de Gestão, tendo ainda em consideração o foco na preparação do projeto de subconcessão que se previa desenvolver em 2015, assinalam-se algumas perturbações no Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, sem contudo causar qualquer impacto no nível da prestação de serviço, perceptível pelos Clientes.

Tal implicou a realização de um grande esforço de adaptação do Sistema de Gestão à nova realidade e abrandou, ou adiou, um conjunto de medidas planeadas com vista à melhoria da eficácia e eficiência dos processos e do desempenho ambiental.

No entanto e como resultado das auditorias internas, ao Sistema e de conformidade Legal e das auditorias externas efetuadas pela SGS enquanto entidade certificadora de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001 e 14001, confirmou-se a manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente de acordo com estes dois referenciais e mesmo uma melhoria nos resultados da auditoria de conformidade legal realizada pela SIA – Sociedade de Inovação Ambiental.

O Metropolitano de Lisboa continua, assim, empenhado no cumprimento integral dos requisitos legais aplicáveis à Empresa em matéria de ambiente e qualidade, sendo que se destaca a resolução de problemas relacionados com descargas de águas residuais, gestão de resíduos, ruído e produtos químicos.

Relativamente a medidas de controlo operacional, destaca-se a manutenção dos licenciamentos para descarga de águas residuais em instalações no concelho de Lisboa e a redução do consumo de água em 9,8 % em comparação com 2014.

7.4 Auditoria Interna e Gestão do Risco

Em 2015, no âmbito do novo modelo organizacional, foi criada uma unidade orgânica com atribuições específicas em matéria de Auditoria Interna, tendo sido realizadas as seguintes intervenções de auditoria:

- Formação de maquinistas;
- Processos de aquisição de bens e serviços;
- Rutura de *stocks* de materiais;
- Cumprimento do plano de oferta 2012-2014 (fase de relatório preliminar);
- Gestão da tesouraria e de contas bancárias (fase de relatório preliminar);
- Auditoria aos saldos de clientes;
- Gestão da obra de ampliação/remodelação da estação Areeiro.

Encontra-se em vigor a 4ª edição do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), de 2014, que manteve a estrutura de apresentação e a tipologia de riscos adotada na edição anterior, dando cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, onde se identificam as áreas que potencialmente podem ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e prevenção, os seus impactos e a sua probabilidade de ocorrência.

Anualmente, é elaborado um Relatório de Execução do referido plano. No entanto, face às alterações na Estrutura Organizacional e a reafectação de atribuições das várias unidades Orgânicas, o referido Relatório de Execução para 2015 encontra-se em fase de aprovação.

7.5 Recursos Materiais e Tecnológicos

7.5.1 Material Circulante

No final de 2015, a frota de Material Circulante do ML era composta pelas seguintes unidades e tipologias:

Quadro 8 - Frota de Material Circulante

Frota		2013	2014	2015	Var. 2015/14	
					Abs	%
ML 90	n.º	57	54	54	0	0,00
ML 95	n.º	114	114	114	0	0,00
ML 97	n.º	54	54	54	0	0,00
ML 99	n.º	113	113	113	0	0,00
Total	n.º	338	335	335	0	0,00

Quadro 9 - Disponibilidade do material circulante

Manutenção do material circulante		2013	2014	2015	Var. 2015/14	
					Abs.	%
Disponibilidade do material circulante	%	85,90	86,65	83,30	-	-3,35 p.p.
MKBF - Quilometragem média entre falhas	km	13 616	14 381	14 586	205	1,43

Quadro 10 - Disponibilidade da infraestrutura⁴

Manutenção da infraestrutura		2013	2014	2015	Var. 2015/14	
					Abs.	%
Disponibilidade da infraestrutura	%	99,61	99,66	99,85	-	0,19 p.p.
MTBF - Tempo médio entre falhas	horas	100	113	179	66	58,21

O parque de material circulante, formado por 335 carruagens, é composto por 111 unidades operacionais.

7.5.2 Gestão das Infraestruturas

A partir de maio de 2015, no contexto da nova macroestrutura definida para o conjunto das empresas de transportes integrados sob gestão comum (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa), foi constituída uma área organizacional de suporte (incluída na Gestão Corporativa) com atribuições específicas na Gestão das Infraestruturas associadas aos modos.

Ao nível da Gestão das Infraestruturas existentes, 2015 caracterizou-se pela execução de alguns projetos internos, bem como pelo lançamento de concursos públicos visando a introdução de melhorias nos equipamentos, destacando-se as seguintes ações:

- Conclusão da execução da empreitada remodelação de espaço adjacente à oficina de revisão do PMO III para acomodar as instalações do CCDTML;

⁴ Foram considerados apenas os sistemas de Sinalização, Energia e Via Férrea por terem impacto na exploração.

- Não tendo sido possível a execução do contrato inicialmente estabelecido para o projeto de transferência do “*data center*” existente no edifício da Barbosa du Bocage para a estação Saldanha II, foi preparado um novo procedimento com vista à sua execução no decorrer do ano 2016.

7.5.3 Sistemas e Tecnologias de Informação

No âmbito da reestruturação organizacional implementada em 2015, a área das Tecnologias de Informação enfrentou novos desafios no acompanhamento das alterações de postos de trabalho, acessos aos sistemas de informação e integração de novos utilizadores na rede Metro.

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração no Metro, ao longo de 2015, foram desenvolvidas melhorias / beneficiações em três vertentes específicas:

- Implementação de melhorias funcionais
- Implementação de projetos
- Estudo/análise para a implementação de novos projetos

I. Implementação de melhorias funcionais

A implementação de melhorias funcionais foi realizada em diversos sistemas, destacando-se as seguintes ações:

Portal - Implementação de várias soluções, tais como: formulário para solicitação de faturas, reativação da ferramenta *moodle* e lista telefónica comum (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa).

Site ML - Criação de *banners*, passatempos e *mini-sites*; criação de um *micro-site* “Move-te connosco”.

Sistema Teleponto - Ativação de funcionalidades que permitem que a regularização de picagens, a inserção de classificações e o pedido de alteração de férias sejam realizados no sistema pelo colaborador.

Sistema SAP R/3 - implementação de várias melhorias e funcionalidades, merecendo destaque:

- Implementação de solução de conversão de orçamento económico em orçamento financeiro;
- Implementação de novas funcionalidades na gestão orçamental;
- Melhorias no sistema de compras, nomeadamente: alteração da numeração das notas de encomendas e comunicação do inventário de existências por armazém;
- Implementação de melhorias na gestão de equipamentos;
- Alterações à aplicação do sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente;
- Melhorias no sistema de manutenção, salientando-se a implementação dos KPIS dos acessos mecânicos, alteração do módulo de ocorrências do SAP para permitir a classificação de ocorrências segundo o GISAF (Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidentes Ferroviários), relatórios diversos como o do ajuste direto simplificado e o da manutenção planeada para os equipamentos dinamométricos;
- Implementação de melhorias na Gestão documental, nomeadamente desenvolvimento de um cockpit para a gestão integrada de documentos, integração com o Outlook, diferenciação de documentos por empresa;
- Melhorias na aplicação gestão de clientes para integração de reclamações de todas as empresas (Carris, Metro, Transtejo, Soflusa);
- Atualização do módulo de recursos humanos, em conformidade com as alterações decorrentes da aplicação ao ML da Lei do Orçamento de Estado.

II. Implementação de projetos

No que se refere à implementação de projetos, salientam-se os seguintes:

- Interligação das Redes de voz e dados (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa);
- Disponibilização de uma Consola de Gestão Documental para a Administração;
- Integração dos serviços de domínio e *e-mail*;
- Interoperabilidade do ambiente de trabalho de cada uma das empresas em qualquer localização;
- Presença Web comum (Carris, Metro, Transtejo) com a criação do Site Transportes de Lisboa;
- Implementação do modelo de utilização da Gestão Documental para as quatro empresas e definição macro de Regras e Procedimentos;
- Implementação de uma plataforma web comum para pedidos de suporte;
- Implementação do sistema KOHA – sistema integrado de gestão de bibliotecas;
- Implementação de uma solução de picagens remotas no sistema Teleponto (assiduidade).

III. Estudo/análise para a implementação de projetos futuros

- Estudo e análise para a implementação do orçamento financeiro por áreas;
- Estudo e análise para a implementação de consultas expeditas comum (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa);
- Estudo e análise para a implementação de uma aplicação de fardamentos para o grupo Transtejo;
- Estudo e análise para a implementação de uma solução de monitorização de contratação que possibilite o controlo de limite trienal e valores acumulados.

7.6 Expansão, Modernização e Reabilitação da Rede

No âmbito do plano de expansão da rede, o ML visa a entrada em exploração de mais 937 metros de rede com a conclusão da estação Reboleira, prevista ocorrer em 2016. Com este prolongamento da linha Azul prevê-se uma melhoria do serviço de transportes prestado na Área Metropolitana de Lisboa.

No final de 2015, o ML dispunha de 43,2 km de rede. Com a conclusão da estação Reboleira, a rede de Metro apresentará as seguintes características:

Quadro 11 - Rede atual e futura

Linhas	Rede atual			Em execução		Rede futura		
	N.º estações	km de rede	Projetos	N.º estações	km de rede	Entrada em exploração	N.º estações	km de rede
Amarela	13	11,0	-	-	-	-	13	11,0
Azul	17	12,8	Prolongamento Amadora Este/Reboleira	1	0,9	abr-16	18	13,7
Verde	13	8,9	-	-	-	-	13	8,9
Vermelha	12	10,5	-	-	-	-	12	10,5
Rede atual	55	43,2		1	0,9	Rede futura	56	44,2

7.6.1 Expansão da Rede



Prolongamento da linha Azul – Amadora Este / Reboleira

O prolongamento da linha de metro à Reboleira reveste-se de especial importância, enquanto promotor da intermodalidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML), permitindo criar uma nova interface entre a linha de Sintra da CP e a linha Azul do ML.

Estima-se que esta estação venha a servir cerca de 4,5 milhões de passageiros por ano, que diariamente necessitam de se deslocar neste importante eixo da AML. Neste contexto foram lançadas em 2015 as seguintes empreitadas com vista à sua conclusão:

- Contrato para a execução da Empreitada de Acabamentos do Prolongamento à Reboleira;
- Contrato para a execução da Empreitada de Sinalização Ferroviária;
- Contrato para a execução da Empreitada de montagem e fornecimento de equipamentos para a sala do PST da Estação;
- Contrato para a Execução da Empreitada das Intervenções no Parque Armando Romão.

7.6.2 Modernização da Rede



Remodelação das estações da linha Verde – Estações Areeiro e Arroios

A estação Areeiro tem encerrado o lado norte para a devida remodelação e instalação de meios mecânicos que garantam uma melhor acessibilidade à estação, que devido a incumprimentos por parte do empreiteiro ficaram por concluir.

Realizaram-se os trabalhos de novos projetos que visam a remodelação do átrio norte da estação Areeiro e a ampliação de ambos os cais da estação Arroios para que nesta estação possam passar a circular comboios de 6 carruagens.

7.6.3 Plano de Promoção e Acessibilidade

Ao nível do “Plano de promoção de acessibilidade”, procedeu-se à execução dos trabalhos de reforço da plataforma elevatória de escada da estação Baixa-Chiado por forma a garantir a sua adequada operação e retomaram-se os trabalhos para a instalação dos elevadores na estação Colégio Militar.

Foi planeada a execução de projetos de intervenções a efetuar nas estações Praça de Espanha, Cidade Universitária e Entre Campos.

7.6.4 Reabilitação da Superestrutura

As obras de reabilitação dos túneis da rede do Metropolitano tornam-se um marco importante para a criação de melhores condições de segurança à prestação do serviço de transporte público e consequentemente para a preservação da vida útil das estruturas.

Neste âmbito as reabilitações dos túneis das linhas, Verde e Amarela tiveram o seu início em dezembro de 2014, tendo a maioria dos trabalhos de ambas as empreitadas decorrido durante 2015. O valor de ambos os contratos foi cerca de 6 milhões de euros.

Durante 2015 continuaram a ser efetuados levantamentos das necessidades de reabilitação em estações e edifícios, bem como os projetos para a reabilitação de viadutos, estruturas pré-esforçadas e estruturas de sustentação existentes.

7.6.5 Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental:

Em termos de Expansão da Rede, em 2015 não foi desenvolvido qualquer Estudo de Impacte Ambiental, considerando que não foram lançados novos empreendimentos. Porém, foi dada continuidade aos já existentes no âmbito dos projetos em desenvolvimento no ML.

Em 2015 esteve em curso a fase de Pós-Avaliação, com o correspondente envio, para a Agência Portuguesa do Ambiente, dos Relatórios de Acompanhamento Ambiental e dos Relatórios de Monitorização Ambiental referentes aos seguintes projetos:

- Prolongamento da linha Vermelha, entre Alameda e São Sebastião;
- Prolongamento da linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto;
- Prolongamento da linha Azul, entre Amadora Este e Reboleira.

No respeitante à Fase de Construção dos novos projetos, procedeu-se ao acompanhamento do impacte ambiental das empreitadas de construção, assegurando a implementação das medidas de minimização recomendadas nos respetivos Estudos de Impacte Ambiental e/ou exigidas pelas respetivas Declarações de Impacte Ambiental, para os casos dos projetos com Avaliação de Impacte Ambiental, e nos restantes casos das medidas de minimização exigidas nos Cadernos de Encargos dessas empreitadas. Merecem destaque:

Linha Azul

Amadora Este / Reboleira

- Empreitada de Acabamentos do Prolongamento à Reboleira da linha Azul, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
- Empreitada de Sinalização Ferroviária do Prolongamento à Reboleira da linha Azul, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Linha Amarela

- Empreitada de Reparação e Restauro das Patologias dos Túneis e Poços de Bombagem, da linha Amarela do Metropolitano de Lisboa E.P.E.

Linha Verde

- Empreitada de Reparação e Restauro das Patologias dos Túneis e Poços de Bombagem, da linha Verde do Metropolitano de Lisboa E.P.E.

Linha Vermelha

Alameda II/S. Sebastião II

- Empreitada referente à Substituição de Coletor Unitário e de Conduta da EPAL, e Requalificação dos Espaços Exteriores na Rua Marquês de Fronteira e na Zona Envolvente ao El Corte Inglés (fecho da empreitada).

Oriente/Aeroporto

Relativamente à Fase de Exploração dos novos projetos, foi iniciado o trabalho de Monitorização Ambiental relativa ao Prolongamento da linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto:

- Aquisição de serviços para análise da situação de incomodidade de ruído e vibrações, entre a estação Moscavide e a estação Encarnação.

7.6.6 Outros projetos

Destacam-se os seguintes trabalhos / projetos em curso:

- Prestação de serviços de inspeção de viadutos, estruturas pré-esforçadas e estruturas de sustentação existentes na rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e elaboração dos respetivos projetos de reabilitação (início e fecho da empreitada);
- Empreitada de substituição das escadas mecânicas das estações Saldanha I (linha Amarela), Intendente (Linha Verde) e respetivos trabalhos de integração de baixa tensão e de pré-instalação de SADI, da rede do Metropolitano de Lisboa E.P.E. (início da empreitada).

7.6.7 Estudos de planeamento de rede

Relativamente a estudos de planeamento de rede, destaca-se a preparação de propostas de análise da rede existentes, visando o funcionamento integrado do transporte coletivo na cidade de Lisboa, tirando partido do atual modelo de gestão integrada das empresas prestadoras do serviço público de transporte (Metro, Carris, Transtejo e Soflusa).

7.7 Inovação e Desenvolvimento

No âmbito da Gestão do Conhecimento foram identificadas, em 2015, oportunidades de financiamento comunitário e promoção do intercâmbio de melhores práticas no setor de atividade.

Numa primeira fase foram identificados projetos, ainda que já em curso, aos quais fosse possível dar seguimento, por forma a efetuar transferência de *know-how* de novas tecnologias e métodos:

- NGTC (7.º Programa Quadro) - Análise das funcionalidades do sistema de sinalização ferroviário ERTMS e sua adaptação para o modo Metro;
- WG40/norma IEC62290-3 - Norma de âmbito mundial no sentido de permitir a intercomunicação de sistemas CBTC (Communications-Based Train Control) de diferentes fabricantes.

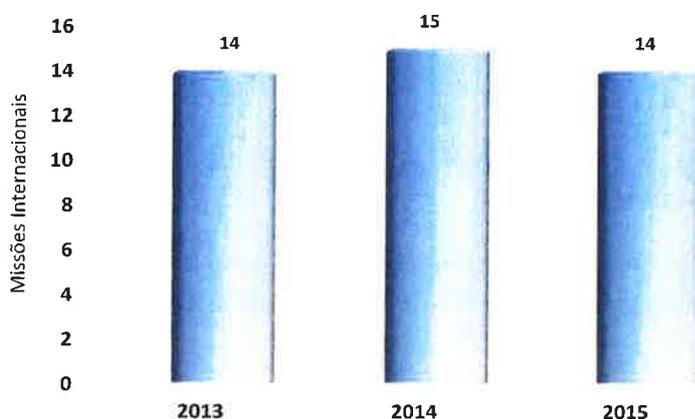
De referir que, através do 8.º Programa-Quadro Europeu (Horizonte 2020) para a inovação e desenvolvimento (80 Biliões de euros de investimento até 2020), foram ainda identificadas oportunidades de participação em novos projetos:

- EMPOWER – (Horizonte 2020) Estudar a influência de incentivos positivos que encorajem os cidadãos a mudar a suas escolhas de transporte;
- MaaSSmarTT – (Horizonte 2020) Análise das experiências atuais de Social Media na interação dos passageiros com a Empresa antes e durante a sua deslocação e estratégias para ao futuro (Este projeto aguarda parecer da comissão europeia para passar à segunda fase).
- Go2Market – (Horizonte 2020) Integração de informações provenientes de diferentes modos de transporte (Urbanos, Autoestrada, Internacional, etc.), por forma a dotar os operadores e passageiros de uma visão intermodal do sistema de transporte;
- NUMBAT - (Horizonte 2020) - Melhoria do conhecimento da matriz entradas-saídas, utilizando novas tecnologias em vez de inquéritos.

7.8 Relações Internacionais

Em 2015, a atividade das Relações Internacionais manteve-se alinhada com os condicionalismos orçamentais da Empresa e determinações tutelares para o setor empresarial do Estado. Neste sentido, registou-se a participação do Metro em catorze reuniões dos organismos internacionais a que pertence, prosseguindo o esforço de contenção de custos evidenciado nos últimos anos, em resultado das medidas determinadas pelo Conselho de Administração, conforme quadro seguinte:

Gráfico 3 - Evolução das deslocações internacionais



A participação do ML nestas organizações internacionais tem permitido ao ML conhecer as melhores práticas internacionais, aprendendo com a experiência das restantes redes de metro e permitindo definir prioridades de atuação para melhorar o desempenho da organização.

Importa salientar que a Empresa manteve a restrição em vigor de organização de reuniões em Lisboa, declinando sugestões nesse sentido em sede dos órgãos onde tem representação, com vista a diferir essa responsabilidade para uma data posterior.

Contudo, destacam-se os principais acontecimentos ocorridos em 2015:



No âmbito da UITP – União Internacional dos Transportes Públicos:

- Reunião do Comité União Europeia, Congresso e Exibição Mundial da UITP e Assembleia Geral da UITP, em Milão (Junho);
- Reunião da Comissão de Transportes e Cidade, em Burgas (Setembro);



No âmbito da ALAMYS – Associação Latino-Americana de Metropolitano:

Dado o contexto de contenção de custos em vigor, o Metro não esteve presente na reunião de Comitês Técnicos, realizada em Julho em Medellín, Colômbia, nem na Assembleia Geral que teve lugar em Lima, Peru, em Novembro. No entanto, a Empresa manteve-se atenta aos pedidos de colaboração oriundos daquela associação, designadamente dando resposta a questionários e inquéritos, e outras iniciativas dirigidas à comunidade de associados.



No âmbito do Grupo NOVA – Benchmarking de Metros⁵:

O Metro esteve representado na reunião anual do Grupo NOVA de Benchmarking de Metros, realizada em Abril na cidade de Barcelona, onde foram apresentados os factos mais relevantes ocorridos na Empresa entre janeiro de 2014 e março de 2015, assim como os principais indicadores e perspetivas para 2015.

Destaca-se ainda a proposta de estudo de caso apresentada por Lisboa intitulada “Life Cycle Cost”, que foi selecionada para Estudo de Caso anual do grupo NOVA, que será desenvolvido em 2015.

O Metro manteve-se igualmente empenhado nas restantes atividades do NOVA, nomeadamente na recolha anual de Indicadores-Chave de Desempenho (KPI) e na participação nos estudos rápidos (*clearinghouse*) e outros da iniciativa dos membros.

O Metro esteve representado na reunião anual do grupo COMET de Benchmarking de Metros, realizada em Madrid, em Novembro, pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração.

Para além do *benchmarking* NOVA, em 2015 o Metro deu continuidade à política de colaboração com outras entidades e empresas congéneres na partilha de experiências e conhecimentos técnicos, tendo dado resposta a cerca de 41 questionários e pedidos avulso de informação.



No âmbito do CEEP Portugal – Centro Europeu dos Serviços de Interesse Geral:

- Participação em todas as reuniões dos órgãos em que o Metro tem representação, nomeadamente a Assembleia Geral, a Comissão Coordenadora (Transportes), o Grupo de Trabalho “Gestão dos Assuntos Sociais” e a *Task Force* de Juristas dos Recursos Humanos.
- O Metro representou a Secção Portuguesa do CEEP no Seminário “Exchange of Practices Between Leaders of Public Services”, realizado em Fevereiro em Lisboa.

Em relação aos projetos internacionais destacam-se os seguintes:

- O projeto OSIRIS subsidiado pela UE, destinado a desenvolver uma metodologia inovadora que visa a redução do consumo global de energia por sistemas ferroviários urbanos na Europa, em cerca de 10%, até 2020. O Metro faz parte do Support and User Group, que permitirá aceder aos resultados finais do projeto. A Empresa participou na reunião final de Bruxelas, em Março.

Em 2014, o Metro não esteve presente nas reuniões do projeto internacional de norma de que faz parte, nomeadamente:

- Working Group 40: Grupo de Trabalho da Comissão Eletrotécnica Internacional, que visa integrar os resultados dos projetos europeus de normalização de equipamentos de sinalização ferroviária, definindo um *standard* mundial.

⁵ O Grupo NOVA é um programa de avaliação comparativa ferroviária internacional de que fazem parte metros de 14 cidades.

Outras missões internacionais:

- Congresso Mundial de Comunicações Críticas, Maio, Barcelona;
- Projeto EUSTO, European Surface Transport Operators Forum, Maio, Bolonha;
- TRANSED 2015;
- Horizonte 2020 – Infoday on “Smart Grids & Storage”, Outubro, Bruxelas;
- Horizonte 2020 – Infoday on “Smart, Green & Integrated Transport”, Novembro, Bruxelas;
- Encontro COTEC Europa, Outubro, Roma.

Em relação às visitas de congéneres e personalidades internacionais, em 2015, a Empresa acolheu visitas de delegações estrangeiras oriundas da Suécia, Inglaterra, França, Alemanha e Shanghai tendo sido registados diversos testemunhos de apreço sobre as capacidades do Metro e a forma como foram recebidos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AL', 'JM', and 'JL'.

8 Recursos Humanos

Em 2015, a Gestão dos Recursos Humanos, do Metropolitano de Lisboa, caracterizou-se pela continuidade do esforço de otimização dos recursos operacionais. Assim, a gestão de efetivos, centrada no objetivo de manter os níveis da qualidade do serviço oferecido, observou as medidas referentes à redução de trabalhadores, conforme determinado no artigo 60.º da Lei n.º 82-B (Lei do OE2015). O modelo organizacional, comum às empresas Metropolitano de Lisboa, Carris, Transtejo e Soflusa, implementado em 2015, permitiu dar um contributo para esta medida, bem como para gerar sinergias a todos os níveis da gestão.

Ao longo do exercício de 2015, destacaram-se as seguintes iniciativas no âmbito da Gestão dos Recursos Humano do Metropolitano de Lisboa:

- Tal como no ano transato, atendendo ao sucesso da parceria encetada pela Direção de Manutenção modo Metro, renovou o protocolo de colaboração com a Associação “O Companheiro”, que visa colaborar na realização de programas de reinserção social de ex-reclusos, através do desenvolvimento de atividades de caráter oficial, designadamente na reparação dos componentes dos bancos do material circulante da Empresa.
- Com vista à valorização dos recursos humanos, deu-se seguimento a projetos iniciados em anos anteriores tais como o modelo de gestão de competências, que permite a integração da avaliação de desempenho, das necessidades de formação e do potencial de desenvolvimento de carreira, de modo a potenciar o desenvolvimento das competências individuais na Empresa e assim contribuir para atingir as metas e objetivos traçados pela Organização.
- No âmbito da sua política de Responsabilidade Social, no ano em análise, a Empresa patrocinou a administração, aos seus trabalhadores, da vacinação da gripe e do tétano. Foi, também, dada continuidade ao programa de rastreios temáticos de prevenção de doenças crónicas com maior prevalência na população. Ainda neste domínio, assegurou a existência de serviços de medicina curativa, facultando, também, aos trabalhadores, um seguro de saúde gratuito, extensível ao agregado familiar, a preços reduzidos. Tal como nos anos anteriores, foi assegurada a disponibilidade de serviço de refeitórios, cafetarias e máquinas de *vending*.
- Com base no previsto no “Regulamento de Prevenção e Controlo de Álcool” realizaram-se, sistematicamente, testes de alcoolemia a toda a Empresa, com maior incidência nos trabalhadores que desempenham funções em contacto com o cliente, ou cuja prestação de trabalho possa provocar prejuízos ao próprio ou a terceiros, com os objetivos prioritários de prevenir os acidentes associados ao consumo excessivo do álcool e preservar a saúde dos trabalhadores.

8.1.1 Efetivo⁶

No âmbito do Programa de Redução de Efetivos, lançado no ano 2015, registou-se a redução de 31 colaboradores que rescindiram os seus contratos de trabalho por mútuo acordo.

⁶ Considera-se efetivo da Empresa, os colaboradores com vínculo à Empresa e que à data de 31 de dezembro prestavam serviço no ML.

Assinala-se, no global, uma redução de 55 efetivos, apresentando-se no quadro seguinte a decomposição dos principais motivos:

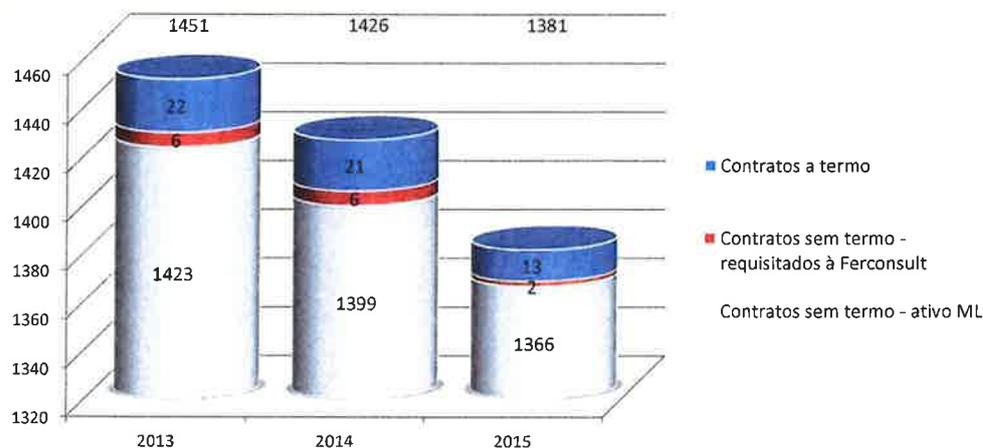
Quadro 12 - Motivos das saídas

Un: n.º

Motivos das saídas	2013	2014	2015	Var. 2015/14	
				Abs.	%
Reforma	3	2	2	-	0,0
- Antecipada	-	-	-	-	-
- Velhice	-	-	1	1	-
- Invalidez	3	2	1	(1)	(50,0)
- Pré-reforma	-	-	-	-	-
Termo do contrato de cedência	2	-	4	4	-
Revogação por mútuo acordo e denúncia unilateral	54	18	31	13	72,2
Cessação de contrato a termo	9	1	8	7	700,0
Cedência do trabalhador	1	-	1	1	-
Termo da comissão de serviço	-	-	6	6	-
Licença sem vencimento	3	1	-	(1)	-
Despedimento	2	3	-	(3)	-
Falecimento	2	2	3	1	50,0
Total	76	27	55	28	103,7

O efetivo a 31 de dezembro, de acordo com o vínculo à Empresa e à distribuição por área, é apresentado no gráfico e quadro seguintes:

Gráfico 4 - Efetivo por vínculo laboral



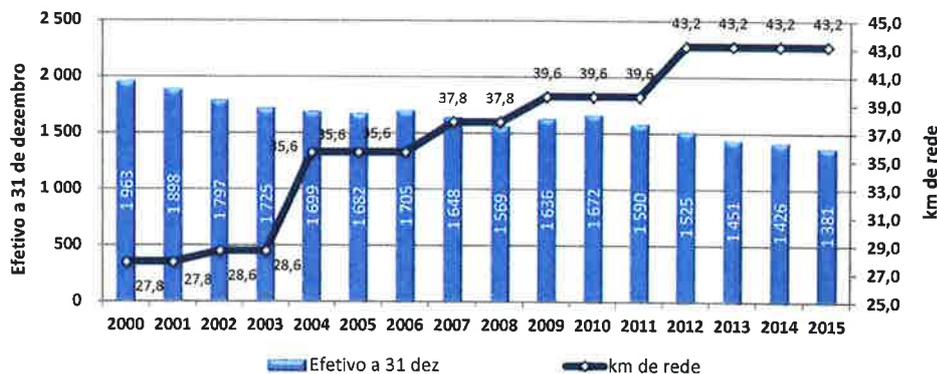
Quadro 13 - Efetivo por áreas da Empresa

Efetivo real		2013	2014	2015
Exploração Operacional	n.º	793	783	-
Direção de Operações *	n.º	-	-	358
Direção Comercial *	n.º	-	-	424
Gestão da Infraestrutura e Material Circulante	n.º	361	364	-
Direção de Manutenção *	n.º	-	-	341
Gestão da Superestrutura e do Investimento	n.º	76	59	-
Direção de Desenvolvimento da Rede	n.º	-	-	45
Restantes áreas	n.º	221	220	213
Total	n.º	1 451	1 426	1 381

* Reestruturação das áreas da Empresa em resultado da Deliberação n.º 1/RCA n.º 21/15, de 14 de maio.

Neste contexto é importante ilustrar que o decréscimo do efetivo tem sido inversamente proporcional ao acréscimo da extensão da rede em exploração verificada ao longo dos últimos anos, evidenciando tal facto o esforço de otimização dos meios envolvidos na oferta de transporte.

Gráfico 5 - Evolução do efetivo vs evolução da rede



8.1.2 Política Salarial

Em 2015, manteve-se a aplicação das medidas de Política Salarial a que a Empresa se encontra sujeita, decorrentes do estabelecido na Lei do Orçamento de Estado, designadamente:

- Não atribuição de aumentos salariais ou outros complementos remuneratórios adicionais;
- Regime remuneratório em vigor na Administração Pública relativamente a algumas remunerações adicionais;
- Pagamento do trabalho extraordinário em conformidade com as regras previstas no Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF);
- Norma de redução remuneratória temporária, prevista na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado 2015) que remete para a Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. Esta norma prevê a reversão progressiva a partir de 2015, tendo sido aplicada a reversão de 20% a partir do processamento salarial de janeiro de 2015.

A aplicação das normas de redução remuneratória teve os seguintes impactos sobre as principais remunerações pagas aos trabalhadores do ML:

Quadro 14 - Reduções remuneratórias

	2013	2014	2015	Var. 2015/14	
				Abs	%
Redução em Remunerações	2 151 995	2 415 681	1 710 633	(705 048)	(29)
Redução em Subsídio de Natal	135 161	161 694	104 291	(57 402)	(36)
Redução em Subsídio de Férias*	139 234	35 684	144 502	108 818	3 049
	2 426 390	2 613 059	1 959 426	(653 633)	(25)

* Por decisão do Tribunal Constitucional, foram repostos, em 2014, os subsídios de férias, não tendo sido efetuados cortes durante o período compreendido entre maio e setembro.

Os valores apresentados, quando comparados com os de 2014, revelam uma diminuição das reduções remuneratórias em cerca de 25%.

A massa salarial e os gastos com pessoal, verificados em 2015, refletem os efeitos da reversão da aplicação das normas de redução remuneratórias e do pagamento de indemnizações por rescisão de contrato, que no exercício em análise foi de 1.354.241 euros.

Quadro 15 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial

	2013	2014	2015	Var. 2015/14	
				Abs.	%
Gastos com Pessoal	86 398	67 754	66 123	(1 631)	(2,41)
Massa Salarial	46 000	44 130	44 742	612	1,39

8.1.3 Evolução do pessoal

No final de 2015, a Empresa integrava 1.403 inativos, dos quais 1.155 na situação de reformados, 247 em regime de pensionistas e um em situação de pré-reforma.

Quadro 16 - Evolução do pessoal ativo e inativo

		2013	2014	2015	Var. 2015/14	
					Abs.	%
Pessoal ativo	peçoas	1 451	1 426	1 381	(45)	(3,2)
Pessoal inativo	peçoas	1 427	1 411	1 403	(8)	(0,6)
Pré-reformados	peçoas	2	2	1	(1)	(50,0)
Reformados	peçoas	1 181	1 164	1 155	(9)	(0,8)
Pensionistas	peçoas	244	245	247	2	0,8
Pessoal ativo / Pessoal inativo	peçoas	1,02	1,01	0,98	(0,03)	(2,6)
V.A.R.S.P.*	10 ³ €	216 987	247 102	251 727	4 625	1,9
V.A.R.S.P. / Pessoal total	10 ³ €	75,395	87,100	90,419	3,319	3,8

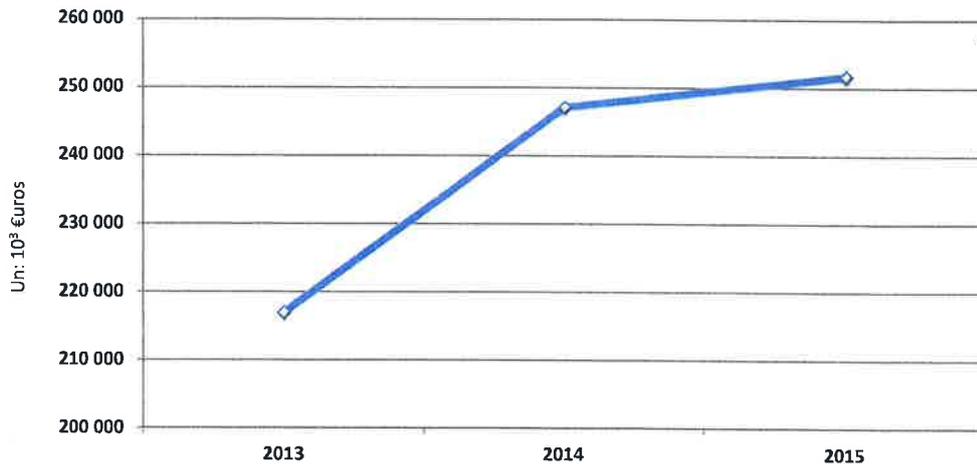
* V.A.R.S.P. - Valor Atual das Responsabilidades com Serviços Passados

O esforço de contenção do efetivo tem acarretado uma inevitável pressão sobre os rácios "Pessoal ativo/Pessoal inativo".

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JR', 'JB', and 'JL'.

O V.A.R.S.P. foi, no final de 2015, de 251.727 milhares de euros (+1,9% em relação ao ano anterior), atingindo o valor *per capita* do pessoal de 90,4 milhares de euros (contra 87,1 milhares de euros em 2014).

Gráfico 6 – Evolução do Valor Atual das Responsabilidades com Serviços Passados (V.A.R.S.P.)



8.1.4 Sinistralidade Laboral

Em 2015 registaram-se 99 acidentes de trabalho, assinalando-se uma redução de 5,7%, face a 2014. O número médio de dias perdidos também diminuiu face ao ano anterior, situando-se em 50,31 dias (60,54 em 2014). De referir ainda a redução do índice de gravidade para 2,29 (-19,6% face a 2014).

Em valores totais, a redução verificada do número de dias perdidos, face a 2014, foi de 21,6%.

Quadro 17 - Acidentalidade laboral no ML

Acidentalidade laboral		2013	2014	2015	Var. 2015/14	
					Abs.	%
Acidentes	n.º	99	105	99	(6)	(5,7)
Dias perdidos	n.º	7 189	6 357	4 981	(1 376)	(21,6)
Índice de duração	dias	72,62	60,54	50,31	(10,23)	(16,9)
Índice de incidência	10³	50,84	6,08	4,55	(1,53)	(25,2)
Índice de frequência	10⁶	32,03	34,40	35,46	1,06	3,1
Índice de gravidade	10³	3,03	2,85	2,29	(0,56)	(19,6)

O quadro seguinte reflete os índices de sinistralidade dos trabalhadores dos Empreiteiros nos Empreendimentos ML de 2013 a 2015. No ano de 2015 ocorreram 4 acidentes de trabalho que originaram 133 dias de trabalho perdidos. No ano de 2015 ocorreram 4 acidentes de trabalho que originaram 133 dias de trabalho perdidos, este facto originou um aumento do índice de gravidade comparativamente aos anos anteriores.

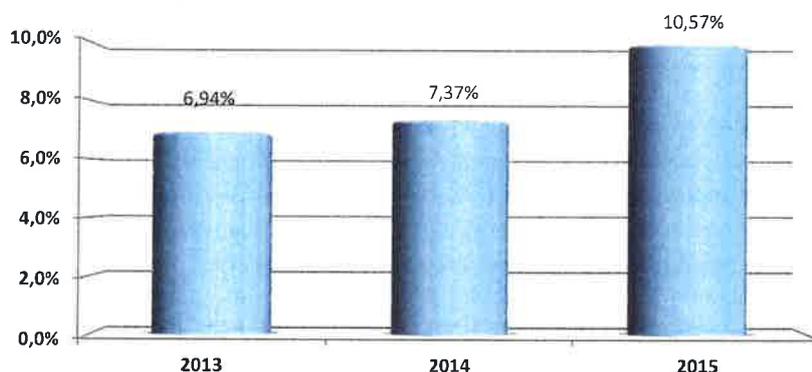
Quadro 18 - Sinistralidade nos empreendimentos do ML

Sinistralidade nos empreendimentos ML		2013	2014	2015	Var. 2015/14	
					Abs.	%
Homens-hora trabalhadas	horas	76 135	54 419	113 153	58 734	107,9
Acidentes	n.º	0	1	4	3	300,0
Dias perdidos	n.º	0	42	133	91	216,7
Índice de duração	dias	0,0	42,0	33,3	(8,75)	(20,8)
Índice de incidência	10 ³	0,00	2,16	3,80	1,64	75,9
Índice de frequência	10 ⁶	0,00	18,38	24,10	5,72	31,1
Índice de gravidade	10 ³	0,00	771,79	801,00	29,21	3,8

8.1.5 Absentismo

No ano em análise, a taxa de absentismo acentuou a tendência de crescimento, iniciada em 2012, tal como se evidencia no gráfico abaixo.

Gráfico 7 - Evolução da taxa de absentismo



O crescimento significativo do absentismo no ano de 2015 deve-se, essencialmente, ao volume de horas de ausência por motivos de doença, mais 17.198 horas, em comparação com o ano anterior. No entanto, é de registar, neste mesmo ano, um decréscimo de ausências por acidente de trabalho, o que reflete, positivamente, as medidas tomadas ao longo do ano, nomeadamente a melhoria das condições de trabalho e a incidência de visitas domiciliárias.

Importa evidenciar que o decréscimo das horas trabalhadas (pela redução do efetivo), associado ao crescimento global das horas de ausência, veio potenciar o aumento desta taxa.

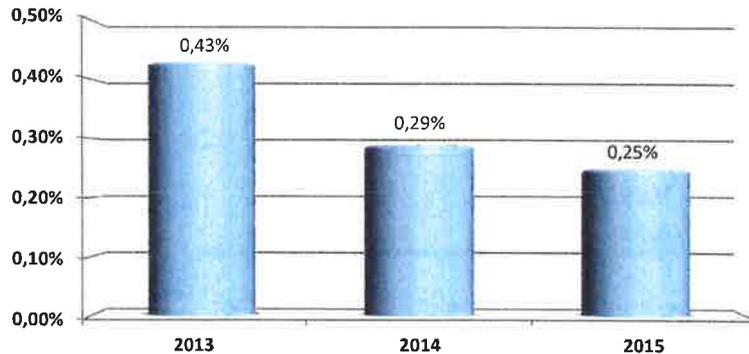
Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AL', 'JB', 'JF', and 'J.P. - 1.10'.

8.1.6 Trabalho Suplementar

O esforço de otimização dos recursos, registou-se a todos os níveis, nomeadamente na realização de trabalho suplementar, garantindo o cumprimento dos limites fixados para a sua prestação por Colaborador (200 horas/ano).

Assim, registou-se em 2015 uma estabilização da taxa de trabalho suplementar, tendo sido prestadas 5.887 horas, menos 1.262 horas do que em 2014.

Gráfico 8 - Evolução da taxa de trabalho suplementar



8.1.7 Formação

O ano de 2015 foi marcado por um reforço do investimento na área da formação, que se traduziu num acréscimo do número de ações realizadas, de participantes nessas ações e das horas de formação. Este reforço foi particularmente visível no incremento dos custos de formação, os quais aumentaram 44% relativamente ao ano anterior.

Destaca-se, em 2015, a realização de uma ação de formação dirigida à 1^{as} linhas de gestão, no âmbito do projeto de reestruturação organizacional. Neste sentido decorreu entre outubro e dezembro, o "Senior Management Program", realizado na Universidade Católica Portuguesa, programa desenvolvido e adaptado às reais necessidades do projeto da Transportes de Lisboa, tendo sido ministrados temas diversos na área da gestão, procurando desenvolver competências de Liderança, Comunicação, Gestão da mudança, Inovação, Análise Financeira e Controlo de Gestão.

Das ações concretizadas durante o ano de 2015, realce ainda para as vertentes Técnica/Operacional e de Segurança, que representam mais de 50% das horas de formação realizadas.

Quadro 19 - Formação

Formação		2013	2014	2015	Var. 2015/14	
					Abs.	%
Ações	n.º	221	198	164	(34)	(17,2)
Participantes	n.º	827	780	848	68	8,7
Horas	n.º	4 868	6 117	6 686	569	9,3
Custos	10 ³ €	42	32	46	14	43,8
Horas por efetivo médio	horas/pessoa	3,27	4,25	4,75	0,50	11,8

NR

8.1.8 Conflitualidade Laboral

No ano em análise, o número de pré-avisos de greve recebidos foi substancialmente superior ao do ano transato. No entanto, o número de horas de tempo de trabalho perdido por greve, apenas registou um crescimento de 2,9%.

Quadro 20 - Conflitualidade laboral

Conflitualidade laboral		2013	2014	2015	Var. 2015/14	
					Abs.	%
Número de pré-avisos de greve recebidos	n.º	14	11	25	14	127,3
Greves desconvocadas	n.º	2	1	16	15	1 500,0
Greves a serviços específicos (trab. em dia feriado / trab. suplementar) – sem adesão registada	n.º	1	0	1	1	-
% média de adesão	%	61,2%	54,5%	56,0%		1,5 p.p.
Nº de horas não trabalhadas por greve	n.º	30 405	22 519	23 168	649	2,9

9 Situação Económica e Financeira

9.1 Fluxos Financeiros

Em 2015, a gestão económica e financeira do Metropolitano de Lisboa foi caracterizada pelos seguintes factos:

- Os Rendimentos Operacionais sofreram um decréscimo de 20,06 milhões de euros, em grande parte devido à supressão total de Indemnizações Compensatórias, que no ano 2014 ascenderam a 27,95 milhões de euros.
- Os Gastos Operacionais mantiveram a trajetória descendente, que se traduziu numa redução de aproximadamente 11,72 milhões de euros relativamente ao ano de 2014, com especial destaque para os Custos com Pessoal que diminuíram 1,63 milhões de euros e para Perdas em sociedades Subsidiárias / Participadas, que decresceram 15,58 milhões de euros.
- Foi mantido o Modelo de Financiamento suportado com o apoio do Acionista, através de aumentos de capital – por conversão de créditos e entradas de numerário - que permitiram fazer face ao serviço da dívida.

É de salientar a recorrente degradação dos níveis de autonomia financeira e a incapacidade do ML para gerar, com receitas próprias, meios financeiros suficientes para assegurar a sua atividade, cobrindo pelo menos 50% dos custos de exploração (indicador de referência e avaliação, “Rácio de Mercantilidade”). Esta situação foi determinante para que em 2011 esta sociedade fosse incluída na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas, EPR – Entidades Públicas Reclassificadas, equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos.

Deste enquadramento, decorreram para o ML impactos relevantes em matéria de enquadramento orçamental, reporte de informação e observância de legislação específica aplicável, designadamente sujeição à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso⁷, Lei do Enquadramento Orçamental⁸ e obrigatoriedade de preparação de Propostas Orçamentais a submeter à Direção Geral do Orçamento (DGO) para inscrição direta no Orçamento de Estado (OE).

Em 2015, os *cash-flows* gerados pela atividade de prestação de serviço público mantiveram a trajetória positiva, fruto do crescimento da receita tarifária. Contudo, a Empresa viu serem suprimidas as indemnizações compensatórias.

A caixa gerada pelas operações e o recebimento de 4,98 milhões de euros, relativo a subsídios ao Investimento (Fundos Comunitários 2,79 milhões de euros e PIDDAC 2,19 milhões de euros), permitiu libertar a tesouraria necessária para liquidar as despesas de investimento.

O Metropolitano obteve financiamento no valor de 189,27 milhões de euros, tendo pago 71,50 milhões de euros relativos a empréstimos bancários, 28,25 milhões de euros relativos a operações de *leasing*, 7,73 milhões de euros relativos a empréstimos obrigacionistas, 91,46 milhões de euros relativos a gastos e perdas de financiamento e 76 mil euros relativos a depósito a prazo (caução). Deste modo, as atividades de financiamento geraram um *cash-flow* negativo de 9,75 milhões de euros.

Face ao exposto, conclui-se que apesar do saldo positivo, 1,38 milhões de euros, resultante da soma dos fluxos de caixa da operação e do investimento, o mesmo não foi suficiente para cobrir o défice da função financeira.

⁷ Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

⁸ Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto Lei n.º 91/2001 de 20 de agosto, republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, alterada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, e mais recentemente, alterada pela Lei n.º 151/2012, de 12 de setembro, implicando obrigações de reporte à Direção Geral do Orçamento / Ministério das Finanças.

Quadro 21 - Variação de caixa e seus equivalentes

Un: milhares de euros

Demonstração Fluxos Caixa	2015	2014	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Fluxo Atividades Operacionais	10 745	47 707	33 753	(36 962)	(77,5)
Fluxo das Atividades Investimento	(9 365)	(8 211)	41 556	(1 154)	(14,1)
Fluxo das Atividades Financiamento	(9 746)	(33 876)	(81 543)	24 130	71,2
Variação de caixa e seus equivalentes	(8 366)	5 620	(6 234)	(13 986)	(248,9)
Caixa e seus equivalentes no início do período	23 806	18 186	24 420	5 620	30,9
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15 440	23 806	18 186	(8 366)	(35,1)

Em 2015, o Estado manteve a política de financiamento às Empresas Públicas Reclassificadas, substituindo a concessão de empréstimos por dotações de capital sempre que os fundos se destinam ao serviço da dívida ou investimento.

O quadro 22 detalha o financiamento do Metropolitano em 2015: O Estado aumentou o capital em 189,3 milhões de euros, concretizado através de entradas de capital.

Quadro 22 - Atividade de Financiamento

Un: milhares de euros

Atividades de financiamento	2015	2014	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Aumentos de Capital	189 272	549 684	475 429	(360 412)	(65,6)
Financiamento	189 272	211 327	475 429	(22 055)	(10,4)
Conversão de créditos	0	338 357	0	(338 357)	-
Empréstimos Bancários - IGCP/DGTF	0	0	412 860	0	-
Financiamento	189 272	549 684	888 289	(360 412)	(65,6)
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos Bancários	71 503	121 503	121 503	(50 000)	(41,2)
Empréstimos Tesouro	0	315 628	153 483	(315 628)	-
Operações de leasing	28 247	20 250	41 034	7 997	39,5
Empréstimos obrigacionistas	7 731	7 731	7 731	0	0,0
Cancelamento antecipado derivados	0	0	475 429	0	-
Juros e gastos similares	91 462	95 460	109 625	(3 998)	(4,2)
Juros Empréstimos Tesouros	0	38 881	36 235	(38 881)	-
Depósito a Prazo (caução)	76	259	19 701	(183)	(70,8)
Suprimentos Concedidos	0	0	5 093	0	-
Pagamentos	199 018	599 712	969 834	(400 694)	(66,8)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(9 746)	(33 876)	(81 545)	24 130	(71,2)

Handwritten signatures and initials in blue ink.

9.2 Investimento Realizado

Destaca-se pelo maior montante envolvido (6,58 milhões de euros, aproximadamente 47% do total), o projeto em curso no exercício de 2015 referente à extensão da linha azul no troço Amadora Este/Reboleira.

As remodelações da Rede, com destaque para as intervenções na Linha Amarela e na Linha Verde, que totalizaram um investimento de 5,67 milhões de euros, contemplaram o desenvolvimento de projetos de intervenção para colmatação de fissuras e tratamento de patologias nos túneis e galerias.

Salienta-se ainda a continuidade do desenvolvimento (em especial na estação do Colégio Militar/Linha Azul), de projetos de assistência técnica às acessibilidades, no âmbito do PNPA – Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade.

Foram ainda desenvolvidos trabalhos no âmbito da regularização e fecho de contratos da empreitada do Empreendimento Alameda / S. Sebastião (Linha Vermelha).

Quadro 23 - Despesa de Investimento

	Un: €uros		
	FBCF	ICT	DI
	Formação Bruta de Capital Fixo	Investimento a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
A - ILD	13 366 025	16 440 636	17 092 109
Em curso	6 582 481	6 582 481	6 968 653
Extensão Amadora Este / Reboleira	6 582 481	6 582 481	6 968 653
Outros	6 783 543	6 783 543	7 048 844
Extensão Oriente / Aeroporto	65 230	65 230	65 230
Extensão Alameda / S. Sebastião	413 902	413 902	413 902
Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade	30 852	30 852	30 909
Remodelação da linha Azul	21 875	21 875	21 875
Remodelação da linha Amarela	2 500 404	2 500 404	2 500 404
Remodelação da linha Verde	3 174 419	3 174 419	3 439 663
Remodelação da Rede - Outros	576 860	576 860	576 860
Autoinvestimento	0	3 074 612	3 074 612
B - ML	642 488	642 488	642 488
Parques de material e oficinas	288 318	288 318	288 318
Material circulante	754	754	754
Equipamentos e outros	90 579	90 579	90 579
Investimentos correntes	262 837	262 837	262 837
Autoinvestimento	0	0	0
Investimento total	14 008 513	17 083 124	17 734 597

A FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo, (14,009 milhões de euros) compreende o montante de investimentos que foi capitalizado e reconhecido nas contas do Ativo Fixo da Empresa.

Quadro 24 - Evolução do Investimento

Investimento	Un: €uros				
	2015	2014	2013	Var2015 / 14	
				Abs.	%
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	14 008 513	8 826 957	2 195 473	5 181 556	58,7%
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	17 083 124	10 267 910	3 847 344	6 815 214	66,4%
Despesas de Investimento (DI) - inclui custos financeiros	17 734 597	11 146 431	4 683 284	6 588 166	59,1%

9.3 Estrutura Patrimonial

9.3.1 Balanço do Exercício

Em 2015 o ML manteve o critério, indicado pela Tutela, de apresentar no Balanço os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), evidenciando o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e as responsabilidades correspondentes.

O valor do ativo totalizou 5.170 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Quadro 25 - Ativo Total

Ativo	2015	2014 (Reexpresso)	2013	Un: milhões de euros	
				Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Não corrente	4 827	4 704	4 362	123	2,6
Corrente	0	0	2	0	-
ILD	4 827	4 704	4 364	123	2,6
Não corrente	265	287	336	(22)	(7,5)
Corrente	78	101	104	(23)	(22,8)
ML	343	388	440	(45)	(11,5)
Ativo total	5 170	5 091	4 804	79	1,5

O acréscimo do Ativo em Infraestruturas de Longa Duração (Ativo – ILD) resulta maioritariamente dos gastos suportados pelo Metropolitano na atividade de Investimento em Infraestruturas, registados numa conta de valores a receber.

O investimento em Infraestruturas de Longa Duração cresceu, em relação ao ano anterior, 8,47 milhões de euros, tendo o investimento ML reduzido 1,88 milhões de euros.

Fruto do apoio do Estado através de reforços de Capital, o Capital Próprio da Empresa continuou a sua tendência ascendente, consolidando o valor positivo para 107 milhões de euros.

O passivo total reduziu 0,4%, devido à amortização dos financiamentos, totalizando 5.063 milhões de euros.

Quadro 26 - Passivo Total e Capitais Próprios

Passivo e Capital Próprio	2015	2014 (Reexpresso)	2013	Un: milhões de euros	
				Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Não corrente	3 200	3 512	3 601	(312)	(8,9)
Corrente	594	341	299	253	74,2
ILD	3 794	3 853	3 900	(58)	(1,5)
Não corrente	759	1 022	1 132	(263)	(25,7)
Corrente	510	208	226	302	145,5
ML	1 269	1 229	1 359	39	3,2
Passivo total	5 063	5 082	5 258	(19)	(0,4)
Capitais próprios	107	9	(454)	98	1 040,8
Total do passivo e capitais próprios	5 170	5 091	4 804	79	1,5

9.4 Gestão de Risco Financeiro

O ML tem vindo a consolidar a sua estrutura de capitais através do permanente reforço de capitais que o acionista tem vindo a promover e a consequente redução do endividamento.

9.4.1 Rating do Metropolitano de Lisboa

Quadro 27 - Rating do ML

Rating Metro	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
17 de janeiro de 2014	B	Negativo
28 de fevereiro de 2014	BB	Negativo
9 de maio de 2014	BB	Estável
27 de fevereiro de 2015	BB	Estável
23 de março de 2015	BB	Positivo
16 de fevereiro de 2016	BB+	Estável

A classificação do ML como Empresa Pública Reclassificada em finais de 2011, fez com que a Standard & Poor's tivesse revisto a partir de 2012 os seus critérios de análise de risco da Empresa. Em consequência, desta nova metodologia o Rating do ML passou a seguir a evolução do Rating da República Portuguesa.

O racional para esta avaliação foi o seguinte:

1. Continuação do apoio financeiro prestado pelo Estado, a que acresce o facto da maioria da dívida detida pelo ML ser garantida pela República Portuguesa.
2. O apoio e comprometimento, demonstrado pelo Estado, na satisfação dos compromissos de serviço da dívida, com verbas previstas para este efeito, no orçamento de 2015.

9.4.2 Evolução do Passivo Remunerado

Em 2015, a Empresa amortizou dívida no valor de 99,76 milhões de euros, reduzindo em 2,6% o passivo remunerado.

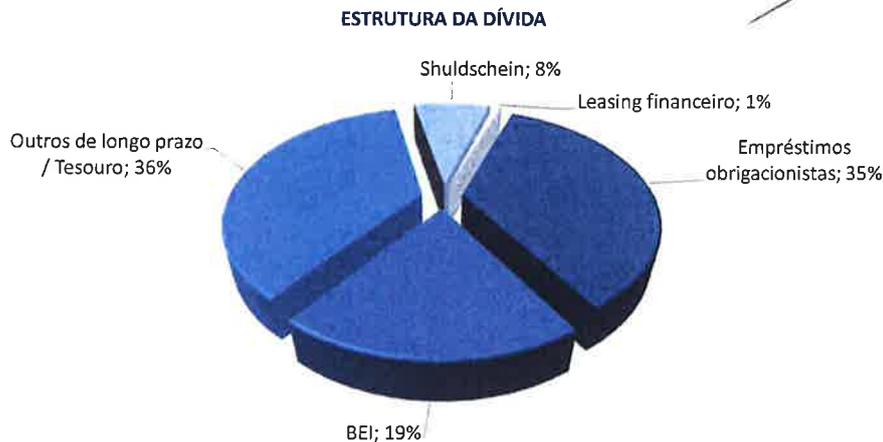
Quadro 28 - Estrutura do Passivo Remunerado

Passivo remunerado	2015	2014	2013	Un: milhares de euros	
				Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	1 317 731	1 325 463	1 333 194	(7 732)	(0,6)
BEI	723 351	794 854	866 357	(71 503)	(9,0)
Outros de longo prazo / Tesouro	1 356 262	1 206 262	1 521 891	150 000	12,4
Shuldschein	300 000	450 000	500 000	(150 000)	(33,3)
Leasing financeiro	26 332	46 860	59 386	(20 528)	(43,8)
Dívida de médio e longo prazo	3 723 677	3 823 439	4 280 828	(99 762)	(2,6)
Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-
Total	3 723 677	3 823 439	4 280 828	(99 762)	(2,6)

AR
B
H
J.P. Santos

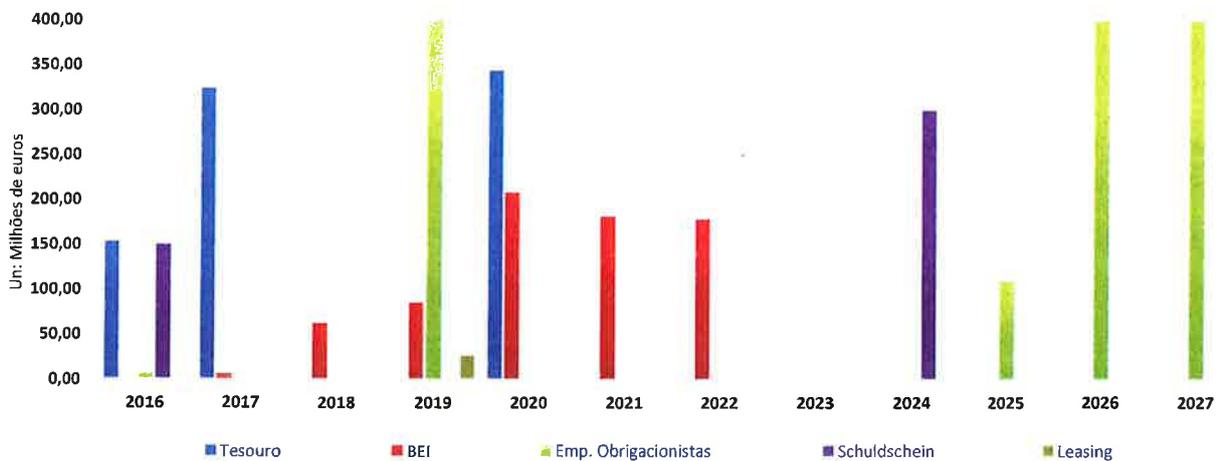
Os empréstimos obrigacionistas têm um peso preponderante na estrutura do endividamento do Metro, apresentando igualmente as maturidades mais elevadas.

Gráfico 9 - Distribuição do endividamento



Os empréstimos obrigacionistas têm um peso preponderante na estrutura do endividamento do Metro, apresentando igualmente as maturidades mais elevadas.

Gráfico 10 - Maturidade do Financiamento

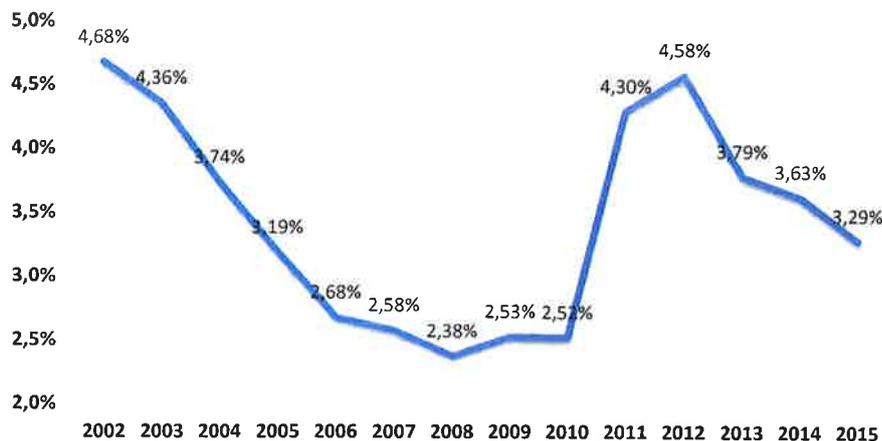


9.4.3 Evolução da taxa de juro implícita

O gráfico seguinte mostra a evolução da taxa de juro implícita no endividamento desde 2002. Como se pode constatar, esta taxa de juro mantém uma trajetória favorável até 2010. A partir deste ano, com a descida das taxas de juro de referência, os *cash-flows* gerados pelos instrumentos de cobertura de risco iniciam uma trajetória acelerada de perdas, agravando significativamente a taxa de juro implícita.

A inversão desta tendência, a partir de 2012, é consequência do menor custo dos empréstimos contraídos junto do Tesouro. A taxa implícita de 3,29% é influenciada pelo impacto associado ao cancelamento dos derivados com maior risco de perdas.

Gráfico 11 - Taxa de juro implícita



9.5 Resultados Globais da Empresa

No exercício de 2015 o Metropolitano de Lisboa deu continuidade à integração da gestão operacional com a CARRIS, iniciada em 2012, e à qual se juntou no presente exercício o grupo Transtejo, permitindo uma otimização dos recursos disponíveis em cada uma das empresas, através da partilha de meios humanos e materiais e da contratação conjunta de fornecimento de bens e serviços, maximizando assim o efeito de escala de gestão integrada.

Apesar de em 2015, o ML ter dado continuidade à prossecução de uma política de contenção de custos, o que permitiu uma redução nos gastos operacionais de 11,72 milhões de euros (-7,5%) face a 2014, a mesma não foi suficiente para permitir melhorar o resultado operacional da Empresa, que foi de -13,57 milhões de euros, agravado, como já referido no ponto 7.1, devido à supressão total de Indemnizações Compensatórias.

Em sequência do acima exposto, o resultado antes de impostos ascendeu a -65,1 milhões de euros, representando um agravamento de cerca de 14,3 milhões de euros relativamente aos resultados registados no ano anterior.

Quadro 29 - Resultados

Resultados	2015	2014 (reexpresso)	2013	Un: milhares de euros	
				Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Rendimento do Serviço Público	90 486	88 125	78 851	2 361	(2,7)
Outros rendimentos	41 541	63 961	104 806	(22 420)	(35,1)
Total de Rendimentos Operacionais	132 026	152 086	183 657	(20 059)	(13,2)
Total de Gastos Operacionais	145 596	157 320	161 033	(11 724)	(7,5)
Resultado Operacional	(13 569)	(5 234)	22 624	(8 335)	(159,3)
EBITDA Corrigido	(7 212)	30 170	7 567	(37 382)	(123,9)
Resultado Financeiro	(51 536)	(45 536)	(37 844)	(6 001)	(13,2)
Resultado antes de Impostos	(65 105)	(50 770)	(15 220)	(14 336)	(28,2)

* EBITDA corrigido (sem provisões, ajustamentos, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equivalência patrimonial/subsidiárias).

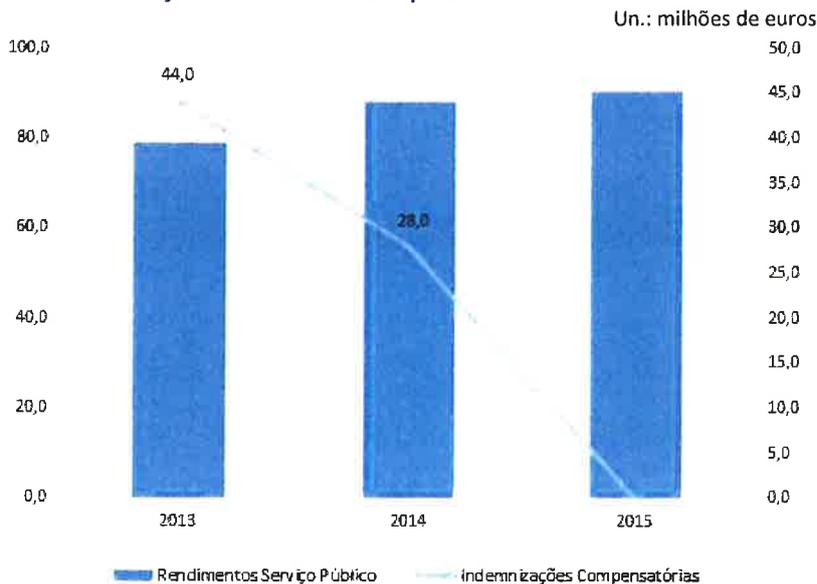
[Handwritten signatures and initials]

Face ao Resultado Operacional de 2015, o EBITDA, corrigido de um conjunto de rubricas *non-cash*⁹ (Especialização de subsídios ao investimento e Equivalência patrimonial/Subsidiárias), cifrou-se em -7,21 milhões de euros, traduzindo-se num agravamento de 37,38 milhões de euros face a 2014, devido essencialmente à supressão total de Indemnizações Compensatórias, conforme referido no ponto seguinte. Deste modo, o agravamento do resultado deve-se a redução do valor dos Rendimentos Operacionais (-20,06 M€), e ao reconhecimento de custos relativos a exercícios anteriores no valor de 11,79 milhões de euros com os projetos das estações de Rossio, Cais do Sodré e Terreiro do Paço que face à sua antiguidade não são suscetíveis de vir a ser recuperados no futuro.

9.5.1 Evolução dos Rendimentos Operacionais

Se analisarmos o gráfico abaixo, podemos constatar que ao nível dos Rendimentos de Serviço Público, tem-se assistido a uma ligeira recuperação desde a sua quebra em 2013, isto principalmente devido ao aumento de 3,1% do número de passageiros transportados com título pago (validações), que permitiu um acréscimo de 2,6 milhões de euros (+3,0%) de receita gerada pela venda de passes e bilhetes, face a 2014.

Gráfico 12 - Evolução dos Rendimentos Operacionais



Contudo, o aumento da receita tarifária, não foi suficiente para colmatar a supressão total de Indemnizações Compensatórias, que teve um forte impacto no total dos Rendimentos Operacionais, que face a 2014 decresceram 20,06 milhões de euros (-13,2%).

Da análise comparativa sobre os Rendimentos Operacionais, conforme detalhe apresentado no quadro 30, destacam-se ainda os seguintes aspetos:

- No relativo às compensações tarifárias, assinala-se um decréscimo na ordem dos 11,6%.
- Não foi recebida qualquer importância a título do subsídio PAII - Programa de Apoio Integrado a Idosos.

⁹ Estas rubricas, por aplicação do referencial contabilístico SNC, influenciam o EBITDA, distorcendo o conceito de "cash-flow operacional" representado por este indicador.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

- Os restantes rendimentos assinalam um acréscimo de 10,35 milhões de euros, por via dos trabalhos para a própria empresa (+1,672 milhões de euros, +107,8%) e aumentos de justo valor (+9,472 milhões de euros, +69,6%).

Quadro 30 - Rendimentos Operacionais

Rendimentos Operacionais	2015	2014 (Reexpresso)	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Vendas de Passes e bilhetes	88 643 929	86 021 693	77 487 718	2 622 236	3,0
Compensação 4_18/sub_23/Social +	1 841 805	2 082 580	1 058 167	(240 775)	(11,6)
Subsídios PAII	-	20 690	305 482	(20 690)	-
Receita Serviço público	90 485 734	88 124 963	78 851 367	2 360 771	2,7
Indemnização compensatória e reforço orçamental	6 000	32 775 104	44 000 000	(32 769 104)	(99,98)
Receitas não tarifárias	3 337 351	3 879 048	3 600 669	(541 698)	(14,0)
Trabalhos p/ Própria Empresa	3 223 624	1 551 256	1 945 091	1 672 368	107,8
Imparidades	-	105 064	132 970	(105 064)	-
Aumentos justo valor	23 091 328	13 618 875	23 199 397	9 472 453	69,6
Outros rendimentos e ganhos	11 564 191	12 031 380	29 336 492	(467 189)	(3,9)
Imparidade de ativos (Reversões)	318 268	-	-	318 268	-
Reversões de Provisões	-	-	2 591 191	0	0,0
Outros rendimentos	41 540 763	63 960 727	104 805 810	(22 419 965)	(35,1)
Total	132 026 497	152 085 691	183 657 177	(20 059 195)	(13,2)

9.5.2 Gastos Totais por Natureza

O quadro seguinte compara a evolução dos gastos operacionais, que registaram um decréscimo de 11,72 milhões de euros (-7,45%) face a 2014.

Quadro 31 - Gastos Operacionais

Gastos Operacionais	2015	2014 (Reexpresso)	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Gastos com o pessoal	66 122 884	67 754 065	86 397 818	(1 631 181)	(2,41)
Fornecimentos e serviços externos	31 909 157	31 322 364	31 879 718	586 793	1,87
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 439 098	2 639 558	2 150 462	(200 460)	(7,59)
Perdas imputadas subsidiárias	4 545 391	20 124 337	1 259 896	(15 578 946)	(77,41)
Imparidades	1 460 128	0	25 000	1 460 128	-
Outros gastos e perdas	12 451 188	3 569 549	11 410 347	8 881 639	248,82
Provisões	2 283 081	181 548	0	2 101 533	1.158
Amortizações	24 384 780	27 044 540	27 910 026	(2 659 760)	(9,83)
Imparidades de Ativos depreciables	0	4 683 754	0	(4 683 754)	-
Total	145 595 706	157 319 715	161 033 267	(11 724 009)	(7,45)

[Handwritten signatures and initials]

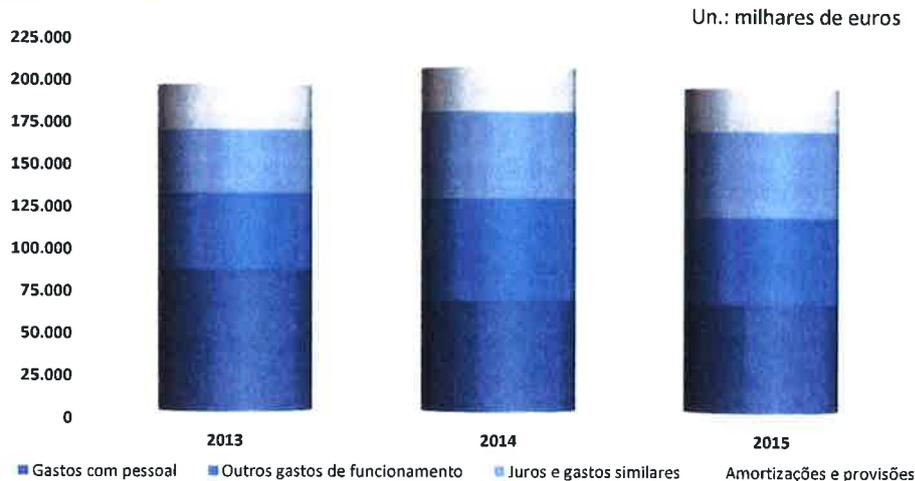
Os resultados financeiros registaram uma variação negativa, na ordem dos 6 milhões de euros, justificada pelo efeito contabilístico de uma operação registada na rubrica “Outros ganhos financeiros” em 2014.

Quadro 33 - Resultados Financeiros

Resultados financeiros	2015	2014 (Reexpresso)	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Aplicações financeiras	159	4 631	24 405	(4 472)	(96,6)
Outros ganhos financeiros	1 243 609	7 520 772	854 645	(6 277 163)	(83,5)
Gastos financeiros de exploração	(52 320 579)	(52 434 378)	(34 503 909)	113 799	0,2
Juros suportados c/ financ. banc./DGTF	(19 139 083)	(22 040 031)	(34 503 909)	2 900 948	13,2
Juros a liquidar	(33 181 496)	(30 394 346)	(10 737 858)	(2 787 150)	(9,2)
Gastos locação financeira	(459 374)	(626 543)	(4 219 365)	167 169	26,7
	(51 536 185)	(45 535 517)	(37 844 224)	(6 000 668)	(13,2)

O gráfico seguinte mostra a evolução registada pelas grandes rubricas de gastos no período de 2013 a 2015. À exceção da rubrica de juros e gastos similares, que teve significativo aumento, derivado de juros vencidos e não pagos de instrumentos financeiros reconhecidos em 2014 e 2015, todas as outras rubricas têm mantido o sentido descendente face a 2013, dado o esforço no cumprimento do objetivo estabelecido no n.º 1 do artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, através de medidas de otimização de recursos que permitam a redução nas principais rubricas de gastos operacionais.

Gráfico 13 - Evolução dos Gastos Totais



Pelo exposto, e conforme se demonstra no quadro seguinte, o ML superou o objetivo de redução dos gastos operacionais estabelecido para o período 2015/2010, em cumprimento no previsto no artigo acima mencionado (-15% no total de custos referido no quadro abaixo), atingindo a redução global de 22,08%.

Quadro 34 - Plano de Redução dos Gastos

RUBRICAS	2015	2014	2010	Un.: milhares de euros	
				Var. 2015/2010	
				Abs.	%
Consumos	2 439	2 640	2 607	(168)	(6,4)
Fornecimentos e serviços externos	31 909	31 322	38 674	(6 765)	(17,5)
Gastos com pessoal	66 123	67 754	87 657	(21 534)	(24,6)
Total	100 471	101 716	128 938	(28 467)	(22,1)

9.6 Produtividade

Da análise do quadro 35, e apesar das dificuldades na gestão de pessoal, dado a redução do número de efetivos, tem sido possível ao ML manter a tendência de crescimento da oferta em resposta ao aumento do número de passageiros transportados, mesmo não sendo ainda viável melhorar os níveis de serviço, nomeadamente em termos de tempo de intervalo entre comboios. Apesar da redução do efetivo, que em 2015 se manteve com a saída de 45 colaboradores, conseguiu-se alcançar uma evolução positiva nos indicadores de produtividade analisados.

Quadro 35 - Indicadores de Produtividade

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE	2015	2014	2013	Var. 2015/2014	
				Abs.	%
Ckm (Carruagens x km)/Efetivo Médio	15 899	15 214	14 428	685	4,5
LKO (Lugares x km)/Efetivo Médio	10 ³ 2 035	1 947	1 847	88	4,5

A evolução positiva em termos de recursos disponíveis resulta essencialmente do reforço do processo de gestão integrada com a Carris, a que se juntou o Grupo Transtejo, ao nível da integração dos colaboradores das áreas corporativas.

Relativamente à área operacional, e apesar do défice de número de maquinistas existente, foi possível ao ML superar a oferta programada em 1,7%, representando mais 49,09 milhões de Lugares x km face ao estimado para 2015, não por um aumento do número de comboios em relação à oferta programada, mas, sobretudo, pelo reforço do número de carruagens de alguns dos comboios.

10 Governo Societário

Nos termos do novo regime jurídico do sector público empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a elaborar, anualmente, um “Relatório de boas práticas de Governo Societário”, no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – “Princípios de Governo Societário” do referido decreto-lei. Neste sentido, o Metropolitano de Lisboa dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54.º do referido diploma elabora um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2015, que é publicado em documento autónomo.

Quadro 36 - Grelha resumo das boas práticas do governo societário

Relatório do Governo Societário	Identificação		Divulgação	
	S	N	S	N
I. Sumário Executivo	✓		✓	
II. Missão, objetivos e políticas	✓		✓	
III. Estrutura de Capital	✓		✓	
IV. Participações Sociais e Obrigações legais detidas	✓		✓	
V. Órgãos Sociais - Identificação e funcionamento	✓		✓	
A. Mesa da Assembleia Geral	✓		✓	
B. Administração e supervisão	✓		✓	
C. Fiscalização	✓		✓	
D. Revisor Oficial de Contas	✓		✓	
E. Auditor Externo	✓		✓	
VI. Organização Interna	✓		✓	
A. Estatutos e comunicações	✓		✓	
B. Controlo interno e gestão de riscos	✓		✓	
C. Regulamentos e códigos	✓		✓	
D. Deveres especiais de informação	✓		✓	
E. Sítio de internet	✓		✓	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	✓		✓	
VII. Remunerações dos Órgãos Sociais	✓		✓	
A. Competência para a determinação	✓		✓	
B. Comissão de fixação de remunerações	✓		✓	
C. Estrutura e divulgação das remunerações	✓		✓	
D. Divulgação das remunerações	✓		✓	
VIII. Transações com partes relacionadas e Outras	✓		✓	
IX. Análise da Sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental	✓		✓	
X. Avaliação do Governo Societário	✓		✓	

11 Cumprimento de Orientações Legais

Dando cumprimento ao ofício-circular da Direção Geral de Tesouro e Finanças - “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2015” de 12 de fevereiro de 2016, apresenta-se detalhe da informação solicitada:

a) Objetivos de Gestão

No âmbito dos Princípios de Governo Societário, o art.º 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, determina o conteúdo e exercício da função Acionista, integrando a definição de orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial e os principais objetivos de gestão e resultados a alcançar pelos titulares dos Órgãos de Gestão, nomeados para cada triénio.

Não se encontrando em vigor um Contrato de Gestão para o mandato em curso, optou-se por incluir neste relatório, a monitorização dos indicadores de acompanhamento, incluídos como objetivos de gestão no Plano de Atividades e Orçamento 2015 (PAO).

Quadro 37 - Objetivos de gestão 2015

Indicadores	Un.	Ano 2015		
		Valor do Objetivo	Valor Real	Desvio
EBITDAR (sem IC)	10 ³ €	(6 386,4)	(6 174,8)	211,6
Eficiência	10 ³ €	105 671	111 568	5 897,6
Prazo médio de pagamentos	dias	30	20	(10)
Passageiro x km transportados	10 ³	653 052	685 636	32 585
Grau de Satisfação do Clientes	n.º índice	7,00	7,06	0,06
Taxa de fraude	%	5,5	5,5	0,0 pp

Glossário dos indicadores de gestão:

EBITDAR: Rendimentos Operacionais – Despesas Operacionais, sendo: Rendimentos Operacionais = Vendas e Serviços Prestados (s/ IFRIC) + Indemnizações compensatórias ao passageiro + Outros rendimentos e ganhos;

Despesas Operacionais = CMVMC + FSE (s/ IFRIC) + Custos com pessoal s/ indemnizações por rescisão + Outras gastos e perdas.

EFICIÊNCIA (DESPESAS OPERACIONAIS): CMVMC + FSE (s/ IFRIC) + Custos com pessoal s/ indemnizações por rescisão + Outras gastos e perdas.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS: medido em número de dias, de acordo com a RCM n.º 34/2008, o Despacho n.º 9870/2009 e o DL n.º 65-A/2011 de 17 de maio.

PROCURA: número de passageiros x km efetivamente transportados tendo por base informação dos sistemas de bilhética sem contacto.

GRAU DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE: medido pelos resultados do inquérito anual de satisfação do cliente.

TAXA DE FRAUDE: Taxa de fraude utilizada pelo Metropolitano de Lisboa.

b) Gestão do Risco Financeiro e Limites Máximos de Endividamento

No ponto 7.4.2, deste relatório procede-se à divulgação prevista no Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, relativa à evolução dos gastos de financiamento e da taxa média de juro anual dos últimos 5 anos.

Nos termos da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, o limite máximo de crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, foi fixado em 3%.

Quadro 38 - Variação do endividamento

	Un.: €		
	2015	2014	2013
Financiamento Remunerado	3 723 677 187	3 823 438 755	4 280 827 560
Dotação de Capital	189 272 225	549 683 716	475 429 039
Variação do endividamento		1,85%	

Conforme demonstrado na tabela anterior, o Metropolitano de Lisboa cumpriu o objetivo determinado na Lei do OE, de não agravamento superior a 3% dos níveis de endividamento do setor público empresarial.

Quadro 39 - Financiamento

Financiamento	Un.	Anos		
		2015	2014	2013
Encargos financeiros	€	91.461.531	95.459.528	582.068.223
Taxa média de financiamento	%	3,29	3,63	3,79

Quadro 40 - Passivo remunerado

Passivo Remunerado	2015	2014	2013	Un.: €	
				Variação 2015/2014	
				Abs	%
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)	3 723 677 187	3 823 438 755	4 280 827 560	(99 761 568)	(2,6)
dos quais concedidos pela DGTF	1 206 262 385	1 206 262 385	1 571 890 846	-	-
Aumentos de Capital por Dotação	189 272 225	211 326 846	475 429 039	(22 054 621)	(10,4)
Aumentos de Capital por Conversão de Créditos	-	338 356 870	-	(338 356 870)	-
Endividamento ajustado	3 912 949 412	4 373 122 471	4 756 256 599	(460 173 059)	(10,5)

O endividamento do ML diminuiu 2,6%, cifrando-se o passivo remunerado nos 3.724 milhões de euros.

AR
JS
RL
2015-12

c) Prazo médio de pagamentos (PMP)

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril é a que consta da tabela abaixo.

Quadro 41 - Prazo médio de pagamentos a fornecedores

PMP	2015	2014	Variação 2015/2014	
			Abs.	%
Prazo (dias)	20	17	3	16%

d) Pagamentos em atraso ("arrears")

Mapa demonstrativo da posição em 31-12-2015 das contas a pagar, com evidência das dívidas vencidas e dos pagamentos em atraso, conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011 de 17 de maio.

Quadro 42 - Pagamentos em atraso

Dívidas vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o art. 1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de Bens e Serviços	1.079.819 €	7.309 €	401 €	0 €	191 €
Aquisições de Capital	9.913 €	0 €	0 €	0 €	127.603 €
Total	1.089.732 €	7.309 €	401 €	0 €	127.794 €

O controlo dos Pagamentos em Atraso é um dos requisitos críticos da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aplicável ao Metropolitano de Lisboa desde de janeiro de 2012, em consequência da reclassificação desta entidade no perímetro de consolidação das contas públicas, como Serviço e Fundo Autónomo.

Para efeitos do cálculo dos Fundos Disponíveis, é determinante a avaliação da condição da entidade, no âmbito da detenção ou não de pagamentos em atraso, em conformidade com o disposto na LCPA.

e) Recomendações do Acionista

No cumprimento dos deveres especiais de informação e das recomendações periodicamente remetidas pelo acionista, o Metropolitano de Lisboa procura reportar atempadamente toda a informação e esclarecimentos solicitados.

Considerando que as contas de 2013 e 2014 desta entidade não foram aprovadas pelo Acionista, não foram transmitidas à Empresa recomendações específicas que mereçam referência neste ponto.

[Handwritten signatures and initials]

f) Remunerações dos órgãos sociais

Conselho de Administração – Mandato que terminou em 7/janeiro/2015

Quadro 43 - Identificação dos membros do Conselho de Administração

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Designação			OPRLO	
		Nome	Forma	Data	Identificação Entidade	Pagadora [O/D]
2012-2014	Vogal -1	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	RCM 36/2012	23-08-2012	n.a	D
2012-2014	Vogal -2	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	RCM 36/2012	23-08-2012	n.a	D
2012-2014	Vogal -3	Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	RCM 36/2012	23-08-2012	n.a	D

Nota: OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Quadro 44 - Acumulação de funções

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime (Público/Privado)
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	CARRIBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Presidente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A	Presidente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Publico
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A	Vogal	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	CARRIBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Presidente	Publico

Quadro 45 - Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas de Representação
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	A	2.289,10	915,64
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	A	2.289,10	915,64
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	A	2.289,10	915,64



[Handwritten signatures and initials]

Quadro 51 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	-	-	-	-	-	0,00
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	-	-	-	-	-	0,00
Dra. Maria Manuela Bruno de Figueiredo	-	-	-	-	-	0,00

Conselho de Administração – Mandato que iniciou em 8/janeiro/2015

Quadro 52 - Identificação dos membros do Conselho de Administração

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma (1)	Data	Identificação Entidade	Pagadora (O/D)
2015-2017	Presidente	Eng. Rui Lopes Loureiro	RCM	08-01-2015	n.a	D
2015-2017	Vogal -1	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	RCM	08-01-2015	n.a	D
2015-2017	Vogal -2	Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	RCM	08-01-2015	n.a	D
2015-2017	Vogal -3	Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	RCM	08-01-2015	n.a	D
2015-2017	Vogal -4	Dr. José Rui Roque	RCM	08-01-2015	n.a	D

(1) RCM – Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2015, de 14 de janeiro.

OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino



Quadro 53 - Acumulação de funções

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade (identificar)	Função (identificar)	Regime (Público/Privado)
Eng. Rui Lopes Loureiro	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Presidente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Presidente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Presidente	Público
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
	TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
	TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público
Dr. José Rui Roque	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público

Quadro 54 - Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Valores mensais Bruto (€)	
			Remuneração Base	Despesas de Representação
Eng. Rui Lopes Loureiro	S	A	1.907,58	763,03
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	A	1.526,07	610,43
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	S	A	1.526,07	610,43
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	A	1.526,07	610,43
Dr. José Rui Roque	S	A	1.526,07	610,43

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Quadro 55 - Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Remuneração Anual 2015 (€)					
	Variável	Fixa	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor final (4) = (1) - (2) + (3)
Eng. Rui Lopes Loureiro	-	34.554,39	34.554,39	4.438,21	669,22	30.785,40
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	-	27.638,51	27.638,51	3.498,13	511,56	24.651,94
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	-	27.643,82	27.643,82	3.549,45	535,14	24.629,51
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	-	27.643,55	27.643,55	3.535,95	520,83	24.628,43
Dr. José Rui Roque	-	27.643,82	27.643,82	3.549,45	535,14	24.629,51

Quadro 56 - Benefícios sociais

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo anual da entidade		Outros	
	Valor / dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo anual da entidade	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Identificar	Encargo anual da entidade
Eng. Rui Lopes Loureiro	9,54	639,18	SS	7.392,00	480,62	-	Seguro de acidentes de trabalho	177,38
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	9,54	773,56	SS	5.906,97	489,84	-	Seguro de acidentes de trabalho	141,72
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	9,54	604,20	SS	5.920,12	480,62	-	Seguro de acidentes de trabalho	142,03
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	9,54	731,91	SS	5.898,63	489,84	-	Seguro de acidentes de trabalho	141,53
Dr. José Rui Roque	9,54	690,06	SS	5.925,91	480,62	-	Seguro de acidentes de trabalho	142,19

Quadro 57 - Gastos com comunicações móveis

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng. Rui Lopes Loureiro	80	165,31	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	80	169,27	
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	80	-	
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	80	-	
Dr. José Rui Roque	80	534,03	

Quadro 58 - Encargos com viaturas

Membro do CA (Nome)	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída (S/N)	Celebração do contrato data	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade (1) (Identificar)	Ano Início	Ano termo	Valor da renda Mensal (€)	Valor Anual com Rendas (€)	Prestações contratadas Remanescidas (10.ª)
Eng. Rui Lopes Loureiro	S	20-01-2010	42.750,00	ALD	2010	2014	(2)	(2)	(2)
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	16-06-2011	26.318,00	ALD	2011	2014	(3)	(3)	(3)
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	S	15-01-2015	42.520,00	ALD	2015	2018	200,50	2.405,95	24
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	05-08-2010	42.822,00	ALD	2010	2014	(2)	(2)	(2)
Dr. José Rui Roque	S	05-03-2010	45.305,00	ALD	2010	2015	232,48	2.789,78	0

(1) Aquisição, ALD, leasing ou outra
(2) Viatura adquirida pela CARRIS no final do contrato
(3) Viatura pertencente ao METRO, adquirida no final do contrato

Quadro 59 - Gastos anuais associados a viaturas

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal definido para Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Eng. Rui Lopes Loureiro	190,76	1.604,70	564,08	2.525,54	201,74	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	152,61	1.085,62	397,40	3885,72	426,64	
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	152,61	739,66	-	743,62	247,99	
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	152,61	767,81	430,53	872,46	200,65	
Dr. José Rui Roque	152,61	416,57	191,97	18,76	337,15	

Quadro 60 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Eng. Rui Lopes Loureiro	201,47	11,43				212,90
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	73,85	11,43				85,28
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	16,79	-				16,79
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	-	-				0,00
Dr. José Rui Roque	-	-				0,00

Acrescenta-se que, em 2015, nos termos do art.º 32 do Estatuto do Gestor Público, não houve lugar à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, pelos membros do Conselho de Administração, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa, nem qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal.

Conselho Fiscal

Quadro 61 - Identificação dos membros do Conselho Fiscal

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado* (mensal) [€]
			Forma	Data	
2012-2014	Presidente	Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	05-10-2012	1.602,37
2012-2014	Vogal Efetivo	Dr. José Carlos Pereira Nunes	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	05-10-2012	1.201,78
2012-2014	Vogal Efetivo	Dra. Maria Onilda Oliveira Sousa	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	05-10-2012	1.201,78
2012-2014	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	05-10-2012	0,00

* De acordo com o Despacho Conjunto de 5 de outubro de 2012 da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações - 50% destes valores são suportados pela CARRIS.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Quadro 62 - Remuneração anual

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor após reduções (4) = (1) - (2) + (3)
Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	10.991,11	897,25	224,31	10.318,17
Dr. José Carlos Pereira Nunes	8.245,81	666,96	166,72	7.745,57
Dra. Maria Onilda Oliveira de Sousa	8.248,23	657,27	164,30	7.755,26
Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	0,00	0,00	0,00	0,00

Revisor Oficial de Contas (ROC)

Quadro 63 - Identificação do SROC/ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Contratada		
2015-2017	Efetivo	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC representada por Dr. José Luís Azeal Alves da Cunha (ROC n.º 595)	74	20161408	D*	18-03-2015			

* Nomeado por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Economia, de 18 de março de 2015.

Quadro 64 - Remuneração anual

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
Alves da Cunha, A. Dias & Associados	13.834,66	0,00	0,00	13.834,66

g) Remunerações do Auditor Externo

Quadro 65 - Identificação e remuneração do auditor externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da contratação		Remuneração Anual (€)			
Nome	N.º inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços Contratada (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1) - (2) + (3)
Deloitte & Associados, SROC S.A.	43	231	22-10-2013		23.950,00			23.950,00

h) Remunerações dos restantes trabalhadores

No ano 2015, foi dado cumprimento à Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, que estabeleceu os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão, nomeadamente: artigo 35.º - Pagamento do subsídio de Natal, artigo 38.º - Proibição de valorizações remuneratórias, artigo 39.º - Atribuição de prémios de desempenho, artigo 41.º - Prémios de gestão, artigo 43.º - Subsídio de refeição, artigo 44.º - Ajudas de custo, trabalho suplementar e trabalho noturno nas funções públicas e nos estabelecimentos públicos e artigo 45.º - Pagamento do trabalho extraordinário ou suplementar. Foram ainda observadas disposições específicas em matéria de Política Salarial previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2015 (Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro).



Handwritten signatures and initials: AL, AH, B, 27-15

i) Estatuto do Gestor Público

A partir de 08-01-2015, assumiu funções um Conselho de Administração conjunto às empresas Carris, Metro, Transtejo e Soflusa. As despesas com os respetivos vencimentos foram repartidas de forma igualitária por Carris, Metro e Grupo Transtejo a partir da referida data.

Quadro 66 - Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas de Representação
Eng. Rui Lopes Loureiro	S	A	1.907,58	763,03
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	A	1.526,07	610,43
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	S	A	1.526,07	610,43
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	A	1.526,07	610,43
Dr. José Rui Roque	S	A	1.526,07	610,43

j) Despesas não documentadas

O ML cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não tendo realizado despesas não documentadas.

k) Princípio de Igualdade de Género

De acordo com o estabelecido para as entidades do sector empresarial do Estado, a Empresa em 2013 aprovou o seu "Plano de Ação para a Igualdade de Género" para o triénio 2013/2015, tendo por base as obrigações previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março, as medidas elencadas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2013, de 8 de março e o previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 5 de março.

O Plano para a Igualdade do Metro, composto por um diagnóstico interno, visa integrar a perspetiva de género para alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Considerando a reorganização operacional ocorrida no ano de 2015, e ainda em curso, envolvendo a CARRIS, o METRO e o Grupo TRANSTEJO, obrigou à reestruturação do Plano para a Igualdade anteriormente elaborado para a CARRIS. Essa reestruturação iniciou-se no segundo semestre de 2015 e ainda se encontrava em curso no final desse ano. O principal objetivo é a conceção de um novo Plano para a Igualdade a ser elaborado para o triénio 2016-2018 que reflita a igualdade ajustada à realidade destas Empresas envolvendo-as, também, na definição de compromissos de melhoria que se consubstanciam em medidas ou/e em práticas de Igualdade de Género assumidos mediante a assinatura de protocolos também com a CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), na qualidade de parceiros, ao abrigo do Acordo de Adesão, ao "Fórum Empresas para a Igualdade de Género - O nosso compromisso".

Este acordo emana da vontade das três empresas em assumirem uma cultura de reconhecimento da igualdade de género, através da promoção e combate a todos os processos discriminatórios, como pilar do desenvolvimento e sustentabilidade no mundo empresarial.

l) Contratação Pública

Em 2015, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

O ML respeitou igualmente as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010. A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de agosto, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

Internamente, o METROPOLITANO DE LISBOA cumpriu o previsto no Manual do Processo de Compras, tendo ainda sido tramitadas, de forma a promover maior transparência, as pequenas aquisições através de uma aplicação *web* desenvolvida para o efeito que assegura a confidencialidade das propostas até ao termo do prazo para a sua apresentação.

Em 2015, o ML apenas celebrou um contrato de valor superior a cinco milhões de euros, relativo à “Empreitada de acabamentos do prolongamento à Reboleira da Linha Azul, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.” - Proc. n.º 507/2014-SGAJ.

Com efeito, celebrou-se com a empresa Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. o Contrato n. 25/2015-ML no valor de 8.795.074,38€.

Os efeitos do presente contrato ficaram dependentes da verificação da condição suspensiva de concessão do visto prévio pelo Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015 de 9 de março, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 48/2006, de 29 de agosto, n.º 35/2007, de 13 de agosto; n.º 3-B/2010, de 28 de abril; n.º 61/2011, de 7 de dezembro e n.º 2/2012, de 6 de janeiro.

m) Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

Vide ponto 5.4 Auditoria Interna e Gestão do Risco

n) Sistema Nacional de Compras Públicas (SNPC)

Nesta matéria, desde 2010 que o ML implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

De referir que, no âmbito do novo modelo organizacional, a área de Gestão Corporativa responsável pela Logística passou a centralizar os procedimentos de contratação das várias empresas, procurando, sempre que possível, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços para as empresas Carris, Metro, Transtejo e Soflusa, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.

o) Frota Automóvel

No cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, manteve-se em 2015 o esforço de redução de gastos associados à gestão da frota de veículos do ML.

No que se refere ao parque de veículos do Estado, o ML cumpre o disposto na Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, encontrando-se centralizada a gestão da frota e definidos os cargos com competências para a utilização de veículos: os membros do Conselho de Administração, os Assessores do Conselho de Administração e os diretores da Empresa.

O quadro que se segue resume o parque total de veículos do ML em 2015:



AR

B

llh
2015-10

Quadro 67 - Parque de veículos do ML

Parque de veículos do ML	Ano 2015	Ano 2014	Var. 2015/2014	
			V. Abs.	%
1. N.º de veículos adquiridos	0	0	0	-
2. N.º de veículos abatidos	0	0	0	-
3. N.º de veículos atribuídos	38	41	-3	-7,3%
3.1 Conselho de Administração	1	1	0	0,0%
3.2 Cargos de chefia	11	19	-8	-42,1%
3.3 Outros (1):	26	21	5	23,8%

(1) Viaturas da pool e frota operacional, incluindo piquete, manutenção e obras.

Nota: Existem ainda outras duas viaturas presentemente avariadas, não incluídas no parque de veículos do ML.

p) Plano de Redução de Gastos Operacionais

A Circular Série A n.º 1376 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças referente às “Instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2015” estabeleceu os seguintes “Princípios Financeiros” de referência para o exercício, em conformidade com o estabelecido no artigo 60.º da proposta de Lei do OE2015, e que mais tarde foi determinado no artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro:

- EBITDA tendencialmente nulo (para as empresas deficitárias);
- Redução de custos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal, sem indemnizações por rescisão contratual), no seu conjunto, em 15% relativamente a 2010.
- Manutenção dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e comunicações, ao nível do real de 2014;

No cumprimento dos objetivos determinados, em 2015 foi mantido o foco da gestão na aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento. O desempenho do Metro no exercício 2015 foi o seguinte:

Quadro 68 - Plano de redução de custos^{10 11}

PRC	Un.	Meta	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Var. 2015/2014		Var. 2015/2010	
									V. Abs.	%	V. Abs.	%
(1) CMVMC	m€	-	2 439	2 640	2 150	2 205	2 167	2 607	(200)	(7,6)	(168)	(6,4)
(2) FSE	m€	-	31 909	31 322	31 880	35 346	38 156	38 674	587	1,9	(6 765)	(17,5)
(3) Gastos com o pessoal	m€	-	58 454	57 776	74 242	75 298	78 837	87 657	678	1,2	(29 203)	(33,3)
(4) Gastos operacionais = (1)+(2)+(3)			92 802	91 738	108 272	112 849	119 160	128 938	1 064	1,2	(36 136)	(28,0)
(5) Volume de negócios	m€		91 981	89 901	81 088	81 733	67 683	64 039	2 081	2,3	27 942	43,6
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	%		0,9%	2,0%	33,5%	38,1%	76,1%	101,3%	-	(1,2)	-	(100,4)
Lei OE 2015 - Art.º 61, n.º 3												
Comunicações	m€	em linha com 2014	61	81	106	116	154	160	(19)	(24,1)	(99)	(61,6)
Deslocações / Estadas	m€		18	22	28	26	45	97	(4)	(18,7)	(78)	(81,1)
Ajudas de custo	m€		6	2	3	n.d.	n.d.	n.d.	4	169,7	-	-
Número de trabalhadores			1 389	1 428	1 454	1 528	1 590	1 684	(39)	(2,7)	(295)	(17,5)
N.º de Efetivos			1 381	1 426	1 451	1 525	1 590	1 676	(45)	(3,2)	(295)	(17,6)
N.º de Cargos de Direção			10	17	17	17	17	18	(7)	(41,2)	(8)	(44,4)
N.º Trabalhadores / Cargos de Direção			139	84	86	90	94	94	55	65,4	45	48,5
Viaturas												
N.º de Viaturas		< 2014	38	41	41	n.a	n.a	n.a	(3)	(7,3)	n.a	n.a
Gastos com as viaturas	m€	< 2014	127	176	195	n.a	n.a	n.a	(49)	(27,8)	n.a	n.a

q) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Desde 02 de janeiro de 2007 que o ML mantém uma conta aberta junto do IGCP, tendo aplicado junto desta entidade pública os seus excedentes de tesouraria pontuais, conforme previsto no art.º 124.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. Contudo, considerando que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função Acionista, em 2015, o ML pediu dispensa do princípio de unidade de tesouraria, invocando argumentos de ordem operacional, relacionados com a logística de venda de títulos, dispensa que foi autorizada tendo em conta as necessidades pontuais de linhas de crédito de apoio à tesouraria e o serviço de transportes de valores da rede de vendas do Metro.

r) Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Na sequência das "recomendações" constantes do relatório de auditoria do Tribunal de Contas, cumpre salientar que o cumprimento de algumas das recomendações se encontra fortemente condicionada pela situação económica e financeira que atravessamos, pelo quadro legal vigente.

¹⁰ As "ajudas de custo" até 2012 não se encontram identificadas por estarem numa conta contabilística agregada.

¹¹ Foram retirados aos "gastos com o pessoal" os efeitos dos custos associados ao "plano de pensões".

[Handwritten signatures and initials]

Neste sentido, relativamente a cada uma das recomendações efetuadas, informamos as medidas tomadas e os resultados obtidos para cada uma, nos quadros seguintes:

Quadro 69 - Cumprimento das recomendações do TC I

Cumprimento das recomendações do TC	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sím	Não	Em parte		
Recomendação 1: Quantificação nas demonstrações financeiras da gratuidade do transporte aos trabalhadores e familiares	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 2: Formalização e imputação do pagamento do serviço de transporte aos trabalhadores da Ferconsult	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 3: Eliminação da circulação ilegal de passageiros de outras transportadoras	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 4: Implementação da depreciação contabilística das ILD		X		Por decisão da tutela, em 2014, as ILD passaram a figurar no balanço, mas sem contabilização de amortizações.	Esta recomendação apenas poderá ser ultrapassada com a alteração do contrato de concessão com o Estado.
Recomendação 5: Revisão do Acordo de Empresa com vista à eliminação de subsídios, benefícios e prémios sem relação com o aumento de produtividade ou a qualidade de desempenho		X		-	Os Acordos de Empresa (AE I e AE II) têm um prazo de vigência que termina apenas em 31 de dezembro de 2015. Esta situação condiciona, ou impede, a revisão do seu normativo sem o acordo das associações sindicais que subscreveram os AE.
Recomendação 6: Revisão do Acordo de Empresa no sentido de fixar um limite para a atribuição do complemento de pensões	X			-	Os trabalhadores admitidos para a empresa após 31 de dezembro 2003 não se encontram abrangidos pelo pagamento de complemento de reforma e de sobrevivência.
Recomendação 7: Diminuição do absentismo dos trabalhadores com funções operacionais e de condução do material circulante	X			Em janeiro de 2013, foi feito o balanço do projeto "Menos Absentismo, Mais Produtividade" com a avaliação do impacto das medidas realizadas.	Concluiu-se que é importante retomar as medidas de intervenção que se mostraram mais eficazes, visando a continuação da tendência para a redução da taxa de absentismo.
Recomendação 8: Revisão e contabilização dos montantes atribuídos ao CCD	X			-	Já desde 2013 que o ML não atribui qualquer subsídio ao CCDTML
Recomendação 9: Melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida		X		Instalação de meios mecânicos de acesso às estações	Foi concluída a instalação de uma plataforma elevatória na estação Baixa-Chiado. Não puderam ser concluídos os trabalhos em curso na estação Areeiro, por litígios com o fornecedor, nem os trabalhos em curso na estação Colégio Militar, por abandono da obra, por parte do fornecedor. Devido aos atuais condicionalismos económicos não é possível, neste momento, à empresa financiar as obras nas restantes estações.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'AR', 'B', 'ML', and 'projetos'.

Quadro 70 - Cumprimento das recomendações do TC II

Cumprimento das recomendações do TC (cont.)	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
Recomendação 10:					
Construção de parques de estacionamento		X		Construção de parques de estacionamento na Pontinha, Lumiar, Senhor Roubado e Odívelas, com recurso a meios de financiamento próprios.	O objeto do ML é a "exploração, em exclusividade e regime de serviço público do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa", não lhe cabendo explorar e construir parques de estacionamento. Embora a Empresa o possa fazer de forma a complementar a sua atividade e em parceria com as restantes entidades interessadas, nomeadamente, câmaras municipais e outros operadores de transporte. Contudo, nenhum dos parceiros se mostrou disponível para o efeito, tentando sempre que o fosse o ML a suportar na íntegra quer o investimento, quer a exploração dos parques de estacionamento.
Recomendação 11:					
Criação de um sistema de Parque & Siga	X			Criação de um tarifário específico que permite o estacionamento da viatura em alguns parques da EMEL e da Emparque com o acesso à rede do metro.	Concluído
Recomendação 12:					
Potenciar painéis de informação e postos de atendimento relativos à operacionalidade do Metropolitano	X			Informação de tempo de espera para a passagem do comboio seguinte transmitida nos painéis interiores da generalidade das estações.	Concluído
			X	Colocação de painéis informativos na entrada das estações relativa à circulação na rede do ML.	Foram aplicados em algumas estações da rede ML.
	X			Criação do Gabinete do Cliente	Foram criadas quatro unidades do "Espaço Cliente CARRIS Metro".
	X			Abertura do gabinete Carris / Metro / Transtejo	Desde Junho/2015, passou a estar integrado, também, o Grupo Transtejo.
Recomendação 13:					
Extensão das funções do Provedor Arbitral para Provedor do Cliente	X				Concluído
Recomendação 14:					
Centralização da relação com o cliente numa única entidade	X			"Relação com o cliente" num único órgão da empresa.	Em resultado da alteração na estrutura orgânica do ML foi criada a direção "Marketing e Comercial", passando a "relação com o cliente" a estar centralizada num único órgão. Neste momento, em consequência da integração CARRIS Metro Transtejo/Soflusa, a relação com o Cliente das duas empresas tem uma estratégia comum, centralizada num único "Centro de Atendimento", bem como nos quatro "Espaço Cliente" existentes.
Recomendação 15:					
Sistematização e compilação dos direitos e deveres do cliente equacionando a compensação pela ausência da prestação do serviço	X			Criação da Carta do Cliente	Concluído
			X	Disponibilizar informação relativa à compensação dos titulares do cartão "Viva viagem", em caso de interrupção do serviço de metro.	Esta informação está disponível no Site da Empresa (www.metrolisboa.pt)



s) Informação divulgada no SEE

Quadro 71 - Informação que consta do site do SEE (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data de atualização	
Estatutos	S	mar-2016	
Caraterização da Empresa	S	jan-2016	
Função de tutela e acionista	S	jan-2016	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:			
- Identificação dos Órgãos Sociais	S	fev-2016	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	fev-2016	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	fev-2016	
- Identificação das funções e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração	S	fev-2016	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	fev-2016	
Esforço Financeiro Público	S	jan-2016	
Ficha Síntese	S	jan-2016	
Informação Financeira histórica e atual	S	jan-2016	
Princípios de Bom Governo:			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	jan-2016	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	jan-2016	
- Outras transações	S	jan-2016	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:			
Económico	S	jan-2016	
Social	S	jan-2016	
Ambiental	S	jan-2016	
- Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	S	jan-2016	
- Código de ética	S	jan-2016	

Legenda:

- S - Sim
- N - Não
- N.A. - Não Aplicável

[Handwritten signatures and initials]

t) **QUADRO RESUMO – Cumprimento das Orientações Legais**

Quadro 72 - Cumprimentos das orientações legais I

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório e Contas
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão / Planos de Atividade e Orçamento					
Objetivos de gestão definidos para 2015	X			-	Ver o ponto "Cumprimento de Orientações Legais - Objetivos de Gestão"
Gestão do risco financeiro			X	3,29%	Ver o ponto "Cumprimento de Orientações Legais - Gestão do risco financeiro e limites de endividamento"
Limites de crescimento do endividamento	X			1,85%	Ver o ponto "Cumprimento de Orientações Legais - Gestão do Risco Financeiro e Limites Máximos de Endividamento"
Evolução do PMP a fornecedores	X			3 dias	Ver o ponto "Cumprimento de Orientações Legais - Prazo médio de pagamentos (PMP)"
Atrasos nos pagamentos ("Arrears")	X			135.504 €	Ver o ponto "Cumprimento de Orientações Legais - Atrasos nos pagamentos ("arrears")"
Recomendações do adonista na última aprovação de contas			X	-	Os Relatórios e Contas de 2013 e 2014 aguardam aprovação por parte da Tutela.
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41º da Lei n.º 82-B/2014	X			-	Ver o ponto "Cumprimento de Orientações Legais - Remunerações dos órgãos sociais"
Órgãos sociais - redução remuneratória vigentes em 2015	X			19.778 €	Ver o ponto "Cumprimento de Orientações Legais - Remunerações dos órgãos sociais"
Auditor externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73º da Lei n.º 82-B/2014			X	-	Ver o ponto "Cumprimento de Orientações Legais - Remunerações dos órgãos sociais"
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2015	X			1.959.426 €	Ver o ponto "Política salarial"
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38º da Lei n.º 82-B/2014	X			-	Ver o ponto "Política salarial"
Complementos de reforma - n.º 3 do artigo 78.º da Lei n.º 82-B/2014					
Suspensão do pagamento de complemento de reforma, nos casos em que as empresas apresentem resultados líquidos negativos nos últimos três exercícios (2014, 2013 e 2012)		X		-	
EGP - Artigo 32º:					
Não utilização de cartões de crédito	X			-	
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X			-	Ver o ponto "Cumprimento de Orientações Legais - Remunerações dos órgãos sociais"
Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16º do DL 133/2013:					
Proibição de realização de despesas não documentadas	X			-	Ver o ponto "Cumprimento de Orientações Legais - Despesas não documentadas"
Promoção da igualdade entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014:					
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	X			Relatório para o período 2013-2015, elaborado e divulgado em 2013.	Ver o ponto "Cumprimento de Orientações Legais - Princípio de Igualdade de Género"

Quadro 73 - Cumprimentos das orientações legais II

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório e Contas
	S	N	N.A.		
Contratação pública:					
Aplicação das Normas de contratação pública pela Empresa	X			Aplicação do CCP, da Lei n.º 8/2012, do regime de parecer prévio pela AMA, cfr. DL n.º 107/2012.	Ver o ponto "Cumprimento de Orientações Legais - Contratação pública"
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas		X			As empresas participadas não se encontram abrangidas pelo Código da Contratação Pública.
Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas	X				A Empresa não celebrou contratos sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas
Prevenção da Corrupção - n.º 1 do artigo 46º do DL n.º 133/2013					
Elaboração e divulgação do relatório anual	X			http://metro.transporteslisboa.pt/wp-content/uploads/PlanoPrevencaoDenunciasdeCorrupcaoInfracoesConexas_2014.pdf	Ver o ponto "Auditoria Interna e Gestão do Risco"
Auditorias do Tribunal de Contas (ocorridas em 2013)	X				Ver quadro "Cumprimento das recomendações do TC"
Parque automóvel:					
N.º de viaturas	X			38	Desde dezembro de 2012, o ML reduziu significativamente a sua frota automóvel, abatendo ou alienando 14 veículos (25%), tendo reduzido os custos associados à manutenção.
Gastos com viaturas	X			127.020 €	
Gastos operacionais das Empresas Públicas (art.º 61º da Lei n.º 82-B/2014)	X				Com o objetivo de cumprir os objetivos definidos, o ML tem vindo a implementar uma política de redução de custos operacionais, sustentável no médio e longo prazos, tendo conduzido a que os gastos operacionais (CMVM + FSE + Gastos com pessoal) cumpram o estipulado nos princípios financeiros de referência para 2015, apresentando uma redução de 28%, face a 2010.
Redução de trabalhadores (art.º 60º da Lei n.º 82-B/2014):					
N.º de trabalhadores	X			-39	
Volume de negócios / N.º de trabalhadores				66.221 €	Ver o ponto "Cumprimento de Orientações Legais - Plano de redução de custos"
N.º de cargos dirigentes	X			-2	
Princípio da unidade de tesouraria (art. 125º da Lei n.º 82-B/2014 e art. 28º do DL n.º 133/2013):					
Disponibilidades centralizadas no IGCP		X		87,6%	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			0	Ver o ponto "Cumprimento de Orientações Legais - Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado"

12 Notas Finais

12.1 Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelas entidades que supervisionam a atividade que constitui o objeto social do Metropolitano de Lisboa e agradece a colaboração de todos os que ao longo do exercício, contribuíram com o seu desempenho na prossecução do objetivo principal da Empresa, a prestação de um serviço público cada vez mais eficiente e de melhor qualidade.

12.2 Proposta de Aplicação de Resultados

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de 65.143.882 euros, seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração



Eng.º Tiago Lopes Farias



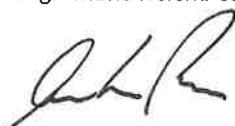
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso



Dr. José Realinho de Matos



Eng.ª Maria Helena Carrasco Campos



Dr. António Manuel Domingues Pires

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Metro'.



Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Demonstrações Financeiras e Anexo 2015



Demonstrações financeiras

Balancos em 2015 e 2014

[Handwritten signatures and initials]

	2015	2014 - "Reexpresso"
Ativo		
Ativo não corrente		
Investimentos de infraestruturas de longa duração	4 827 118 250	4 703 704 161
Ativos fixos tangíveis	202 350 922	227 413 137
Propriedades de investimento	675 989	350 992
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	3 877 027	5 184 088
Derivados	1 949 000	3 678 000
Outros ativos financeiros	56 353 853	50 089 996
Total do ativo não corrente	5 092 305 040	4 990 460 365
Ativo corrente		
Inventários	2 216 394	2 482 190
Clientes	5 020 031	3 166 534
Estado e outros entes públicos	3 839 636	2 648 299
Outras contas a receber	7 600 224	12 526 562
Diferimentos	43 668 045	56 349 086
Caixa e depósitos bancários	15 440 123	23 806 166
Total do ativo corrente	77 984 453	100 976 837
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de Longa Duração	4 827 118 250	4 703 704 161
Total do ativo afecto à operação (M1)	343 171 243	387 735 039
Total do activo	5 170 289 493	5 091 439 200
O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015		
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
<i>[Signature]</i> Eng.º Tiago Lopes Pereira		
<i>[Signature]</i> Dr. Luís Carlos Antunes Barroso		
<i>[Signature]</i> Eng.º José Realinho de Matos		
<i>[Signature]</i> Eng.ª Maria Helena Amândio Carrasco Campos		
<i>[Signature]</i> Dr. António Manuel Domingues Pires		
O CONTABILISTA CERTIFICADO		
<i>[Signature]</i> Dr. Carlos Emílio Ferreira da Mota		

	2015	2014 - "Reexpresso"
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital Próprio		
Capital realizado	1 818 134 981	1 628 862 756
Reserva legal	21 597	21 597
Outras reservas	1 501 878	1 501 878
Resultados transferidos	(1 661 389 923)	(1 587 160 498)
Outras variações no capital próprio	14 105 891	17 012 122
Resultado líquido do exercício	(65 143 862)	(50 837 742)
Total do capital próprio	107 236 542	9 400 114
Passivo		
Passivo não corrente		
Investimentos de infraestruturas de longa duração	3 200 017 540	3 511 536 945
Provisões	120 642 674	55 736 875
Financiamentos obtidos	211 988 225	520 076 153
Derivados	174 384 013	198 710 014
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	251 727 101	247 102 172
Total do passivo não corrente	3 958 759 554	4 533 162 159
Passivo corrente		
Investimentos de infraestruturas de longa duração	594 141 986	341 066 173
Fornecedores	1 764 137	1 370 468
Afiançamento de clientes	651 569	269 798
Estado e outros entes públicos	2 451 527	2 520 432
Financiamentos obtidos	452 665 976	160 674 782
Outras contas a pagar	51 931 179	41 484 990
Diferimentos	687 023	1 490 284
Total do passivo corrente	1 104 298 397	548 876 927
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de Longa Duração	3 794 159 525	3 852 603 117
Total do passivo afecto à operação (M1)	1 268 893 425	1 229 435 969
Total do passivo	5 053 052 951	5 082 039 086
Total do capital próprio e do passivo	5 170 289 493	5 091 439 200



Demonstrações de resultados por naturezas dos exercícios de 2015 e 2014

Un:€

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2015	2014 - Reexpresso
Vendas e serviços prestados	25	91.981.280	89.900.742
Subsídios à exploração	26	1.847.805	34.878.374
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	(4.545.391)	(20.124.337)
Trabalhos para a própria entidade		3.223.624	1.551.256
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2.439.098)	(2.639.558)
Fornecimentos e serviços externos	27	(31.909.157)	(31.322.369)
Gastos com o pessoal	28	(66.122.884)	(67.754.065)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	12	-	105.064
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	13,14	(1.460.128)	-
Provisões (aumentos / reduções)	17,19	(2.283.081)	(181.548)
Aumentos / reduções de justo valor	10,11	23.091.328	13.618.875
Outros rendimentos e ganhos	29	11.564.191	12.031.386
Outros gastos e perdas	30	(12.451.188)	(3.569.548)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		10.497.303	26.494.272
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6,8	(24.384.780)	(27.044.540)
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8	318.268	(4.683.755)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(13.569.209)	(5.234.023)
Juros e rendimentos similares obtidos	31	1.243.768	7.525.403
Juros e gastos similares suportados	31,17	(52.779.953)	(53.060.920)
Resultado antes de impostos		(65.105.394)	(50.769.540)
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	(38.488)	(68.202)
Resultado líquido do exercício		(65.143.882)	(50.837.742)

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Tiago Lopes Farias

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr. José Realinho de Matos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. António Manuel Domingues Pires

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota



Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios de 2015 e 2014

Un:€

Actividades Operacionais:	Notas	2015	2014
Vendas de Bilhetes e Passes		88.890.373	86.467.539
Indemnização Compensatória		1.841.805	30.032.684
Recebimentos de Clientes		12.585.097	14.323.316
Pagamentos a Fornecedores		(30.683.696)	(37.563.309)
Pagamentos ao Pessoal		(56.439.537)	(58.255.501)
Caixa gerada pelas operações		16.194.042	35.004.729
Pagamento e recebimento de Impostos		1.431.350	(202.183)
Outros Pag./Recebimentos da actividade operacional		(6.880.393)	12.904.618
Fluxos de caixa das actividades operacionais		10.744.999	47.707.164
Actividades de Investimento			
Recebimentos Provenientes de:			
Subsídios de Investimento		4.980.122	2.161.774
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		-	19.395
Total dos Recebimentos		4.980.122	2.181.169
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos Financeiros		-	(28.571)
Activos fixos tangíveis		(14.345.295)	(10.363.975)
Total dos Pagamentos		(14.345.295)	(10.392.546)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		(9.365.173)	(8.211.377)
Actividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Aumentos de Capital	15	189.272.225	211.326.846
Total dos Empréstimos		189.272.225	211.326.846
Pagamentos Respeitantes a:			
Empréstimos Bancários	18	(71.502.576)	(121.502.576)
Operações de Leasing Operacional		(7.719.439)	(7.725.180)
Operações de Leasing Financeiro		(20.527.625)	(12.525.199)
Empréstimos Obrigacionistas		(7.731.367)	(7.731.367)
Gastos e perdas de financiamento		(91.461.531)	(95.459.528)
Depósito a Prazo (caução)		(75.555)	(258.969)
Total dos Pagamentos		(199.018.094)	(245.202.819)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		(9.745.869)	(33.875.973)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(8.366.043)	5.619.814
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	23.806.166	18.186.353
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	15.440.123	23.806.166

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Tiago Lopes Farias

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Dr. José Realinho de Matos

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. António Manuel Domingues Pires

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota



Demonstrações de alterações no capital próprio dos exercícios de 2015 e 2014

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição em 1 de Janeiro de 2014		1.079.179.039	21.597	1.501.878	(1.539.560.250)	19.918.353	(15.307.839)	(454.247.222)
Alterações no período:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013	15	-	-	-	(15.307.839)	-	15.307.839	-
Subsídios de investimento	16	-	-	-	-	(2.906.231)	-	(2.906.231)
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	19	-	-	-	(20.416.552)	-	-	(20.416.552)
Reconhecimento de perdas acumuladas em subsidiárias	9 e 17	-	-	-	(11.875.855)	-	-	(11.875.855)
Resultado líquido do exercício							(50.837.742)	(50.837.742)
Resultado integral							(86.036.380)	(86.036.380)
Aumento de capital								
Posição em 31 de Dezembro de 2014		1.628.862.755	21.597	1.501.878	(1.587.160.498)	17.012.122	(50.837.742)	9.400.114
Posição em 1 de Janeiro de 2015		1.628.862.755	21.597	1.501.878	(1.587.160.498)	17.012.122	(50.837.742)	9.400.114
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014	15	-	-	-	(50.837.742)	-	50.837.742	-
Reconhecimento de subsídios	16	-	-	-	-	(2.906.231)	-	(2.906.231)
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	19	-	-	-	-	-	-	2.785.261
Reconhecimento de perdas acumuladas em subsidiárias	9 e 17	-	-	-	(26.170.944)	-	-	(26.170.944)
Resultado líquido do exercício							(65.143.882)	(65.143.882)
Resultado integral							(91.435.797)	(91.435.797)
Aumento de capital								
Posição em 31 de Dezembro de 2015	15	1.818.134.981	21.597	1.501.878	(1.661.383.923)	14.105.891	(65.143.882)	107.236.542

O anexo faz parte integrante desta demonstração do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Tiago Lopes Faria

Dr. Luis Carlos Antunes Barros

Dr. José Realinho de Matos

Eng.ª Maja Helena Arraújo Carrasco Campos

Dr. António Manuel Domingues Pires

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emílio Ferreira da Mota

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por “ML” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 26 de setembro de 2016. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do regime jurídico do setor público empresarial.

As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações dadas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e pelas Leis n.os 66-B/2012, de 31 de dezembro, e 83-C/2013, de 31 de dezembro.

As demonstrações financeiras são expressas em euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade e utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica).

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Atividades de investimento de infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes.

Handwritten signatures and initials, including a large signature and the number '7'.

Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei nº 196/1980, de 20 de Junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD pelo que o total do balanço da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, ano em que ocorreu o despacho nº 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração (“ILD”) do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”, as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo das ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, deduzidos de subsídios e imparidades, apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados (Notas 3.2 e 3.3).

No passivo

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos caso em que o seu justo valor é negativo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de Dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos

efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, conseqüentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Afetos à gestão de infraestruturas (ativos não ILD):

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos, que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciação acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Afetos às infraestruturas de longa duração (“ILD”):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos fixos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

Estes ativos não se encontram a ser depreciados.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a depreciação do ativo, sendo calculada conforme descrito na Nota 3.2 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.5 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Sempre que, à data do balanço, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente, na rubrica "Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)".

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade, é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia

escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados., como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis (não ILD)

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.7 Participações financeiras em subsidiárias e associadas e empreendimentos conjuntos

As participações em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função

das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada ou empreendimentos conjunto excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária ou associada ou empreendimentos conjunto casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a subsidiária ou associada ou empreendimento conjunto relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.8 Inventários

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica da demonstração dos resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversão)".

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

3.9 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.



b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros incluem depósitos bancários detidos para garantia de cumprimento de dois empréstimos. Estes ativos encontram-se registados ao justo valor.

d) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Aumentos/reduções de justo valor”.

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e os colaterais dados como garantia dos financiamentos.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

Ativos Financeiros	Notas	2015		2014	
		Justo valor	Custo ou custo amortizado	Justo valor	Custo ou custo amortizado
Não corrente:					
Derivados	10	1.949.000		3.678.000	
Outros ativos financeiros		56.353.853		50.089.996	
		58.302.853	-	53.767.996	-
Corrente:					
Clientes	13		5.020.031		3.166.534
Outras contas a receber	13		7.800.224		12.526.552
Caixa e depósitos bancários	4		15.440.123		23.806.166
		-	28.260.378	-	39.499.252
		58.302.853	28.260.378	53.767.996	39.499.252

Passivos Financeiros	Notas	2015		2014	
		Justo valor	Custo ou custo amortizado	Justo valor	Custo ou custo amortizado
Não corrente:					
Financiamentos obtidos	18		211.988.225		520.076.153
Derivados	10	174.384.013		198.710.014	
		174.384.013	211.988.225	198.710.014	520.076.153
Corrente:					
Fornecedores	20		1.764.137		1.370.469
Financiamentos obtidos	18		452.665.976		160.674.782
Outras contas a pagar	23		51.931.179		41.484.990
		-	506.361.291	-	203.530.241
		174.384.013	718.349.517	198.710.014	723.606.394

3.10 Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da

capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumia o princípio de que competia ao Estado Português financiar as ILD no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa regista os encargos financeiros relativos a ILD na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

3.11 Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21%.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. No caso da Empresa e porque o seu resultado tributável será significativamente negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas a pagar essencialmente originadas pelos gastos incorridos no exercício com viaturas ligeiras de passageiros e mistas e outros com deslocações, ou em despesas de representação ou de relações públicas.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios de 2010 a 2015, ocorreram situações que conduziram ao registo de ativos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, 137.000.000 euros referentes a prejuízos fiscais

reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não foram reconhecidos por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos.

3.12 Subsídios do Governo (não ILD)

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica de "Outras variações no capital próprio", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14 Benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas

Handwritten signatures and initials in blue and black ink, including the number '27' and the name 'M. J. Pinto'.

com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- b) Pré-reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2015. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

3.15 Instrumentos financeiros derivados

A Empresa contrata instrumentos financeiros derivados para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura. Quando forem designados como instrumento de cobertura,

o correspondente ganho ou perda de remensuração deve ser registado em resultados quando a posição coberta afetar resultados.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que não cumprem todos os requisitos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, são considerados como de especulação.

A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício efetuado de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados, com a exceção dos instrumentos financeiros derivados que se encontram em contencioso com o Banco Santander, sendo que estes encontram-se valorizados de acordo com a valorização determinada pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (“IGCP”) que tem como incumbência gerir todas as operações sobre instrumentos derivados do ML.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Empresa não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da NCRF 27.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa relativamente aos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de “Derivados”, caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de “Derivados”. As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que dizem respeito na rubrica de “Aumentos/reduções do justo valor”.

No caso dos instrumentos financeiros contratados pela Empresa, relativamente aos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” no ativo ou passivo consoante o agregado do justo valor dos diversos instrumentos financeiros à data de relato seja positivo ou negativo, respetivamente, registado por contrapartida de uma conta a receber/a pagar dentro da rubrica de ILD, pelo que o efeito das variações de justo valor no capital próprio da Empresa é, neste caso, nulo.

3.16 Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.17 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais - As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes ("IMT, I.P.").

Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços da Empresa e de cada um dos outros operadores.

- Títulos de uso esporádico – as receitas originadas por estes títulos são repartidas em função das utilizações à exceção do bilhete Carris/ML 24 horas que tem quota definida.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As compensações tarifárias não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à empresa, para compensar a sua operação em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas na rubrica de "Subsídios à exploração" no exercício em que são atribuídas.

3.18 Gastos departamentais incluídos nos ILD

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração – ILD, aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pela Empresa) (Nota 5 e 6), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, conseqüentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

3.19 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.20 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.21 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- c) Perda por imparidade de contas a receber - são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – o qual com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados, com a exceção dos instrumentos financeiros derivados que se encontram em contencioso com o Banco Santander, sendo que estes encontram-se valorizados de acordo com o valorização determinada pelo IGCP que tem como incumbência gerir todas as operações sobre instrumentos derivados do ML;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de pensões e preparada pelo atuário.

3.22 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa	2015	2014
Numerário	7.611	303.270
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	15.432.512	23.502.896
	15.440.123	23.806.166

5 INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:

	Notas	2015	2014
Actividades de investimento de ILD:			
Ativo não corrente:			
Activos Fixos tangíveis	5.1	3.098.604.230	3.081.873.280
Activos intangíveis	5.2	6.936.576	6.934.526
Subsídios	5.3	(990.685.735)	(985.705.613)
Conta a receber - Estado	5.4	2.686.784.661	2.572.280.099
Outras contas a receber	5.5	0	2.041.708
Derivados	5.7	25.478.519	26.280.160
		4.827.118.251	4.703.704.161
Total do ativo		4.827.118.251	4.703.704.161
Passivo não corrente:			
Provisões	5.4.1	100.522.278	47.815.256
Financiamentos obtidos	5.6	2.509.935.264	2.822.757.942
Derivados	5.7	589.559.998	640.963.746
		3.200.017.540	3.511.536.945
Passivo corrente:			
Fornecedores	5.8	1.603.735	1.519.933
Financiamentos obtidos	5.6	546.411.412	312.822.678
Outras contas a pagar	5.9	46.126.839	26.723.562
		594.141.986	341.066.173
Total do passivo		3.794.159.526	3.852.603.117
Total ILD líquido		1.032.958.725	851.101.043

A variação do saldo líquido da rubrica de ILD face a 31 de dezembro de 2015 resulta, essencialmente, do seguinte facto:

- juros incorridos no exercício de 2015 por conta dos financiamentos obtidos no montante de 107.402.090 euros (Nota 5.4.2.)

5.1 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2015						
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis - ILD's	3.197.326.905	(199.793.426)	2.998.264.897	1.835.398	10.891.210	9.010.991.506
Terrenos e recursos naturais	15.867.385	(2.388.442)	13.478.943			13.478.943
Edifícios e outras construções	2.733.235.753,16	(177.041.446,86)	2.556.925.724,16	1.665.075,95	6.161.934,95	2.564.752.735,06
Equipamento básico	448.223.767	(20.363.537)	427.860.230	170.322	4.729.275	432.759.828
Activos fixos tangíveis em curso	82.185.724		82.185.724	13.706.954	(10.721.305)	85.171.373
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112			32.112
Edifícios e outras construções	72.173.224	-	72.173.224	9.058.449	(6.257.424)	74.974.249
Equipamento básico	9.980.389	-	9.980.389	4.648.504	(4.463.881)	10.165.012
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis			1.654.771	2.638.522	(1.120.524)	3.172.769
Perdas por Imparidade Edifícios e outras construções				(731.418,00)		(731.418)
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	3.279.512.630	(199.793.426)	3.082.105.392	17.449.456	(950.618)	3.098.604.230

31 de Dezembro de 2014						
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis - ILD's	3.171.864.274	(199.062.008)	2.972.802.266	3.932.541	21.530.090	2.998.264.897
Terrenos e recursos naturais	16.314.977	(2.388.442)	13.926.535	24.908	(472.500)	13.478.943
Edifícios e outras construções	2.709.907.330	(176.310.029)	2.533.597.301	3.789.824	19.538.599	2.556.925.724
Equipamento básico	445.641.967	(20.363.537)	425.278.430	117.809	2.463.991	427.860.230
Activos fixos tangíveis em curso	99.171.926		99.171.926	5.096.930	(22.083.131)	82.185.724
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112	-	-	32.112
Edifícios e outras construções	88.149.665	-	88.149.665	3.622.748	(19.599.189)	72.173.224
Equipamento básico	10.990.149	-	10.990.149	1.474.182	(2.483.942)	9.980.389
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis			1.881.243		(226.472)	1.654.771
Perdas por Imparidade Edifícios e outras construções				(232.112)		(232.112)
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	3.271.036.200	(199.062.008)	3.073.855.435	8.797.359	(779.514)	3.081.873.280

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2015 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso – Edifícios e outras construções", no montante de 1.665.076 euros referem-se, essencialmente, ao empreendimento Alameda/S. Sebastião, com 381.711 euros e à remodelação da rede no montante total de 1.530.525 euros.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2015 para as rubricas de "Ativo fixo tangível – Edifícios e outras construções" e de "Ativo fixo tangível – Equipamento básico", nos montantes de 6.257.424 euros e 4.463.881 euros, respetivamente, referem-se essencialmente ao movimento de transferência de ativo

fixo tangível em curso de investimentos relativos à remodelação da rede e à extensão Oriente/Aeroporto, respetivamente.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2015, a rubrica adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis no montante de 3.172.769 euros refere-se essencialmente, ao empreendimento Amadora Este /Reboleira no montante de 1.606.683 euros e remodelação da rede no montante de 609.672 euros.

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso – edifícios e outras construções”, no montante de 3.789.824 euros referem-se, essencialmente, ao empreendimento Amadora Este/Reboleira e à remodelação da rede 1.530.525 euros.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2014 para as rubricas de “Ativo fixo tangível – edifícios e outras construções” e de “Ativo fixo tangível – equipamento básico”, nos montantes de 19.599.599 euros e 2.463.991 euros, respetivamente, referem-se essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de investimentos relativos ao interface do Cais do Sodré.

Em 31 de dezembro de 2015 os ativos fixos tangíveis em curso das rubricas de “Terrenos e recursos naturais”, “Edifícios e outras construções” e “Equipamento básico”, nos montantes de 32.112 euros, 74.974.249 euros e 10.165.012 euros, respetivamente, compõem-se conforme segue:

2015	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
Remodelação da rede	-	15.896.304	3.857.154
Extensão Rato/Estrela	-	1.456.432	-
Extensão Amadora Este/Reboleira	-	56.079.746	5.207.468
Extensão S. Sebastião/Campolide	-	3.061.938	232.731
Interface do Cais do Sodré	-	13.743.758	1.264.810
Extensão Oriente/Aeroporto	-	13.388.254	14.783.091
Promoção de acessibilidades	-	1.434.292	91.905
Outros	32.112	(30.086.475)	(15.272.148)
	32.112	74.974.249	10.165.012

31
Handwritten signatures and initials in blue ink.

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontram-se incluídos os seguintes gastos departamentais:

Gastos capitalizados	2015			2014		
	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos departamentais	70.070.762	8.216.965	78.287.727	68.926.989	6.229.944	75.156.933
	70.070.762	8.216.965	78.287.727	68.926.989	6.229.944	75.156.933

5.2 Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 2015 e 2014 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2015

Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.907.846			3.907.846
Despesas de instalação	2.019.827			2.019.827
Activos intangíveis em curso	1.006.853	2.050		1.008.903
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.934.526	2.050	-	6.936.576

31 de Dezembro de 2014

Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.152.663	2.439	752.745	3.907.846
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Activos intangíveis em curso	1.746.601	12.996	(752.745)	1.006.853
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.919.091	15.435	-	6.934.526

5.3 Subsídios

O montante ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi como se segue:

31 de Dezembro de 2015				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Feder	229.464.397			229.464.397
Piddac	178.359.624	2.187.500		180.547.124
Fundo Coesão	373.364.196	2.792.622		376.156.818
Subsídios diversos	204.517.396			204.517.396
Total de subsídios	985.705.613	4.980.122		990.685.735

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no montante de 4.980.122 euros respeita, aos subsídios atribuídos no âmbito do: (i) Fundo de Coesão, relativamente à comparticipação nas despesas relativas à extensão Amadora Este/Reboleira, no montante de 2.792.622 euros; e (ii) PIDDAC, no montante de 2.187.500 euros para o mesmo empreendimento.

5.4 Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, sendo que a sua composição é como segue:

Descrição	Notas	2015	2014
Instrumentos Financeiros	5.7	564.081.479	614.683.586
Provisão para processos judiciais em curso	5.4.1	100.522.278	47.815.256
Juros, taxa de aval e imposto de selo	5.4.2	1.710.661.000	1.603.258.910
Gastos de emissão	5.4.2	20.230.150	20.230.150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	5.4.2	289.555.301	289.555.301
Perdas por Imparidade	5.4.3	2.773.126	232.111
Ganhos em Imobilizado	5.4.4	(3.495.216)	(3.495.216)
Trabalhos Especializados	5.4.5	2.456.543	
		2.686.784.661	2.572.280.099

NR AR

B

gratuito

5.4.1 Provisão para processos judiciais em curso

O montante de 100.522.278 euros em 31 de dezembro de 2015 (47.815.256 euros em 31 de dezembro de 2014) inclui: (i) o montante de 19.716.542 euros (9.084.338 euros em 2014) referente à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados; (ii) o montante de 78.795.870 euros (38.219.570 euros em 2014) relativo aos juros vencidos e não pagos desde dezembro de 2013 até dezembro de 2015 à instituição financeira com quem foram contratados os dois instrumentos financeiros derivados associados, em consequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender os referidos pagamentos na sequência do processo que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português; e (iii) o montante de 2.009.866 euros relativos a juros de mora correspondentes aos juros vencidos e não pagos.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2015 o passivo vencido encontra-se refletido nas demonstrações financeiras na rubrica afeta aos ILD, bem como, o montante das despesas que a Empresa irá incorrer com o processo caso o desfecho do mesmo lhe venha a ser favorável, cuja estimativa em 31 de dezembro de 2015 ascende a 1.172.030 euros (511.348 euros em 31 de dezembro de 2014) e encontra-se refletida na rubrica de “Provisão para processos judiciais em curso”.

5.4.2 Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos e infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.

Até 2009, os encargos financeiros suportados com as ILD's que não foram possíveis de ser capitalizados nas mesmas encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Com efeitos no exercício de 2010 (reexpresso), no decurso da transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os puder acrescer à rubrica de “Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração – Gastos de empréstimos”, seguindo o princípio descrito na Nota 3.10 relativamente aos encargos financeiros no montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros incorridos até 1995, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. Contudo, e no que respeita aos encargos financeiros incorridos, anteriores a essa data, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301

euros que permitiu saldar as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009, como sendo a estimativa possível, àquela data, dos juros e outros encargos incorridos e anteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados até 1995.

5.4.3 Perdas por imparidade em edifícios outras construções

No decurso do exercício de 2015 a Empresa obteve uma avaliação dos imóveis, a qual foi efetuada por uma entidade especializada e independente, da qual resultou uma imparidade registada no exercício no montante de 499.307 euros.

5.4.4 Ganhos em Imobilizado

No decurso do exercício de 2014 a Empresa transferiu para o património do Estado, a parcela de terreno integrada no terminal do Cais do Sodré, da qual resultou um ganho no montante de 3.495.216 euros.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de “Ativo intangível”, “Ativo fixo tangível” e “Ativo tangível em curso” detalha-se como segue:

Descrição	31 de Dezembro de 2015				31 de Dezembro de 2014			
	Intangível	Tangível	Em curso	Total	Intangível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	154.281	297.645.814	11.496.348	309.296.442	152.231	297.350.438	11.142.300	308.644.969
	154.281	297.645.814	11.496.348	309.296.442	152.231	297.350.438	11.142.300	308.644.969

5.4.5 Imparidade de outras contas a receber

No decurso do exercício de 2015 a Empresa registou uma imparidade sobre a rubrica outras contas a receber no montante de 2.041.708 euros referente a uma multa contratual respeitante a um débito efetuado ao empreiteiro na sequência de atrasos da entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro.

5.4.6 Trabalhos especializados

Na sequência do processo que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira e o Estado Português, no exercício de 2015 foram reconhecidos os honorários com Advogados relativo aos instrumentos financeiros derivados que se encontram afetos à atividade de ILD.

5.5 Outras contas a receber

O saldo da rubrica de “Outras Contas a receber” em 31 de dezembro de 2014, no montante de 2.041.708 euros, respeita a uma multa contratual correspondente ao débito efetuado ao empreiteiro na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro, a qual foi objeto do registo de uma perda de imparidade por contrapartida da rubrica de ILD (Nota 5.4.5).

5.6 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de dezembro de 2015 e 2014 detalha-se como segue:

	Entidade financiadora	2015				2014			
		Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão "Private placement"	Merrill Lynch	77.313.674	7.731.367	-	7.731.367	77.313.674	7.731.367	7.731.367	15.462.735
Emissão Metro 2019	JP Morgan	400.000.000		400.000.000	400.000.000	400.000.000		400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2026	BNPP	400.000.000		400.000.000	400.000.000	400.000.000		400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2027	Barclays	400.000.000		400.000.000	400.000.000	400.000.000		400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000		110.000.000	110.000.000	110.000.000		110.000.000	110.000.000
			7.731.367	1.310.000.000	1.317.731.367		7.731.367	1.317.731.367	1.325.462.735
Empréstimos bancários:									
ML A	BEI	57.193.405	3.183.611	3.183.611	6.367.221	57.193.405	3.183.611	6.367.221	9.550.832
ML I/2	BEI	234.435.012	18.000.000	47.579.594	65.579.594	234.435.012	18.000.000	65.579.594	83.579.594
ML II	BEI	74.819.685	4.987.979	14.963.937	19.951.916	74.819.685	4.987.979	19.951.916	24.939.895
ML III	BEI	54.867.769	5.584.000	19.535.084	25.119.084	54.867.769	5.584.000	25.119.084	30.703.084
ML II/B	BEI	99.759.579	6.650.639	26.602.555	33.253.193	99.759.579	6.650.639	33.253.193	39.903.832
ML II/C	BEI	54.867.769	3.657.851	20.118.182	23.776.033	54.867.769	3.657.851	23.776.033	27.433.884
ML IV	BEI	169.591.285	22.400.000	40.304.090	62.704.090	169.591.285	22.400.000	62.704.090	85.104.090
ML I/3	BEI	124.699.474	7.038.497	94.742.062	101.780.559	124.699.474	7.038.497	101.780.559	108.819.056
ML I/3B	BEI	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685
ML V/A	BEI	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000
ML V/B	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
ML V/C	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782	507.957.564	126.989.391	126.989.391	253.978.782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237.747.877	118.873.939	59.436.969	178.310.908	237.747.877	59.436.969	118.873.939	178.310.908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282.974.244	94.324.748	188.649.496	282.974.244	282.974.244	47.162.374	235.811.870	282.974.244
			538.680.045	899.935.264	1.438.615.309		305.091.310	1.205.026.575	1.510.117.885
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000
				300.000.000	300.000.000			300.000.000	300.000.000
Linhas de crédito:									
Total de empréstimos obtidos			546.411.412	2.509.935.264	3.056.346.676		312.822.678	2.822.757.942	3.135.580.620

O empréstimo por obrigações "Private Placement", foi contraído em 7 de outubro de 1996 por um período de vinte anos, com SWAP/PTE para o montante total final da emissão. O reembolso é feito em pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida.

O empréstimo por obrigações "Metro 2019" foi contraído em 4 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2026" foi contraído em 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, à taxa "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2027", foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

O empréstimo por obrigações "Metro 2025" foi contraído em a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado Português o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças

("DGTF") um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em consequência do despacho emanado pelo Ministério das Finanças e Economia datado de 31 de dezembro de 2014, a Empresa procedeu à conversão em capital de parte da dívida contraída junto da DGTF em 2011 e 2012, no montante de 315.628.462 euros, do qual, o montante de 186.426.360 euros se encontrava classificado na rubrica de financiamentos dos ILD's (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2017	-
2018	-
2019	400.000.000
2020	-
2021 e seguintes	910.000.000
	1.310.000.000

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2017	178.101.919
2018	118.664.950
2019	118.664.950
2020	263.676.971
2021 e seguintes	220.826.474
	899.935.264

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
Demonstrações Financeiras e Anexo

39
Handwritten signatures and initials in blue ink.

CONTRATO	Montante em Dívida a 31-12-2019 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM/NÃO)	PARI PASSU (SIM/NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM/NÃO)	NET/PPG GOVERNANCE (S/Partido)	GROSS UP (SIM/NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS E IMPOSTOS O DO SILO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 7 de Dezembro de 1992, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML A"), alterado em 10 de Março de 2006	6.167.221,29	5 de Dezembro de 2017	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/2"), alterado em 10 de Março de 2006	65.579.594,03	15 de Setembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 16 de Dezembro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II")	19.951.915,77	15 de Dezembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 7 de Setembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML III"), alterado em 10 de Março de 2006	25.119.084,02	15 de Junho de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 18 de Dezembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II/B")	33.253.193,40	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1996, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/3"), alterado em 10 de Março de 2006	101.780.559,03	15 de Setembro de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/3 B"), alterado em 10 de Março de 2006	74.819.684,56	15 de Setembro de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 14 de Julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II/C")	23.776.033,13	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 26 de Novembro de 1998, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML IV"), alterado em 10 de Março de 2006	62.704.089,68	15 de Setembro de 2018	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 23 de Fevereiro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/A"), alterado em 10 de Março de 2006	150.000.000,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 19 de Dezembro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/B"), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 9 de Maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/C"), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Schuldchein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300.000.000,00	20 de Julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
US \$ 100,000,000 00 7.42% Notes due 2016 - Merrill Lynch - Private Placement	7.731.367,45	17 de Outubro 2016	SIM	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Não alteração da natureza ou do objecto social da empresa (operação do sistema Metro)
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 IP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 5,75% Guaranteed Notes due 2019 Barclays Capital, BNP Paribas, Caixa Banco de Investimento, S.A., Santander Global Banking & Markets/Febrero 2009, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2019	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa

5.7 Instrumentos financeiros derivados

A Empresa conforme referido na Nota 3.15, contratou swaps de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avaliados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o justo valor dos contratos de swaps afetos às ILD foi determinado de acordo com o descrito na Nota 3.15 e detalham-se como se segue:

Financiamentos bancários derivados			Data			Capital coberto 31.12.2015			Justo valor				
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	Justo valor ("H")		Variação			
								31.12.2015	31.12.2014				
B EI (ML A)	BBVA	02/02/2006	05/12/2005	15/12/2017				(185.637)	(349.496)	163.859			
B EI (ML I/2)	2º, 3º E 6º DESEMBOLSOS	BST	30/03/2006	15/03/2006	15/09/2019	6.020.358	346.863	6.367.221	23.277.235	(14.937.508)	(20.280.511)	5.343.003	
B EI (ML III)	1º E 4º DESEMBOLSOS	BBVA	02/02/2006	15/12/2005	15/06/2020	62.516.003	3.063.591	65.579.594	19.951.916	10.474.756	(599.142)	(801.531)	202.389
B EI (ML I/C)	1º, 2º DESEMBOLSOS	BNPP	19/05/2009	15/03/2009	15/06/2022	19.951.916		19.951.916	16.460.331	8.658.753	25.119.084		
B EI (ML IV)	1º, 2º, 3º, 4º E 5º DESEMBOLSOS	BES INV	11/02/2010	15/12/2009	15/09/2018	32.421.863	42.397.821	74.819.685	23.776.033	50.877.386	(2.785.329)	(5.075.869)	2.290.541
B EI (ML V/A)	1º, 2º, 3º E 4º DESEMBOLSOS	DBI	27/04/2009	15/03/2009	15/12/2020	50.877.386	11.826.704	62.704.090	100.000.000	50.000.000	150.000.000		
B EI (ML V/B)	1º, 2º, 3º DESEMBOLSOS	BARCLAYS	10/07/2008	15/06/2008	15/06/2021	56.000.000	24.000.000	80.000.000	30.666.667	(5.774.678)	(6.912.860)	1.198.181	
B EI (ML V/C)	1º DESEMBOLSO	BST	26/05/2003	16/06/2003	15/06/2022	61.333.334	18.666.666	80.000.000					
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	BST	31/05/2007	15/03/2007	15/06/2022				210.861.168	(210.861.168)			
ABN (SCHULDSCHHEIN)	TRANCHE C	BST	25/02/2005	22/07/2005	22/07/2024				100.000.000	(30.845.813)	(36.451.644)		5.605.832
MERRILL LYNCH	M LYNCH		16/07/2010	15/04/2010	15/10/2016	300.000.000		300.000.000	7.731.367	(182.622)	(570.637)		388.016
OBRIGAÇÕES 2026	BBVA		15/12/2006	04/12/2006	04/12/2026	7.731.367		7.731.367	70.000.000	(24.866.523)	(31.523.089)		6.656.566
OBRIGAÇÕES 2026	M LYNCH		16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026				30.000.000	(32.719.891)	(34.996.719)		2.276.828
OBRIGAÇÕES 2026	CGD		16/07/2010	04/12/2009	04/12/2026				30.000.000	(32.238.470)	(34.941.808)		2.703.338
OBRIGAÇÕES 2019	CITIBANK		15/01/2010	04/02/2010	04/02/2019	400.000.000		400.000.000	400.000.000				
OBRIGAÇÕES 2030	BARCLAYS		30/12/2010	30/12/2010	30/12/2030	400.000.000		400.000.000	100.000.000	(19.880.400)	(24.364.337)		4.483.937
						2.147.949.759	(51.900.769)	2.096.048.990	(589.559.988)	(640.963.746)			51.403.748

Financiamentos bancários derivados			Data			Capital coberto 31.12.2015			Justo valor			
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	Justo valor ("H")		Variação		
								31.12.2015	31.12.2014			
B EI (ML II)	2º E 3º DESEMBOLSOS	RBS	16/01/2009	15/12/2008	15/12/2019			7.980.766	34.614	62.051		(27.437)
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	CAIXA BI	16/07/2009	15/03/2010	15/06/2022				3.235.000	2.883.000		352.000
MERRILL LYNCH	M LYNCH		16/07/2010	15/04/2010	15/10/2016			7.731.367	1.908.137	2.372.465		(464.328)
OBRIGAÇÕES 2026	CAIXA BI		28/04/2010	04/12/2009	04/12/2026			100.000.000	20.300.788	20.962.644		(661.876)
									25.478.519	26.280.160		(801.641)

(*) Encontram-se valorizados de acordo com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública- IGCP conforme referido na Nota 3.15.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no capital próprio da Empresa, dado que o passivo tem como contrapartida uma conta a receber do Estado na rubrica de ILD.

5.8 Fornecedores

A rubrica de fornecedores, é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

5.9 Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício seguinte.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis da Empresa, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2015								
	Terranos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24.287.679	251.471.719	492.006.947	573.984	22.865.763	24.182.189	5.328.466	820.716.746
Aquisições		138.789	2.118.840		260.752	37.508		2.555.889
Alienações				(13.120)	(9)			(13.129)
Transferências		1.995.000	32.145				(4.122.687)	(2.095.543)
Abates			(590)		(312.849)			(313.439)
	24.287.679	259.608.508	494.157.842	560.864	22.813.657	24.219.697	1.205.778	820.850.526
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		196.695.075	362.275.733	552.881	21.897.463	11.882.459		593.303.611
Depreciações do exercício		9.482.969	13.174.165	11.458	833.791	815.685		24.318.067
Imparidades		1.224.058						1.224.058
Alienações				(13.120)	(9)			(13.129)
Abates			(330)		(312.673)			(313.003)
		207.402.102	375.449.568	552.218	22.418.372	12.698.144		618.519.604
	24.287.679	46.203.406	118.707.774	9.645	395.085	11.521.552	1.205.778	202.330.922

2014								
	Terranos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24.287.679	251.264.326	498.794.178	574.711	27.454.344	25.238.237	3.298.807	830.912.281
Aquisições		207.393	337.175		105.791	36.147	2.078.077	2.764.583
Transferências			22.134			(1.994)	(48.418)	(28.278)
Abates			(7.146.540)	(727)	(4.694.372)	(1.090.201)		(12.931.840)
	24.287.679	251.471.719	492.008.947	573.984	22.865.763	24.182.189	5.328.466	820.716.747
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		181.177.005	352.698.344	521.334	25.515.635	11.136.675		571.048.992
Depreciações do exercício		10.800.927	14.327.123	32.274	1.065.305	747.778		26.973.407
Imparidades		4.717.143						4.717.143
Abates			(4.749.734)	(727)	(4.683.477)	(1.994)		(9.435.931)
		196.695.075	362.275.733	552.881	21.897.463	11.882.459		593.303.610
	24.287.679	54.776.644	129.731.214	21.103	968.300	12.299.729	5.328.466	227.413.137

O aumento na rubrica de edifícios e outras construções, refere-se, à transferência da rubrica ativos fixos tangíveis em curso da aquisição à Ferconsult, S.A. do piso 0 da Avenida Barbosa do Bocage, no montante de 1.995.000 euros, a qual teve por base uma avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente com referência a 31 de dezembro de 2014.

No decurso do exercício de 2015 a empresa obteve avaliações de diversos imóveis, resultando uma imparidade dos mesmos no montante de 1.224.058 euros., a qual foi registada na demonstração de resultados na rubrica de “Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)”.

7 LOCAÇÕES

Locações financeiras

Conforme referido na Nota 3.4. a Empresa regista no seu ativo fixo tangível (Nota 6) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 55 unidades triplas de tração registados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis – equipamento básico”.

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são detalhados conforme se segue:

Locações Financeiras - Bens	2015		2014	
	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento básico	299.632.078	196.015.302	103.616.776	114.318.004
	299.632.078	196.015.302	103.616.776	114.318.004

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, venceram juros anuais que se situam entre – 4,0043% e 0%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhado conforme se segue:

<u>Capital em dívida</u>		
<u>Locações Financeiras</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Até 1 ano	3.642.831	16.932.255
Entre 1 ano e 5 anos	22.689.229	29.927.430
A mais de 5 anos		
	26.332.060	46.859.685

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. não reconhecidas no balanço (Nota 3.4) no montante de 210.486.156 euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2015 e 2014 são detalhados conforme se segue:

<u>Pagamentos mínimos</u>		
<u>Locações Operacionais</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Até 1 ano	7.115.513	7.125.473
Entre 1 ano e 5 anos	80.306.764	31.665.755
A mais de 5 anos	123.063.880	180.244.028
	210.486.156	219.035.255

8 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi como segue:

31 de dezembro de 2015					
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	1.621.540	748.267	197.284	675.989	716.440
	1.621.540	748.267	197.284	675.989	716.440

31 de dezembro de 2014					
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3.555.595	1.425.003	1.739.610	390.982	497.709
	3.555.595	1.425.003	1.739.610	390.982	497.709

As propriedades de investimento detidas pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede, os quais se encontram a ser amortizados por um período de 50 anos.

No decorrer do exercício de 2015 a empresa alienou o edifício situado na Rua Ivens pelo montante de 2.100.000 euros.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

31 de dezembro de 2015			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Depreciações do exercício
Imóveis arrendados a terceiros	38.681	17.047	61.463
	38.681	17.047	61.463

31 de dezembro de 2014			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Depreciações do exercício
Imóveis arrendados a terceiros	48.945	16.372	71.134
	48.945	16.372	71.134

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Empresa procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 267.490 euros, a qual foi registada na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)" na demonstração dos resultados.

As amortizações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, no montante de 61.463 euros, foram registadas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização".

Handwritten signatures and initials: B, AR, R, JAF, TO

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e em outras empresas:

2015									
	Sede	% detida	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Efeito em resultados	Participação detida
Subsidiárias:									
Ferconsult, S.A.	Lisboa	100,00%	9.140.344	7.805.089	1.335.255	8.212.176	(1.601.632)	(1.601.632)	1.335.255 a)
Metrocom, S.A.	Lisboa	100,00%	3.162.245	827.341	2.334.904	2.527.570	245.361	245.362	2.334.904 a)
TREM, A.C.E. b)	Lisboa	90,00%	3.433.750	64.244.493	(60.810.743)	2.769.095	2.588.278	(745.055)	a)
TREM II, A.C.E. b)	Lisboa	90,00%	8.558.026	146.333.838	(137.775.812)	4.840.797	908.922	(2.525.862)	a)
Associadas:									
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	1.442.145	1.442.094	52,00	1.750.395	1.650	660	21
Total de investimento em subsidiárias e associadas								(4.626.526)	3.670.180
Empreendimentos conjuntos									
Oblis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	4.151.829	2.742.474	1.409.354	4.263.095	529.522	75.642	201.332
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5,00%	4.002.150	3.892.261	109.889	4.983.325	109.889	5.515	5.515
Total Empreendimentos conjuntos								206.847	206.847
Total								3.877.027	3.877.027

a) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

b) Montantes a corrigir com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

2014									
	Sede	% detida	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Efeito em resultados	Participação detida
Subsidiárias:									
Ferconsult, S.A.	Lisboa	100,00%	8.455.942	5.519.055	2.936.887	8.028.033	(1.554.212)	(1.554.212)	2.936.887 a)
Metrocom, S.A.	Lisboa	100,00%	2.967.511	877.969	2.089.542	2.504.515	220.205	220.205	2.089.542 a)
TREM, A.C.E. b)	Lisboa	90,00%	3.763.935	67.162.956	(63.399.021)	2.589.484	2.235.578	(1.097.756)	a)
TREM II, A.C.E. b)	Lisboa	0,01%	13.376.786	152.061.635	(138.684.734)	5.092.897	(2.830.129)	(2.672.524)	a)
Associadas:									
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	2.051.094	2.052.693	(1.598)	1.896.754	1.166	466	
Total de investimento em subsidiárias e associadas								(5.103.420)	5.026.429
Empreendimentos conjuntos									
Oblis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	2.575.215	1.499.315	1.075.900	3.984.319	296.068	42.293	153.720
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5,00%	3.937.017	3.858.242	78.775	5.497.223	78.775	3.939	3.939
Total Empreendimentos conjuntos								157.659	157.659
Total								5.184.088	5.184.088

a) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

b) Montantes a corrigir com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

A participação financeira detida pela Empresa na subsidiária Ferconsult, S.A. encontra-se em 31 de dezembro de 2015 registada pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, registado uma perda no decurso do exercício de 2015 no montante de 1.601.632 euros que foi reconhecido na demonstração dos resultados na rubrica "Ganhos/perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos".

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e decorrente da decisão tomada em Assembleia Geral do Trem II, S.A. ("Trem II") em 17 de dezembro de 2015, foi aceite a exoneração do Banco Santander e da Caixa Geral de Depósitos como agrupados do Trem II, no qual detinham cada um, uma participação de 49,9950%. Em resultado desta decisão, e tal como previsto nos estatutos do Trem II,

a Empresa que detinha anteriormente, 0,0090% passou a deter 90% do capital, e a Ferconsult (empresa detida a 100% pela Empresa) que detinha anteriormente 0,0010% passou a deter 10% do capital, sendo que da saída dos anteriores agrupados não resultou o pagamento ou recebimento de qualquer montante, quer pela Empresa quer pela Ferconsult.

Consequentemente, por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa que as perdas apuradas pelo Trem em 31 de Dezembro de 2015 não se reverterão no futuro e que é responsabilidade da Empresa satisfazer os compromissos assumidos pelo Trem II, foi reconhecida com referência àquela data uma provisão pelo montante de 28.706.668 euros (Nota 17), que corresponde a 100% do capital próprio negativo apresentado pelo Trem II em 31 de dezembro de 2015 (ajustado pelos ajustamentos de consolidação), dos quais 28.701.738 euros foram reconhecidos no decurso do exercício de 2014 da seguinte forma: (i) o montante de 26.170.944 euros foi reconhecido por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados" pelo facto do Conselho de Administração da Empresa ter concluído, pelos factos ocorridos em 2015, que a exoneração daqueles agrupados e os efeitos daí decorrentes já deveriam ter sido reconhecidos em exercícios anteriores; e (ii) o montante de 2.530.793 euros, correspondente ao resultado líquido apurado em 2015 pela subsidiária (ajustado pelos ajustamentos de consolidação) foi reconhecido por contrapartida da rubrica de Provisões do período na demonstração dos resultados, por sua vez, o montante de 4.931 euros havia sido reconhecido em exercícios anteriores.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pela Empresa no decurso do exercício de 2015 e 2014 foi como segue:

2015			
	Método da equivalência Patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo Inicial	5.184.088	(0)	5.184.088
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(1.307.061)		(1.307.061)
Saldo final	3.877.027	(0)	3.877.027
Ativo líquido	3.877.027	(0)	3.877.027

2014			
	Método da equivalência Patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo Inicial	6.540.676	19.143.134	25.683.810
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(1.356.588)		(1.356.588)
Aumentos de suprimentos - GIL		(19.143.134)	(19.143.134)
Saldo final	5.184.088	(0)	5.184.088
Ativo líquido	5.184.088	(0)	5.184.088

No decurso do exercício de 2014 Empresa alienou a sua participação na GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., conforme despacho da Direção Geral de Tesouro e Finanças, pelo valor de 1 euro (Nota 29). A participação que a Empresa detinha na GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. encontrava-se registada por valor nulo, sendo que no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Empresa reconheceu na demonstração dos resultados uma provisão no montante de 1.816.143 euros correspondente à sua parte nas perdas acumuladas apuradas por esta participada no exercício e em exercícios anteriores, sendo que, adicionalmente, a Empresa tinha concedido suprimentos no montante de 19.143.134 euros, para os quais a Empresa não registou qualquer imparidade. Em resultado da alienação, a Empresa reconheceu uma perda líquida, em 2014, na rubrica de “Ganhos/perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos” pelo montante de 17.326.990 euros.

10 DERIVADOS

O saldo das rubricas de “Derivados” em 31 de dezembro de 2015 e 2014 corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado pelos bancos contratados, e detalham-se como segue:

Financiamentos bancários	Data					Justo valor		Variação	Justo valor	
						Justo valor (“JV”)			Justo valor (“JV”)	
						(contraparte)			(contraparte)	
				31.12.2015		31.12.2014				
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Activo	Passivo		Activo	Passivo
DB EXPORT/97	BST	26/02/2003	15/06/2003	30/12/2015	18.946.700			443.914		(443.914)
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22/09/2005	01/07/2005	01/01/2019	43.846.560		(22.404.774)	9.954.835 *		(32.359.608)
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16/07/2009	01/07/2009	01/01/2019	21.923.280	1.949.000		(1.729.000)	3.678.000	
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06/06/2005	23/09/2005	23/09/2022	79.850.569		(151.979.239)	13.927.252 *		(165.906.491)
					164.567.109	1.949.000	(174.384.013)	22.597.001	3.678.000	(198.710.014)

(*) Encontram-se valorizados de acordo com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública- IGCP.

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2015, efetuada pelo IGCP e considerando determinadas assunções e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pela Empresa, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 5.7), seria como segue:

2015	+1%	-1%
Justo Valor	23.606.000	(44.815.400)
	23.606.000	(44.815.400)

11 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 na rubrica “Outros ativos financeiros - não corrente” inclui: (i) o montante de 30.811.635 euros relativo a um colateral que a Empresa teve de conceder em Abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, no âmbito do contrato de locação operacional celebrado para a aquisição das 24 UT, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do “rating” atribuído à Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 110.057 euros, encontra-se registado na rubrica de “Aumentos/reduções de justo valor”; e (ii) o montante de 25.542.217 euros relativo a um colateral que a Empresa constituiu em 2013, em obrigações americanas

com a Wilmington Trust em consequência do “downgrade” do rating da Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 384.271 euros, encontra-se registado na rubrica de “Aumentos/reduções de justo valor”.

12 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Inventários	2015			2014		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consu						
Materiais	2.007.013	(299.936)	1.707.077	2.409.930	(299.936)	2.109.994
Ferramentas	20.383		20.383	17.588		17.588
Produtos de limpeza	22.075		22.075	39.015		39.015
Combustíveis	27.869		27.869	38.553		38.553
Outros materiais	419.555		419.555	255.836		255.836
Artigos promocionais/publicações	19.435		19.435	21.203		21.203
	2.516.331	(299.936)	2.216.394	2.782.126	(299.936)	2.482.190

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhado conforme se segue:

Custo das mercadorias vendidas	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	
	2015	2014
Saldo inicial	2.782.126	1.974.041
Compras	2.260.086	2.584.879
Regularizações	(86.783)	862.764
Saldo final	2.516.331	2.782.126
	2.439.098	2.639.558

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhada conforme se segue:

Perdas por Imparidade - Inventários	2015			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	299.936			299.936
	299.936	-	-	299.936

Perdas por Imparidade - Inventários	2014			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	405.000	-	105.064	299.936
	405.000	-	105.064	299.936

13 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

Clientes e Outras contas a receber	2015			2014		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Clientes	5.953.566	(933.535)	5.020.031	3.166.955	(421)	3.166.534
Outras contas a receber	10.943.977	(3.143.753)	7.800.224	16.909.360	(4.382.808)	12.526.552
	16.897.543	(4.077.288)	12.820.255	20.076.315	(4.383.229)	15.693.085
	16.897.543	(4.077.288)	12.820.255	20.076.315	(4.383.229)	15.693.085

O detalhe de clientes e outras contas a receber é como segue:

Clientes	2015	2014
	Corrente	Corrente
Simtejo	59.624	59.624
Ar Telecom	463.383	463.383
Associação Turismo de Lisboa	138.695	41.221
Direcção Geral de Transportes Terrestres	23.644	23.644
Refer	1.045	1.045
Soflusa - Soc. Fluvial Transportes	14.479	36.697
Empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos cor	1.381.805	1.437.505
Meo - Serv. Comun. Multimédia, SA	117.542	140.425
Multas por cobrar - INTF/AT	3.171.181	-
Outros	582.170	963.411
	5.953.566	3.166.955
Imparidade de contas a receber	(933.535)	(421)
	5.020.031	3.166.534

Outras contas a receber	2015	2014
	Corrente	Corrente
Parque Expo' 98	-	7.980.766
Transtejo	47.000	98.420
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	914.699	731.832
Serviços Municipais Transportes Coletivos Barreiro	3.114.359	3.082.811
Câmara Municipal de Lisboa	-	430.387
Rodoviária de Lisboa	2.957	34.222
Refer	24.139	24.139
Receitas de tráfego	1.614.138	1.965.733
Pessoal	599.879	471.633
Empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos cor	3.283.257	478.149
Outros	1.343.548	1.611.269
	10.943.977	16.909.360
Imparidade de outras contas a receber	(3.143.753)	(4.382.808)
	7.800.224	12.526.552

Em 17 de agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. ("Parque Expo'98") no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha Vermelha e respetivas estações Alameda – Expo. A compensação no montante total de 9.975.957 euros seria paga pela Parque Expo'98 durante os anos de

1995 a 1998 nos montantes de 1.995.191 euros, 2.493.990 euros, 2.493.990 euros, e 2.992.787 euros, respetivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um rendimento a reconhecer no montante de 9.975.957 euros. Até 31 de dezembro de 2014, da compensação total a Empresa recebeu o valor de 1.995.191 euros relativo a parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de "Outros contas a receber" o montante de 7.980.766 euros.

Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha Vermelha e respetivas estações, a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do rendimento a reconhecer relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que a Empresa concluiria a construção e daria inicio a exploração desta linha).

Em 29 de setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre a Empresa, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que a Empresa pagaria a Parque Expo'98 a importância de 7.082.930 euros a título de expropriação da área indispensável a implementação e construção da estação de metro Oriente, não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo a Empresa capitalizou nos encargos com a construção da linha Vermelha Alameda/Oriente e respetivas estações o montante de 7.082.930 euros e registou uma conta a pagar na rubrica de "Outras contas a pagar", pelo mesmo montante (Nota 23).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a Empresa celebrou um protocolo com a Transtejo, tendo em vista a transferência para aquela entidade, do montante de 14.502.602 euros relativo a obras efetuadas por conta daquela entidade no terminal fluvial do Cais do Sodré.

No decurso do exercício findo a 31 de dezembro de 2014, a Empresa celebrou um acordo de Dação em Cumprimento com o Estado Português e a Transtejo, do qual resultou a liquidação da totalidade da dívida pela Transtejo referente ao terminal fluvial do Cais dos Sodré, a qual em 31 de dezembro de 2013 ascendia a 10.502.002 euros.

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2015 e 2014 foi como segue:

2015						
Imparidades	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Reclassificação	Saldo final
Cientes	421	469.731	-	-	463.383	933.535
Outras contas a receber	4.382.808	365.993	(10.180)	(1.131.485)	(463.383)	3.143.753
	4.383.229	835.724	(10.180)	(1.131.485)	-	4.077.288

2014						
Imparidades	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Reclassificação	Saldo final
Cientes	421	-	-	-	-	421
Outras contas a receber	4.382.808	-	-	-	-	4.382.808
	4.383.229	-	-	-	-	4.383.229

14 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

Diferimentos activos	2015	2014
Encargos com contratos de leasing	1.159.290	1.445.487
Trabalhos por conta de terceiros	42.881.974	54.651.573
Outros	261.365	252.027
Imparidade - Outros gastos a Reconhecer	(634.584)	-
	43.668.045	56.349.086

A rubrica “Diferimentos ativos - encargos com contratos de leasing”, no montante de 1.159.290 euros, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

A rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros” inclui, os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado relativamente às quais

o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação.

No decurso do exercício de 2015 foram desreconhecidos os montantes para os quais não foi possível efetuar o protocolo de regularização de saldos existentes com outras entidades, referente à rubrica Trabalhos por conta de terceiros.

15 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2015 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 1.818.134.981 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi efetuado um aumento de capital no montante de 189.272.225 euros, sendo este valor totalmente subscrito e realizados em dinheiro.

O resultado líquido negativo dos exercícios findos entre 31 de dezembro de 2013 e 2014, foram transferidos para a rubrica de "Resultados transitados" nos exercícios subsequentes, apesar das demonstrações financeiras dos exercícios findos naquelas datas não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

16 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

2015					
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rendimento do período	Rendimento acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	8.758.059	2.184.821
FEDER-QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	42.607.303	11.921.070
	65.471.254	65.471.254	2.906.231	51.365.362	14.105.891

2014					
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rendimento do período	Rendimento acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	8.263.221	2.679.659
FEDER-QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	40.195.911	14.332.463
	65.471.254	65.471.254	2.906.231	48.459.131	17.012.122

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT's, série complementar de 10 UT's e PMO III.

17 PROVISÕES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhada conforme se segue:

Provisões	2015			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	795.227	1.042.394	250.000	1.587.622
Juros a liquidar (nota 31)	41.394.085	33.181.496	261.881	74.313.700
Juro de mora	-	1.895.538	-	1.895.538
Despesas com pessoal	142.971	-	142.971	-
	42.332.284	36.119.428	654.852	77.796.860
Outras provisões:				
Imparidade de investimentos financeiros	3.450	-	-	3.450
Cobertura de prejuízos	13.401.133	29.441.870	639	42.842.364
	13.404.583	29.441.870	639	42.845.814
	55.736.867	65.561.299	655.491	120.642.674

Provisões	2014			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	334.194	461.034	-	795.227
Juros a liquidar (nota 31)	10.999.739	30.394.346	-	41.394.085
Despesas com pessoal	142.971	-	-	142.971
	11.476.904	30.855.380	-	42.332.284
Outras provisões:				
Imparidade de investimentos financeiros	1.819.593	-	1.816.143	3.450
Cobertura de prejuízos	15.705	13.393.153	8.788	13.401.133
	1.835.298	13.393.153	1.816.143	13.404.583
	13.312.202	44.248.532	1.816.143	55.736.867

Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa reconheceu na rubrica de "Provisões para riscos e encargos" o montante de 35.077.034 euros relativos aos juros vencidos e não pagos e juros de mora durante o ano de 2015 (30.394.346 euros em 31 de dezembro de 2014) à instituição financeira com quem foram contratados os dois instrumentos financeiros derivados associados, em consequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender os referidos pagamentos na sequência do processo

que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2015 o passivo vencido encontra-se refletido nas demonstrações financeiras, bem como, o montante das despesas que a Empresa irá incorrer com o processo caso o desfecho do mesmo lhe venha a ser favorável, cuja estimativa em 31 de dezembro de 2015 ascende a 1.587.622 euros e encontra-se refletida na rubrica de "Processos judiciais em curso".

Em 2015 o aumento registado na rubrica de "Outras provisões – outros" corresponde ao passivo reconhecido pela Empresa para fazer face às perdas acumuladas do Trem II, o qual foi reconhecido no exercício de 2015 por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados" na parte correspondente às perdas acumuladas pelo Trem II com referência a 31 de dezembro de 2014 pelo montante de 26.170.944 euros e em resultados no montante de 2.530.793 euros

Em 2014 o aumento registado na rubrica de "Outras provisões – outros" corresponde ao passivo reconhecido pela Empresa para fazer face às perdas acumuladas do Trem, o qual foi reconhecido no exercício de 2014 por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados" na parte correspondente às perdas acumuladas pelo Trem com referência a 31 de dezembro de 2013 pelo montante de 11.875.855 euros e em resultados no montante de 1.518.362 euros referente ao prejuízo de 2014.

No decurso do exercício findo a 31 de dezembro de 2015 as perdas acumuladas do Trem foram reforçadas em 745.055 euros.

18 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos financiamentos afetos à atividade de exploração em 31 de dezembro de 2015 e 2014 detalha-se como segue:

Financiamentos	Entidade financiadora	2015			2014		
		Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários:							
Emp. LP 100 M EUR	Goldman Sachs Bank	100.000.000	100.000.000	-	100.000.000	-	100.000.000
Emp. LP 50 M EUR	Goldman Sachs Bank	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000	-	50.000.000
Emp. CP/LP 50 M EUR	Deutsche Bank	-	-	-	50.000.000	-	-
Emp. LP 613,9 M EUR	D G T F 2011 (parte)	105.974.436	52.987.218	-	105.974.436	26.493.609	26.493.609
Emp. LP 648,6 M EUR	D G T F 2012 (parte)	410.833.969	205.416.984	102.708.492	410.833.969	102.708.492	205.416.984
Emp. LP 412,9 M EUR	D G T F 2013 (parte)	129.885.756	43.295.252	86.590.504	129.885.756	21.647.626	108.238.130
Total Empréstimos bancários			451.699.454	189.298.996		150.849.727	490.148.723
Locações financeiras:							
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export - Leasing	-	-	-	13.383.727	13.383.727	-
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	26.332.060	3.642.831	22.689.229	33.475.958	3.548.528	29.927.430
Total de Locações financeiras			3.642.831	22.689.229		16.932.255	29.927.430
Encargos financeiros			(2.676.309)			(7.107.200)	
Total Instituições financeiras			452.665.976	211.988.225		160.674.782	520.076.153

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, em consequência do despacho do Ministro das Finanças e Economia foi convertido em capital o montante de 189.272.225 euros.

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2017	124.356.118
2018	21.647.626
2019 e seguintes	43.295.252
	189.298.996

Em 31 de dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2015, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 26.332.060 euros.

Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tração, sendo que os compromissos assumidos com o pagamento de rendas de contratos de locação financeira é como segue:

2015	Corrente	Não corrente	Total
55 Unidades de tração (nota 7)	3.642.831	22.689.229	26.332.060
	3.642.831	22.689.229	26.332.060

A parcela classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolso:

2015	
Anos	Montante
2017	7.430.547
2018	7.628.011
2019	7.630.670
	22.689.229

A Empresa tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

De acordo com o orçamento da Empresa para 2016 aprovado pela Assembleia da República Portuguesa e considerado no orçamento de Estado para 2016, encontrava-se previsto: (i) o recebimento de um empréstimo da DGTF no montante de 369.206.500 euros, com o propósito de proceder à liquidação dos juros que se irão vencer no decurso do exercício de 2016 e efetuar o reembolso de empréstimos contratados junto de entidades bancárias, estando previsto que este montante seja convertido num aumento de capital o qual à data de aprovação destas demonstrações financeiras ainda não se encontra concretizado.

Em 31 de dezembro de 2015 os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao “rating” da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

CONTRATO	Montante em Dívida a 31.12.2015 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM/NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSES (SIM / NÃO)	PARTIAL COVENANTS (SIM / NÃO)	CROSS UP (SIM/NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPÓSTO DO SELLO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 10 de Julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	100 000 000	10 de Julho 2016	SIM	SIM	Sim- Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Negative Pledge em termos semelhantes aos constantes do Anexo C infra / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o Goldman Sachs Bank (Europe) Plc em 22 de Julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	50 000 000	24 de Julho de 2016	SIM	SIM	Sim- Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e impostos suportados pelo ML	Negative Pledge em termos semelhantes aos constantes do Anexo C infra / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa

Anexo A - Cláusula 11.7. Enquanto as obrigações para si decorrentes do presente Contrato não se encontrarem integralmente satisfeitas, não dar em garantia ou por outra forma onerar quaisquer bens, com excepção das infra estruturas de longa duração (ILD's), que constam ou venham a constar do seu activo, desde que tal afecte significativamente o património da Mutuária ou a sua capacidade em cumprir com as obrigações decorrentes deste Contrato, exceto

- a) Garantias constituídas com o acordo prévio, dado por escrito, do Banco, o qual deverá ser prestado no prazo de 5 dias úteis a contar da data da respectiva comunicação;
- b) Garantias prestadas no âmbito de operações de locação sobre material circulante, desde que essas garantias sejam constituídas a favor das entidades financiadoras dessas operações e garantam apenas o montante disponibilizado por essas entidades com vista ao financiamento das referidas operações;
- c) Garantias constituídas por exigência legal ou estatutária ou em virtude de regulamento ou licença relacionados com a actividade da Mutuária;
- d) Cessão de créditos de auxílios comunitários relacionados com projectos de investimento desenvolvidos pela Mutuária, desde que a referida cessão seja realizada a favor das entidades financiadoras desses projectos antes da concessão dos referidos auxílios e garanta apenas os montantes disponibilizados pelas referidas entidades financiadoras;
- e) Garantias constituídas sobre títulos de propriedade, apólices de seguro ou contratos de compra e venda relativos a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros constituídas no exercício da actividade comercial da Mutuária para garantir o preço de compra dos referidos bens;
- f) Qualquer garantia que seja constituída para substituir uma garantia existente previamente à data da celebração do presente Contrato ou para substituir qualquer uma das garantias permitidas nos termos da presente cláusula;
- g) Qualquer garantia que resulte de um direito de retenção relativo a qualquer bem ou activo adquirido pela ou fornecido à Mutuária no âmbito da sua actividade comercial regular;
- h) Garantias constituídas no âmbito de ou que resultem das operações referidas na alínea b)

Cláusula 11.8. Não vender, ceder ou por qualquer outro meio transmitir qualquer dos seus Activos, com excepção das infra estruturas de longa duração (ILD's), sem o consentimento prévio do Banco

- a) Relativa a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros e efectuada no exercício de actividade comercial da Mutuária ou por exigência legal ou estatutária ou em virtude de regulamento ou licença relacionados com a referida actividade;
- b) Constituir numa troca por outros Activos comparáveis ou superiores em tipo, valor e qualidade ou se a contrapartida ouvida corresponder ao respectivo valor de mercado;
- c) Efectuada no âmbito de operações de locação estruturadas a fim de sale e leaseback a favor das entidades financiadoras dessas operações com vista ao financiamento dos Activos em curso;
- d) O valor líquido da contrapartida ouvida de mercado ou de contrapartida recebida, incluindo o que for mais alta, e do valor de mercado ou de contrapartida recebida, consoante o mais alto, de qualquer outra venda, aluguer, transmissão ou outra forma de disposição (sem contar com as operações permitidas nas alíneas anteriores) não exceder em qualquer exercício o montante de 15.000.000 EUR (quinze milhões de euros)

Anexo B - A sociedade e poderá, no entanto, sobre os bens móveis ou imóveis que constituem ou venham a constituir o seu activo, e sem prejuízo das obrigações identificadas no número um da presente cláusula, prestar:

- (i) Garantias com o acordo prévio, dado por escrito, do Banco, o qual deverá ser prestado no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da respectiva comunicação;
- (ii) Garantias no âmbito de operações de locação sobre material circulante, desde que essas garantias sejam constituídas a favor de entidades financiadoras dessas operações e garantam apenas o montante disponibilizado por essas entidades com vista ao financiamento das referidas operações bem como garantias conexas com aquelas obrigações que sejam exigidas como obrigações da Sociedade pelas entidades financiadoras daquelas operações;
- (iii) Garantias por exigência legal ou estatutária ou em virtude de Instruções imperativas do Governo/Tutela no âmbito da actividade exercida pela Sociedade;
- (iv) Cessão de créditos de auxílios comunitários relacionados com projectos de investimento desenvolvidos pela Sociedade, desde que a referida cessão seja realizada a favor das entidades financiadoras desses projectos antes da concessão dos referidos auxílios e garanta apenas os montantes disponibilizados pelas referidas entidades financiadoras;
- (v) Garantias sobre títulos de propriedade, apólices de seguro ou contratos de compra e venda relativos a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros constituídas no exercício da actividade comercial da Sociedade para garantir o preço de compra dos referidos bens;
- (vi) Qualquer garantia que seja constituída para substituir uma garantia existente previamente à data da celebração do presente Contrato ou para substituir qualquer uma das garantias permitidas nos termos da presente cláusula;
- (vii) Qualquer garantia que vise obstar ao exercício de um direito de retenção relativo a qualquer bem ou activo adquirido pela ou fornecido à Sociedade no âmbito da sua actividade comercial regular.

O “downgrade” do rating da Empresa bem como de um banco internacional emissor de uma carta de crédito, colocaram o Metropolitano numa situação de incumprimento das cláusulas contratuais relativas às garantias das operações de “US Cross Border Lease”, respeitantes ao financiamento do material circulante. Decorrente desta situação a Empresa no decurso do exercício de 2015 tinha concedido um colateral no montante de 25.542.217 euros (Nota 11).

19 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na nota 3.14, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2015, o número de empregados ativos e reformados / pensionistas ascendia a 1027 e 1389, respetivamente (1050 e 1412 em 31 de dezembro de 2014).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos de pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido a data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2015	2014
Trabalhadores activos	62.043.044	61.053.296
Reformados	189.684.056	186.048.877
	251.727.101	247.102.172

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2015 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	2015	2014
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	2,00%	2,00%
Taxa de Crescimento Salarial 2015 e 2016	0,00%	0,00%
Taxa de Atualização Prestação PRT 2015 e 2016	0,00%	0,00%
Taxa de Atualização Prestação PRT após 2016	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	2,00%	2,00%
Taxa média anual de crescimento de pensões	0,00%	0,00%
Taxa média anual de actualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma	1,50%	1,50%

Com referência a 31 de dezembro de 2015, na quantificação das responsabilidades com benefícios pós-emprego foi tida em consideração: (i) a alteração introduzida pelo Orçamento de Estado de 2016, no que se refere à não suspensão de pagamentos de complementos de reformas para as empresas públicas que apresentem prejuízos; e (ii) a alteração da idade de reforma de 65 para os 66 anos (em 2014 e 2015), sendo que após 2015 a idade normal de reforma varia em função da esperança média de vida aos 65 anos de idade conforme artº 20 do DL 167-E/2013.

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2015 e 2014 foi como se segue:

	2015	2014
Responsabilidades totais no início do período	247.102.172	216.987.145
Custos dos serviços correntes	2.727.142	2.383.411
Custo dos juros	4.942.043	7.594.550
Benefícios pagos no exercício	(258.996)	(279.486)
Ganhos (perdas) atuariais do exercício	(2.785.261)	20.416.552
Reponsabilidades totais no fim do período	251.727.101	247.102.172

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2015, nos montantes de 2.727.142 euros e 4.942.043 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos com o pessoal”.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de (2.785.261) euros e 20.416.552 euros, respetivamente, relativo a ganhos (perdas) atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de “Resultados transitados”, conforme descrito na sua política contabilística (Nota 3.14).

Em 31 de dezembro de 2015, as perdas atuariais resultam, essencialmente, da alteração da taxa de desconto de 3,5% para 2%

Em 31 de dezembro de 2015 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

20 FORNECEDORES

O saldo da rubrica de “Fornecedores” em 31 de dezembro de 2015 e 2014 detalha-se como segue:

Fornecedores	2015	2014
Companhia Carris de Ferro	6.712	11.262
Edp Comercial	733.137	761.779
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	24.600	24.600
Empresas do Grupo (Nota 32)	82.769	52.468
Eurest, S.A.	-	378
EPAL-Emp Portuguesa Aguas Livres,SA	26.522	18.841
Iberlin, S.A.	12.161	12.161
Outros	878.236	488.980
	1.764.137	1.370.469

21 . ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos as taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2015		2014	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas:				
Pagamentos por conta	350.000	-	280.000	-
Estimativa de imposto	-	38.488	-	68.202
Retenções na fonte	1.889.140	-	1.626.411	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	807.744	-	821.597
Imposto sobre o valor acrescentado	355.556	123.313	4.025	97.663
Contribuições para a Segurança Social	-	1.119.512	-	1.117.498
Outros Impostos	1.244.940	362.470	737.863	415.473
	3.839.636	2.451.527	2.648.299	2.520.432

Em 31 de dezembro de 2015, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e às contribuições para a Segurança Social, correspondem à retenção efetuada nos processamentos salariais de dezembro de 2015, os quais serão liquidados em janeiro de 2016.

22 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2015 e em 2014 e detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2015	2014
Imposto corrente	38.488	68.202
	38.488	68.202

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 287.892.703 euros e 590.982.449 euros, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas e conforme se segue:

Prejuízos fiscais	2015		2014	
	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização
Gerados em 2009	130.936.642	2015	147.456.480	2015
Gerados em 2010			155.633.266	2014
Gerados em 2011	159.811.290	2015	159.811.290	2015
Gerados em 2012	90.695.009	2017	90.695.009	2017
Gerados em 2013	33.889.684	2018	33.889.684	2018
Gerados em 2014	3.496.721	2026		
	418.829.346		587.485.728	

23 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

Outras contas a pagar	2015	2014
Outros credores		
Parque Expo' 98 (Nota 13)	-	7.082.930
Pessoal	560.008	585.663
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	7.199.100	6.404.787
Juros vincendos e não pagos	33.069.168	18.937.640
Credores por acréscimos de gastos	310.880	208.824
Fornecedores de investimentos	3.761.116	6.423.495
Multas por cobrar - INTF/AT	3.171.181	-
Outros	3.859.726	1.841.651
	51.931.179	41.484.990

O saldo da rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” em 31 de dezembro de 2015 e 2014 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pela Empresa com investimentos realizados, relativamente aos quais à data do balanço ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.

O montante de 4.562.335 euros (6.423.495 euros 31 de dezembro 2014) relativo à rubrica de “Fornecedores de investimentos” respeita ao saldo a pagar a fornecedores, relativamente à aquisição de ativos fixos tangíveis, dos quais se destacam: (i) 498.798 euros a pagar à Câmara Municipal de Lisboa; (ii) 1.315.421 euros a pagar à CJC – Engenharia e Projetos; e (iii) 404.440 euros a pagar à Siemens.

24 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos passivos	2015	2014
Leasings financeiros - mais valias diferidas	684.974	1.131.603
Receitas de tráfego	-	-
Rendimento de imóveis	2.049	358.681
	687.023	1.490.284

As mais-valias decorrentes dos contratos de leasing financeiro referentes às 14 UT's e 24 UT's encontram-se a ser diferidas pelos períodos de vigência dos mesmos (Nota 29).

25 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2015	2014
Vendas:		
Sucatas	12.554	24.488
Prestação de serviços:		
Bilhetes	42.022.693	39.113.483
Passes	43.797.485	44.267.458
Cartões	2.823.751	2.640.752
Serviços secundários	3.324.783	3.854.558
Descontos e abatimentos	14	2
	91.981.280	89.900.742

O aumento verificado nas receitas em 2015 resulta, essencialmente, da atualização da chave de repartição entre operadores de transportes.

26 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O detalhe dos subsídios à exploração recebidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

Subsídios à exploração	2015	2014
Indemnização compensatória	-	27.950.104
Passe 4_18	502.062	589.088
Passe Sub23	501.771	597.266
Paii-Programa Apoio Integrado a Idosos	-	20.690
Passe Social +	837.972	896.226
Outros recebimentos	6.000	4.825.000
	1.847.805	34.878.374

No ano de 2015 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público deixaram de ser atribuídas.

No ano de 2014 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 29.627.110 euros (27.950.104 euros reconhecido como crédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2014, de 21 de agosto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi atribuída pelo Estado uma compensação financeira para o passe 4_18@escola.tp e para o passe sub23@superior.tp no montante de 532.186 euros (502.062 euros sem IVA) e de 473.369 euros (501.771 euros sem IVA), respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 foi ainda atribuída pelo Estado, uma compensação financeira, para o passe 4_18@escola.tp, e para o passe sub23@superior.tp no montante de 624.433 euros (589.088 euros reconhecido como crédito após dedução do IVA) e de 639.102 euros (597.266 euros reconhecido como crédito após dedução do IVA), respetivamente.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2014 foi atribuído pelo Estado uma compensação financeira no montante de 4.825.000 euros, para compensar a alteração à política remuneratória resultante da decisão do Tribunal Constitucional.

27 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2015	2014
Electricidade	7.502.025	7.593.732
Rendas e alugueres	7.436.091	7.948.785
Conservação e reparação	4.092.426	3.909.942
Limpeza, higiene e conforto	2.490.512	2.555.034
Vigilância e segurança	4.671.041	5.208.525
Trabalhos especializados	3.185.142	1.229.874
Outros	2.531.919	2.876.471
	31.909.157	31.322.364

A rubrica de “Rendas e alugueres” inclui, essencialmente, o montante de 7.338.419 euros relativo às rendas dos leasings operacionais (7.904.947 euros em 31 de dezembro de 2014).

28 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é detalhada conforme se segue:

Gastos com pessoal	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	168.909	149.968
Remunerações do pessoal	45.159.576	44.533.047
Benefícios pós-emprego (Nota 19)	7.669.186	10.257.448
Encargos sobre remunerações	10.082.070	10.196.978
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	640.551	622.095
Seguro de saúde	702.221	701.257
Gastos de acção social	238.216	232.995
Indemnizações por despedimento	1.354.241	969.221
Outros	107.914	91.058
	66.122.884	67.754.065

A Empresa reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 as responsabilidades com pensões nesta rubrica, sendo a responsabilidade com os serviços correntes, no montante de 2.727.142 euros e o custo dos juros, no montante de 4.942.043 euros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número médio de trabalhadores foi de 1408 e 1439 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1381 e 1426 pessoas, respetivamente.

29 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O detalhe da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é conforme se segue:

Outros rendimentos e ganhos	2015	2014
Subsídio para investimentos (Nota 16)	2.906.231	2.906.231
Reconhecimento de mais-valias leasings	446.629	446.629
Venda de energia	164.357	239.600
Juros de mora	-	1.496.073
Diferenças de câmbio	5.694.112	6.019.407
Rendas de imóveis (Nota 8)	38.681	48.945
Alienação - Ganhos em imobilizado	904.144	-
Correcções relativas a períodos anteriores	1.163.184	653.718
Outros	246.854	220.783
	11.564.191	12.031.386

O saldo da rubrica de “Reconhecimento de mais-valias” é relativo à amortização das mais-valias das 14 UT's e 24 UT's, cujo montante a 31 de dezembro de 2015 ascendeu 250.922 euros e 195.707 euros, respetivamente (Nota 24).

O saldo da rubrica “Diferenças de câmbio” é relativo à atualização de dois colaterais que a Empresa constituiu em obrigações americanas (Nota 11).

O saldo da rubrica “Alienação – Ganhos em imobilizado” é relativo à venda do edifício sito na Rua Ivens.

30 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é conforme se segue:

Outros gastos e perdas	2015	2014
Imposto municipal sobre imóveis	118.389	212.878
Quotizações	105.098	88.742
Perdas em inventários	235.698	206.095
Perdas em investimento não financeiro	-	2.396.253
Correcções relativas a períodos anteriores (Nota 14)	11.801.467	461.911
Outros	190.536	203.669
	12.451.188	3.569.548

O montante na rubrica "Outros" em 31 de dezembro de 2015 respeita essencialmente a trabalhos realizados por conta de terceiros, os quais não foi possível realizar os respetivos protocolos.

31 RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados financeiros	2015	2014
Gastos e perdas:		
Juros suportados com financiamentos bancários	19.139.083	22.040.031
Juros a liquidar (Nota 17)	33.181.496	30.394.346
Loações financeiras	459.374	626.543
	52.779.953	53.060.920
Rendimentos de juros:		
Juros obtidos em aplicações financeiras	159	4.631
Outros	1.243.609	7.520.772
	1.243.768	7.525.403
Resultados financeiros	(51.536.185)	(45.535.517)

O montante de 459.374 euros, registado na rubrica de "Loações financeiras" respeita aos encargos financeiros suportados com os contratos de locação financeira celebrados pela Empresa (Nota 18).

32 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Partes relacionadas	2015			2015		
	Contas a receber			Contas a pagar		
	Clientes (Nota 13)	IRC - Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito líquido
Subsidiárias:						
Ferconsult, S.A.	-	79.675	2.293.783	-	122.782	2.250.677
Metrocom, S.A.	2.461	435.981	-	1.956	-	436.486
Associadas:						
Publimento	1.022.406	-	-	-	-	1.022.406
Empreendimentos conjuntos:						
Otlis, A.C.E.	356.938	292	-	80.813	-	276.417
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	129.313	-	136.839	(7.527)
	1.381.805	515.948	2.423.096	82.769	259.621	3.978.459

Partes relacionadas	2014			2014		
	Contas a receber			Contas a pagar		
	Clientes (Nota 13)	IRC - Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito líquido
Subsidiárias:						
Ferconsult, S.A.	-	79.675	388.968	-	538.037	(69.394)
Metrocom, S.A.	6.763	415.964	3.731	4.113	-	422.346
Associadas:						
Publimento	1.389.299	-	-	-	-	1.389.299
Empreendimentos conjuntos:						
Otlis, A.C.E.	41.444	1.097	-	48.356	-	(5.815)
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	85.450	-	96.915	(11.465)
	1.437.507	496.736	478.149	52.468	634.952	1.724.972

O saldo da rubrica "Outras contas a pagar", referente à Ferconsult, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, inclui o montante 43.037 euros e 194.379 euros, respetivamente, os quais encontram-se registados na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração" (Nota 5.9).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2015				
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	317.840	50.539	124.273
Metrocom, S.A.	-	-	6.715	1.360.257
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	994.613
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	1.393.340	-	117.091	5.339.264
	1.393.340	317.840	174.345	7.818.407

2014				
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	1.792.836	11.199	83.626
Metrocom, S.A.	-	-	6.498	1.740.144
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	1.266.837
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	971.779	-	79.518	4.304.016
	971.779	1.792.836	97.216	7.394.623

33 GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as garantias prestadas pela Empresa ascendiam a 572.674 e a 139.747 euros, respetivamente, e estão essencialmente relacionadas com os contratos de financiamento e processos judiciais em curso.

O detalhe das responsabilidades assumidas pela Empresa relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de dezembro de 2015, é como segue:

2015			
Entidade	Montante	Data Início	Beneficiário
Banco BPI	7.661	17-08-2011	Cm Lisboa
Banco BPI	13.087	30-03-2010	Edp - Serv.Universal, S.A.
Banco BPI	1.583	30-06-2010	Trib.Tribut.2ª.Inst.Lisboa
Banco BPI	95.482	11-05-2006	Finanças 4º Bairro Fiscal
Banco BPI	7.494	10-03-2006	Trib.Adm.F.Lx-2ºjuízo
Banco BPI	7.500	17-06-2014	Petrogal
Banco BPI	1.820	03-06-2015	SMAS
Banco BPI	438.047	31-12-2015	Comarca de LX-1º S.Trab. Lx-8ºjuízo
572.674			

34 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2015, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 5.227.077 euros (3.372.993 euros em 31 de dezembro de 2014), os quais referem-se essencialmente, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2015 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço

a) Responsabilidades com saúde

A Empresa tem vindo a efetuar o pagamento de benefícios aos seus empregados ativos, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram registados encargos de saúde no montante de 702.221 euros (Notas 3.14 e 28), correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício com ativos.

35 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 13.835 euros.

36 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Ao abrigo do disposto, conjugadamente, nos artigos 165.º, n.º 2, 169.º e 170.º, todos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), a Metropolitano de Lisboa procedeu, em 28 de março de 2016, à anulação administrativa do ato de adjudicação do Concurso relativo ao Contrato de Subconcessão da Exploração do Sistema de Transporte da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., adotado através da Deliberação n.º 1120628 do Conselho de Administração da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., de 3 de julho de 2015, tendo notificado para o efeito o adjudicatário, CTSA – Corporación Española de Transporte, S.A.

Consequentemente, e nos termos da segunda parte do n.º 2 do artigo 172.º do CPA, bem como ao abrigo do n.º 2 do artigo 283.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações subsequentes, deliberou na mesma data anular o respetivo Contrato de Subconcessão da Exploração do Sistema de Transporte do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., assinado em 23 de setembro de 2015 com a CTMSA – Corporação de Transportes Metro de Lisboa, S.A. e que até à data não produziu quaisquer efeitos, de acordo com o n.º 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, tendo sido devolvida a caução prestada.

Na sequência desta atuação da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., a CTMSA – Corporação de Transportes Metro de Lisboa, S.A. apresentou Reclamação Administrativa dos atos de anulação acima identificados, a qual se encontra em prazo de apreciação.

A empresa foi notificada pela Autoridade Tributária a apresentar elementos fiscalmente relevantes referentes aos exercícios de 2012, 2013 e 2014.

37 REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

No exercício de 2015 a Empresa passou a classificar na rubrica de “Juros e Gastos similares suportados” ao invés da rubrica de “Provisões”, na Demonstração dos resultados, as provisões relacionadas com os juros vencidos relativos ao processo em curso que envolve o Banco Santander e a Empresa (Nota 10), por entender que esta classificação permite uma leitura mais adequada das Demonstrações Financeiras. Por esse motivo, e para fins de comparabilidade, a Empresa procedeu à reexpressão dos montantes com caracter similar na Demonstração dos resultados do exercício de 2014, o que correspondeu a uma diminuição da rubrica de Provisões e um aumento na rubrica de “Juros e Gastos similares suportados” no montante de 30.394.346 euros, sem impacto no Resultado Líquido e no Capital Próprio do exercício de 2014.

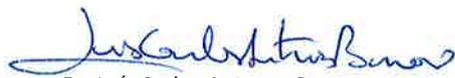
Adicionalmente, a Empresa procedeu, em 31 de dezembro de 2015, a um acerto de classificação dos instrumentos financeiros derivados nas rubricas ativas e passivas relacionadas com ILD (Nota 5), tendo, por esse motivo, reexpresso as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, para fins de comparabilidade, por forma a seguir o mesmo critério de classificação. Assim sendo, o ativo e o passivo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso) apresentam um aumento de, aproximadamente, 26.280.160 euros, respetivamente, face às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, tal como aprovadas pelo Conselho de Administração.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Eng.º Diago Lopes Farias

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota


Dr. Luís Carlos Antunes Barroso


Dr. José Realinho de Matos


Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos


Dr. António Manuel Domingues Pires

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E. (ML)

EXERCÍCIO DE 2015 Contas individuais

I. Introdução

Cumprindo as funções que lhes estão consignadas na Lei e nos Estatutos da empresa, compete ao Conselho Fiscal (CF) da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML), apreciar e emitir Parecer sobre o Relatório e Contas da responsabilidade do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o qual nos foi remetido por *mail* de 8 de setembro de 2016.

Sendo a ML uma empresa pública, na qual estão envolvidos consideráveis recursos, importa reiterar que a sua gestão, sem perder de vista o serviço público de excelência que deve prestar, deve ser pautada por inequívocos critérios de rigor e transparência. Aliás, tal exigência decorre das disposições legais a que estão sujeitas estas empresas, devendo fundamentalmente a sua gestão ser enquadrada nas boas práticas de governo societário, consagrado no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE).

Importa ainda referir, que no decurso do exercício agora em apreciação, a empresa observou também as orientações estatuídas nos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março – Estatuto do Gestor Público;
- RCM n.º 45/2011, de 13 de outubro, que definiu o plano estratégico para os transportes na qual foram definidos, para o sector, os princípios orientadores para o horizonte 2011-2015.

Saliente-se que a empresa é considerada, nos termos da Lei de Execução Orçamental, como “entidade pública reclassificada” integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública, cujas normas de procedimento administrativo tem de observar, em cumprimento das orientações emitidas pela Direção-Geral do Orçamento, bem como da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro).

O presente relatório e parecer referem-se às demonstrações financeiras da ML em termos individuais, nomeadamente o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o anexo às demonstrações financeiras. A Empresa irá apresentar, em separado, as demonstrações financeiras consolidadas nas quais serão consideradas as demonstrações das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal

No cumprimento das atribuições no acompanhamento da gestão e da atividade da empresa, o órgão fiscalizador reuniu regularmente, tendo-se inteirado sistematicamente do conteúdo dos diversos documentos de trabalho emanados dos serviços operacionais, bem como, analisado regularmente as contas e a situação financeira e patrimonial da empresa e os respetivos instrumentos previsionais de gestão.

Nesta conformidade, o Conselho Fiscal, tomou conhecimento, de forma pormenorizada e sistemática, do conteúdo dos relatórios, atas e outros documentos de trabalho que o Conselho de Administração e as diversas áreas operativas lhe fizeram chegar. Ainda, sempre que julgou oportuno, alertou, formal ou informalmente, o Conselho de Administração para factos e situações julgadas pertinentes e a exigirem uma atenção especial por parte do órgão executivo.

No desenvolvimento da atividade deste órgão, foram estabelecidos contatos com o Revisor Oficial de Contas (ROC) e com os auditores externos da empresa, cujo relatório anual (provisório) nos foi remetido por *mail* de 19 de setembro de 2016.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do nível de cumprimento das orientações legais por parte da sociedade, bem como do referido a este respeito pelo Conselho de Administração no Relatório de Gestão, designadamente no que se refere aos objetivos de gestão, à gestão do risco financeiro e limites máximos de endividamento, ao prazo médio de pagamentos e aos pagamentos em atraso, às recomendações do acionista, à contratação pública, ao princípio da igualdade de género, ao controlo de custos, ao princípio da unidade de tesouraria do Estado e à divulgação de informação.

Registando o cumprimento dos deveres anteriormente mencionados, o Conselho Fiscal reforça a necessidade de dar cumprimento integral ao disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), no que respeita nomeadamente às obrigações de reporte e de cálculo dos fundos disponíveis e dos compromissos futuros.

III. Apreciação do relatório de gestão

O Relatório de Gestão da responsabilidade do Conselho de Administração, refere com a necessária clareza a forma como decorreu a atividade da Metropolitano de Lisboa, durante o exercício de 2015. Do conteúdo desse documento, o qual foi elaborado em conformidade com o disposto no ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) – “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2015”, de 12 de fevereiro de 2016, considera o Conselho Fiscal que, pela sua importância no desempenho global da empresa, devem ser realçados, se bem que em síntese, os seguintes aspetos:

- O designado projeto “Transportes de Lisboa”, que já abrangia as empresas ML e CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA, passou a integrar, desde o início do ano, também a sociedade TRANSTEJO - Transportes Tejo, SA e a sua participada SOFLUSA – Sociedade

Fluvial de Transportes, SA, passando os conselhos de administração destas quatro sociedades a ser compostos pelos mesmos membros;

- No decurso do ano foi dada continuidade à missão de concretização dos objetivos definidos no Plano Estratégico de Transportes (PET e PETI 3+), sendo de realçar que, a partir de maio de 2015, foram adotadas medidas no sentido da consolidação de um modelo de gestão integrada, procurando-se obter ganhos de eficiência e de produtividade através de uma estrutura de serviços partilhados comuns às quatro empresas;
- Já no final do ano foram dados os primeiros passos no sentido do desenvolvimento de uma nova política de transportes, na sequência do novo enquadramento governativo, salientando-se a transição da tutela operacional do setor dos transportes, do Ministério da Economia para o Ministério do Ambiente, bem como a reversão dos processos de subconcessão;
- Ao nível da procura, o ano de 2015 manteve a tendência de crescimento, tendo os passageiros transportados (apurados pelas validações efetuadas) aumentado 3,1%, em relação a 2014. De realçar que 2015 foi o primeiro ano em que foi utilizado o indicador de validações efetuadas, estando prevista a sua utilização também para a repartição das receitas entre os vários operadores;
- Manutenção das tarifas dos títulos de transporte, verificando-se um acréscimo de receita potenciado pelo aumento da procura;
- Em termos de oferta, 2015 foi um ano de consolidação, tendo o número de circulações global sofrido um ligeiro aumento, apesar da ocorrência de greves e da redução do quadro de trabalhadores;
- Decréscimo dos incidentes registados na rede ML (-9,4%), registando-se um valor médio final de 6,28 incidentes por milhão de passageiros transportados (em 2014 o correspondente valor foi de 6,93);
- Manutenção da política seguida nos anos mais recentes, de diminuição do número de trabalhadores, sendo de realçar que, entre 2010 e 2015, o decréscimo foi significativo, com maior impacto nas áreas operacionais, traduzindo-se em reduções de cerca de 15% dos trabalhadores da manutenção, cerca de 10% dos maquinistas e mais de 15% dos agentes de tráfego e operadores comerciais. Em 31 de dezembro de 2015 o número total de efetivos situou-se em 1.381, representando uma redução de 45 face ao final do ano anterior, resultando a grande maioria das saídas de rescisões dos contratos de trabalho por mútuo acordo, no âmbito do Programa de Redução de Efetivos lançado no ano;
- Crescimento das despesas de investimento, passando de 11,1 milhões de euros (em 2014) para 17,7 milhões de euros (em 2015), sendo de realçar a extensão da linha azul no troço Amadora Este/Reboleira, cujo montante de despesa em 2015 ascendeu a 6,6 milhões de euros;
- Manutenção da aplicação das medidas de política salarial a que a ML se encontra sujeito, decorrentes da Lei do Orçamento do Estado, sendo que as reduções remuneratórias ainda

aplicadas em 2015 foram inferiores em 0,7 milhões de euros em relação ao ano anterior. A reversão da aplicação das reduções remuneratórias e do pagamento de indemnizações por rescisão do contrato de trabalho traduziu-se num crescimento da massa salarial, face a 2014, de 1,39% (+0,6 milhões de euros);

- Não atribuição de indemnização compensatória não reembolsável para financiar parcialmente as operações em cumprimento de obrigações de serviço público, que em 2014 ainda ascendeu a cerca de 28,0 milhões de euros. Assim, os subsídios à exploração situaram-se em apenas 1,8 milhões de euros, relativos à compensação pelos descontos efetuados nos títulos de transporte “4_18@escola.tp”, “sub23@superior.tp” e “Social +”;
- A diminuição dos rendimentos operacionais traduziu-se nos agravamentos, face a 2014, dos resultados operacionais, em 8,3 milhões de euros, situando-se em -13,6 milhões de euros, bem como do EBITDA, corrigido de rubricas *non-cash*, em 37,4 milhões de euros, situando-se em -7,2 milhões de euros;
- Manutenção da política do acionista em apoiar financeiramente a empresa, através de aumentos de capital, por conversão de créditos e entradas de numerário, que permitiram os fundos necessários para fazer face ao serviço da dívida;
- Neste contexto, a ML em 2015 amortizou dívida num total de 99,8 milhões de euros, situando-se ainda assim o passivo remunerado em 3.723,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2015.

IV. Avaliação do desempenho dos administradores

Nos termos do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, deve o Conselho Fiscal aferir sobre o cumprimento das boas práticas do governo societário.

De referir que o Conselho de Administração que acompanhou o desenvolvimento da atividade da empresa ao longo do exercício de 2015 cessou funções em 7 de janeiro de 2016.

Tendo em conta o modelo organizacional da ML, designadamente a presença do Conselho de Administração, como órgão colegial, na orientação estratégica e operacional da Empresa e na decisão e monitorização dos impactos das decisões, não é possível a avaliação individual do desempenho.

Importa salientar que os membros do Conselho de Administração não auferiram no exercício prémios de gestão, adotando procedimentos e ações suscetíveis de não criar eventuais conflitos de interesses no desempenho das suas atribuições.

Nos termos do n.º 1 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, a ML elaborou em documento autónomo o Relatório de Governo Societário, relativo às boas práticas de governo societário adotadas em 2015. Sobre tal documento, remetido ao CF em 8 de setembro de 2016, refere-se o seguinte:

a) O modelo de Relatório segue a estrutura indicada no modelo publicado no *site* da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial, conforme orientação constante do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) – “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2015”, de 12 de fevereiro de 2016;

b) Entre outros elementos, aquele relatório presta informação sobre:

- As obrigações e responsabilidades da ML, designadamente a missão, objetivos e valores que orientam a empresa (artigo 43º do RJSPE), as políticas e linhas de ação (artigo 38º do RJSPE), com indicação dos objetivos de gestão;
- A estrutura do capital, as participações sociais e as entidades associadas à ML;
- Os Órgãos Sociais e comissões, bem como os órgãos de fiscalização (CF, ROC e Auditor Externo) conforme previsto, constatando-se que o modelo de governo societário assegura a efetiva separação entre as funções executivas e as funções de fiscalização, nos termos do artigo 30º do RJSPE;
- A Organização Interna, designadamente o controlo interno e gestão de riscos, regulamentos e códigos de conduta e de ética, deveres especiais de informação estão discriminados, bem como sobre a prestação de serviço público e a informação disponibilizada no sítio da *internet* da empresa;
- A remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como sobre as transações com partes relacionadas e outras;

c) Foi efetuada a análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental, bem como a avaliação do governo societário através de quadros síntese onde está explanada a informação para aferição do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário – artigo n.º 54º do RJSPE.

V. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 2015 (em termos individuais), foram objeto de revisão dos Auditores Externos Deloitte & Associados, SROC, SA, assim como da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), a qual de acordo com as normas legais emitiu a competente Certificação Legal das Contas (CLC). Nos documentos emitidos pela SROC e pelos Auditores Externos (relatório provisório) foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua totalidade, a concordância do Conselho Fiscal.

Na CLC, o ROC é de opinião que, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nas seguintes alíneas a), b), c) e d), as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Metropolitan de Lisboa, E.P.E., em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de

caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal:

- a) *“Na sequência da “atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML”, através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de Dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de Março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afectos à concessão, particularmente os constantes no activo da Empresa em 31 de Dezembro de 2014, caracterizados como activos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 não apresentam alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos activos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, conforme referido na Nota 36 do Anexo, em 28 de Março de 2016 o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do acto de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão. Não obtivemos informações suficientes, incluindo acesso ao referido contrato de subconcessão, que nos permitissem concluir sobre eventuais responsabilidades não registadas pelo ML decorrentes dos factos mencionados. Desta forma, não nos é possível concluir quanto aos efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.”;*
- b) *“Conforme divulgado nas Notas 3.2 e 5 do Anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de Junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de Março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o ML continua a registar todos os fluxos resultantes desta actividade em rubricas de balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no activo e no passivo. Assim, em 31 de Dezembro de 2015, o ativo não corrente compreende o montante de 4.827.118.250 euros referente aos gastos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (deduzidos dos subsídios entretanto recebidos), sendo que parte desses gastos não se classifica como activos fixos tangíveis ou intangíveis mas como créditos a receber sobre o Estado; o passivo inclui o montante de 3.794.159.525 euros (do qual 3.200.017.540 euros classificado como não corrente), relacionado com os respectivos financiamentos e outras contas a pagar. De salientar ainda, que em consequência da referida omissão contratual, os activos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML relativa à administração das actividades de*

investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.”;

- c) *“Conforme divulgado na Nota 14 do Anexo, o balanço inclui em 31 de Dezembro de 2015, na rubrica “Diferimentos activos – trabalhos por conta de terceiros”, o montante de 42.881.974 euros relativo a obras efectuadas pelo ML por conta de entidades do sector empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a facturar e as respectivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à mensuração daqueles ativos.”;*
- d) *“Em 31 de Dezembro de 2015, o balanço inclui uma participação financeira de 100% no capital da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A., mensurada pelo método de equivalência patrimonial, pelo montante de 1.335.255 euros. A Certificação Legal das Contas desta participada inclui uma ênfase relacionada com a continuidade das operações e três reservas por limitação de âmbito, cujo efeito global não foi possível quantificar. Desta forma, não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos destas situações nas demonstrações financeiras do ML em 31 de Dezembro de 2015”.*

Embora sem afetar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras, a SROC, na CLC, chama ainda a atenção para as seguintes situações:

- *As demonstrações financeiras, “foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora, em 31 de Dezembro de 2015, os capitais próprios do ML se apresentem inferiores a metade do capital social (não considerando os eventuais efeitos referidos” nas reservas atrás elencadas), “situação que determina a aplicação das disposições previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Acresce que as operações do ML têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de indemnizações compensatórias e de dotações de capital, para além de que o ativo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Consequentemente, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus ativos e a liquidação dos seus passivos está dependente da manutenção do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o sector dos transportes e do êxito a obter pelo ML nas operações a realizar no futuro.”;*
- *“As rubricas do passivo não corrente ‘Investimentos de infraestruturas de longa duração’ e ‘Provisões’ em 31 de Dezembro de 2015 incluem os montantes de 78.795.870 euros e 74.313.700 euros, respectivamente, relativos aos juros vencidos e não pagos desde Setembro de 2013 de quatro “swaps” contratados com uma instituição financeira. Esta situação decorre de orientações dadas pela tutela para suspensão dos referidos pagamentos, aguardando-se a decisão do Tribunal de Recurso (“Court of Appeal”) quanto ao processo que se encontra em curso entre o Estado Português e o Banco contraparte. De salientar ainda que, no corrente exercício, a Empresa passou a classificar na rubrica “Juros e gastos similares suportados” da demonstração dos resultados, os juros vencidos e não pagos relativos aos quatro “swaps” acima referidos.*

Consequentemente, procedeu-se à reexpressão da informação financeira relativa ao exercício de 2014, o que se traduziu no aumento da rubrica “Juros e gastos similares suportados” e na diminuição da rubrica “Provisões”, ambas da demonstração de resultados, no montante de 30.394.346 euros. Adicionalmente, o ML procedeu, em 31 de Dezembro de 2015, a um acerto de classificação dos instrumentos financeiros derivados nas rubricas ativas e passivas relacionadas com ILD (Nota 5), tendo, por esse motivo, reexpresso as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014, para fins de comparabilidade, por forma a seguir o mesmo critério de classificação. Assim sendo, o activo e o passivo em 31 de Dezembro de 2014 (reexpresso) apresentam um aumento de, aproximadamente, 26.280.160 euros, respectivamente, face às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014, aprovadas pelo Conselho de Administração.”;

- *“Conforme divulgado na Nota 1 do Anexo, as demonstrações financeiras do ML relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2014, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas Tutelas financeira e sectorial. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.”;*
- *“As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas em base individual, estando os investimentos financeiros em subsidiárias registados pelo método da equivalência patrimonial (vide Nota 3.7). O ML irá preparar demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade, tal como adoptadas na União Europeia.”;*
- *“A certificação legal das contas referente ao exercício de 2014”, emitida pela SROC “em 26 de Maio de 2015, incluía uma reserva por desacordo pelo não reconhecimento de responsabilidades relativas à participada “TREM II”. Esta reserva não se aplica ao exercício de 2015, uma vez que, conforme salientado na Nota 17 do Anexo às demonstrações financeiras, o ML registou no exercício de 2015 uma provisão para fazer face às perdas acumuladas do “TREM II”, por contrapartida da rubrica de “Resultados transitados” na parte correspondente às perdas acumuladas com referência a 31 de Dezembro de 2014 pelo montante de 26.170.944 euros, e em resultados do exercício no montante de 2.530.793 euros. De salientar que, neste caso, não se procedeu à reexpressão da informação financeira relativa ao exercício de 2014, por ser entendimento do Conselho de Administração que os efeitos dessa reexpressão não seriam materialmente relevantes.”*

No seu relatório (provisório), os Auditores Externos apresentam uma reserva não identificada na CLC, a qual passamos a transcrever:

“Subsequentemente a 31 de dezembro de 2015, a Empresa foi notificada pelas autoridades fiscais em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, para exercer direito de audição sobre um projeto de correção do relatório de inspeção. Decorrente do mesmo foi apresentada uma correção à

matéria tributável do exercício de 2014 no montante de 21.539.367 Euros. Não obtivemos informações suficientes, até à presente data, que nos permitisse concluir sobre os eventuais efeitos deste assunto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, relativamente ao qual não se encontra registada qualquer provisão naquela data."

VI. Situação económica e financeira

De acordo com a demonstração de resultados a empresa apresentou em 2015 um resultado líquido negativo de 65,1 milhões de euros, representando um agravamento de 14,3 milhões de euros face ao prejuízo de 50,8 milhões de euros registado em 2014, o qual resultou das evoluções desfavoráveis dos resultados operacionais e dos resultados financeiros.

O agravamento dos resultados operacionais em 8,3 milhões de euros (passando de 5,2 milhões de euros negativos para 13,6 milhões de euros negativos), decorreu essencialmente da conjugação dos seguintes fatores:

- Diminuição das receitas de serviço público pelo efeito conjugado do aumento dos proveitos referentes a passes e bilhetes (+2,1 milhões de euros) e da diminuição dos subsídios à exploração, sobretudo pela não atribuição, em 2015, das compensações financeiras do Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável para financiar parcialmente as operações em cumprimento de obrigações de serviço público, que em 2014 ainda representaram cerca de 28,0 milhões de euros;
- Variação positiva dos aumentos do justo valor em cerca de 9,5 milhões de euros, relacionados essencialmente com os contratos de *swap* ainda ativos;
- Evolução favorável dos gastos operacionais, mantendo a tendência de decréscimo, traduzida numa redução de cerca de 11,7 milhões de euros, realçando-se os gastos com o pessoal (-1,6 milhões de euros) e as perdas em sociedades subsidiárias / participadas (-15,6 milhões de euros), e apesar do reconhecimento de custos relativos a exercícios anteriores no valor de 11,8 milhões de euros com os projetos de várias estações de metropolitano.

Relativamente aos resultados financeiros o agravamento em 6,0 milhões de euros (cujo valor negativo aumentou de 45,5 milhões de euros para 51,5 milhões de euros), decorreu exclusivamente da redução dos rendimentos financeiros em 6,3 milhões de euros (-83,5%), já que os encargos financeiros diminuíram 0,3 milhões de euros (-0,5%), continuando a ML a ser financiada pelo Estado Português.

Apesar da evolução desfavorável dos resultados, a situação financeira da ML melhorou, passando os capitais próprios de 9,4 milhões de euros para 107,2 milhões de euros, por via dos aumentos de capital (por conversão de créditos e entradas de numerário) ocorridos no exercício.

Neste contexto, salienta-se a incapacidade da ML em gerar receitas próprias suficientes para assegurar a sua atividade, bem como o facto dos seus capitais próprios continuarem inferiores ao capital social, tornando premente a manutenção das medidas de racionalização económica e financeira tomadas nos últimos anos, com vista ao aumento das receitas e à redução dos gastos operacionais.

VII. Parecer

Atento ao exposto nos pontos anteriores, e às considerações enunciadas nos documentos citados, relativas à atividade da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., durante o exercício de 2015, o Conselho Fiscal é de Parecer que:

1. O Relatório do Conselho de Administração encontra-se corretamente elaborado, respeitando as orientações legais e estatutárias, evidenciando os aspetos mais relevantes ocorridos na gestão da empresa durante o exercício;
2. A empresa desenvolveu as ações necessárias para o cumprimento das boas práticas do governo societário nos termos do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Deste modo, no âmbito do modelo de governo do sector empresarial do Estado, durante a gestão de 2015 a ML atuou num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade de serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas;
3. O Relatório menciona o regime jurídico aplicado em matéria de aquisição de bens e serviços;
4. Sujeito ao efeito das Reservas expressas na Certificação Legal das Contas, o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o anexo às demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em 31 de dezembro de 2015.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., emite formalmente PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Relatório do Conselho de Administração, e das demonstrações financeiras e respetivo anexo respeitantes ao exercício de 2015, concordando, também, com a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal, regista ainda com muito apreço a colaboração e a atenção dispensada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, não só pelos responsáveis pelas Direções e Serviços, como pela generalidade dos colaboradores da ML, que teve necessidade de contactar, no desempenho das suas atribuições.

Lisboa, 30 de setembro de 2016,

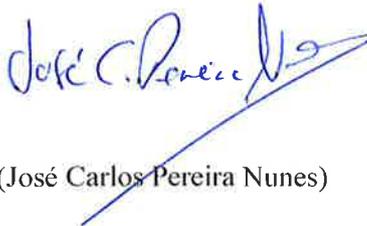
O Conselho Fiscal

Presidente



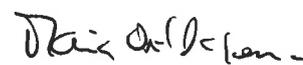
(José Emílio Castel-Branco)

Vogal efetivo



(José Carlos Pereira Nunes)

Vogal efetiva



(Maria Onilda Sousa)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Metropolitano de Lisboa, E.P.E.** (ML), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 5.170.289.493 euros e um total de capital próprio de 107.236.542 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 65.143.882 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do ML, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações mencionadas nos parágrafos 7 a 10, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



AC

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Na sequência da “atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML”, através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de Dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de Março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afectos à concessão, particularmente os constantes no activo da Empresa em 31 de Dezembro de 2014, caracterizados como activos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015 não apresentam alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos activos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, conforme referido na Nota 36 do Anexo, em 28 de Março de 2016 o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do acto de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à



AC

anulação do correspondente contrato de subconcessão. Não obtivemos informações suficientes, incluindo acesso ao referido contrato de subconcessão, que nos permitissem concluir sobre eventuais responsabilidades não registadas pelo ML decorrentes dos factos mencionados. Desta forma, não nos é possível concluir quanto aos efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

8. Conforme divulgado nas Notas 3.2 e 5 do Anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de Junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afectos às suas actividades. Não obstante a celebração, em 23 de Março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o ML continua a registar todos os fluxos resultantes desta actividade em rubricas de balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no activo e no passivo. Assim, em 31 de Dezembro de 2015, o activo não corrente compreende o montante de 4.827.118.250 euros referente aos gastos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (deduzidos dos subsídios entretanto recebidos), sendo que parte desses gastos não se classifica como activos fixos tangíveis ou intangíveis mas como créditos a receber sobre o Estado; o passivo inclui o montante de 3.794.159.525 euros (do qual 3.200.017.540 euros classificado como não corrente), relacionado com os respectivos financiamentos e outras contas a pagar. De salientar ainda, que em consequência da referida omissão contratual, os activos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adoptada pelo ML relativa à administração das actividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.



AC

9. Conforme divulgado na Nota 14 do Anexo, o balanço inclui em 31 de Dezembro de 2015, na rubrica “Diferimentos activos – trabalhos por conta de terceiros”, o montante de 42.881.974 euros relativo a obras efectuadas pelo ML por conta de entidades do sector empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a facturar e as respectivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à mensuração daqueles activos.
10. Em 31 de Dezembro de 2015, o balanço inclui uma participação financeira de 100% no capital da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A., mensurada pelo método de equivalência patrimonial, pelo montante de 1.335.255 euros. A Certificação Legal das Contas desta participada inclui uma ênfase relacionada com a continuidade das operações e três reservas por limitação de âmbito, cujo efeito global não foi possível quantificar. Desta forma, não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos destas situações nas demonstrações financeiras do ML em 31 de Dezembro de 2015.

Opinião

11. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 10, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

12. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo 11, chamamos a atenção para as seguintes situações:
 - 12.1. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora, em 31 de Dezembro de 2015, os



AC

capitais próprios do ML se apresentem inferiores a metade do capital social (não considerando os eventuais efeitos referidos nos parágrafos 7 a 10), situação que determina a aplicação das disposições previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Acresce que as operações do ML têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de indemnizações compensatórias e de dotações de capital, para além de que o activo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Consequentemente, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos está dependente da manutenção do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o sector dos transportes e do êxito a obter pelo ML nas operações a realizar no futuro.

12.2. As rubricas do passivo não corrente 'Investimentos de infraestruturas de longa duração' e 'Provisões' em 31 de Dezembro de 2015 incluem os montantes de 78.795.870 euros e 74.313.700 euros, respectivamente, relativos aos juros vencidos e não pagos desde Setembro de 2013 de quatro "swaps" contratados com uma instituição financeira. Esta situação decorre de orientações dadas pela tutela para suspensão dos referidos pagamentos, aguardando-se a decisão do Tribunal de Recurso ("Court of Appeal") quanto ao processo que se encontra em curso entre o Estado Português e o Banco contraparte. De salientar ainda que, no corrente exercício, a Empresa passou a classificar na rubrica "Juros e gastos similares suportados" da demonstração dos resultados, os juros vencidos e não pagos relativos aos quatro "swaps" acima referidos. Consequentemente, procedeu-se à reexpressão da informação financeira relativa ao exercício de 2014, o que se traduziu no aumento da rubrica "Juros e gastos similares suportados" e na diminuição da rubrica "Provisões", ambas da demonstração dos resultados, no montante de 30.394.346 euros. Adicionalmente, o ML procedeu, em 31 de Dezembro de 2015, a um acerto de classificação dos instrumentos financeiros derivados nas rubricas ativas e passivas relacionadas com ILD (Nota 5), tendo, por esse motivo, reexpresso as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014, para fins de comparabilidade, por forma a seguir o mesmo critério de classificação. Assim sendo, o activo e o passivo em 31 de Dezembro de 2014 (reexpresso) apresentam um aumento de, aproximadamente, 26.280.160 euros, respectivamente, face às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014, aprovadas pelo Conselho de Administração.

12.3. Conforme divulgado na Nota 1 do Anexo, as demonstrações financeiras do ML relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2014, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas Tutelas financeira e sectorial. O Conselho de



Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respectivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

12.4. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas em base individual, estando os investimentos financeiros em subsidiárias registados pelo método da equivalência patrimonial (vide Nota 3.7). O ML irá preparar demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade, tal como adoptadas na União Europeia.

12.5. A certificação legal das contas referente ao exercício de 2014, por nós emitida em 26 de Maio de 2015, incluía uma reserva por desacordo pelo não reconhecimento de responsabilidades relativas à participada “TREM II”. Esta reserva não se aplica ao exercício de 2015, uma vez que, conforme salientado na Nota 17 do Anexo às demonstrações financeiras, o ML registou no exercício de 2015 uma provisão para fazer face às perdas acumuladas do “TREM II”, por contrapartida da rubrica de “Resultados transitados” na parte correspondente às perdas acumuladas com referência a 31 de Dezembro de 2014 pelo montante de 26.170.944 euros, e em resultados do exercício no montante de 2.530.793 euros. De salientar que, neste caso, não se procedeu à reexpressão da informação financeira relativa ao exercício de 2014, por ser entendimento do Conselho de Administração que os efeitos dessa reexpressão não seriam materialmente relevantes.

Relato sobre outros requisitos legais

13. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 30 de Setembro de 2016

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha

**Metropolitano de Lisboa,
E.P.E.**

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2015
acompanhadas do Relatório
de Auditoria**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. ("Empresa" ou "Entidade"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 5.170.289.493 euros e um total de capital próprio negativo de 107.236.542 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 65.143.882 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na seção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, para os efeitos referidos no primeiro parágrafo da seção "Ênfases" abaixo, a posição do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de dezembro de 2015 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Conforme indicado nas Notas 3.2. e 5 do anexo às demonstrações financeiras, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., tendo esta Empresa, de acordo com os seus estatutos, a responsabilidade de administrar os bens de domínio público afetos às suas atividades. Face à inexistência de disposição contratual que definisse os termos deste relacionamento entre o Estado Português e a Empresa, esta tem vindo a construir, explorar e a obter o financiamento, por conta do Estado Português, das ILD que explora, seguindo o procedimento de registar todos os custos de construção e gastos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD no seu ativo, bem como todos os pagamentos efetuados por dívidas relacionadas com ILD, referenciando-os como "Investimentos de infraestruturas de longa duração" no ativo não corrente (4.827.118.250 Euros em 31 de dezembro de 2015) assumindo o princípio de que estes montantes serão reembolsados, na sua totalidade, pelo Estado Português e os respetivos financiamentos e outras contas a pagar com eles relacionados no seu passivo referenciando-os como "Investimentos de infraestruturas de longa duração" no passivo corrente e não corrente (3.200.017.540 Euros e 594.141.986 Euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2015). A nossa análise dos montantes incluídos no ativo da Empresa referenciados como investimentos de infraestruturas de longa duração, revelou que os mesmos incluem, em 31 de dezembro de 2015: (i) gastos departamentais (internos) no montante de 78.287.727 Euros (75.156.933 Euros em 31 de dezembro de 2014) (Nota 5.1); (ii) valorização líquida em instrumentos financeiros derivados com referência a 31 de dezembro de 2015, no montante de 564.081.479 Euros (614.683.586 Euros em 31 de dezembro de 2014) (Nota 5.4); (iii) provisões no montante de 100.522.278 Euros (47.815.256 Euros em 31 de dezembro de 2014) (Nota 5.4.1); (iv) gastos com empréstimos obtidos para financiar os ILD e perdas líquidas em instrumentos financeiros derivados no montante total de 2.020.446.451 Euros (1.913.044.361 Euros em 31 de dezembro de 2014) (Nota 5.4), que de acordo com os princípios contabilísticos em vigor não são suscetíveis de ser incluídos no custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis (ILD) mas apenas como conta a receber do Estado Português em virtude da assunção feita pela Empresa, na ausência de qualquer contratualização da natureza dos gastos a reembolsar pelo mesmo, relacionados com a construção e financiamento das ILD. Por outro lado, por não se encontrar definido (contratualizado), a Empresa não tem vindo a registar qualquer gasto associado à utilização, na sua

R

atividade, daquelas infraestruturas, a título da sua amortização ou do seu arrendamento. Nestas circunstâncias a adequabilidade do resultado do exercício de 2015 e de exercícios anteriores, bem como a recuperação da totalidade dos montantes referenciados como investimentos de infraestruturas de longa duração, incluídos no ativo da Empresa em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão dependentes da contratualização pelo Estado Português das condições de construção, financiamento e exploração das ILD pela Empresa e da aceitação pelo Estado Português das assunções efetuadas pela Empresa relativamente a estas ILD. Importa ainda referir que, embora, em 23 de março de 2015, a Empresa tenha celebrado com o Estado Português, um contrato de concessão de serviços público de transporte de passageiros por metropolitano, cujo prazo termina em 1 de julho de 2024 (Nota Introdutória), este contrato de concessão, que compreende a universalidade dos bens afetos à mesma, incluindo, assim os ILD, é omissivo quanto aos termos e condições do relacionamento entre o Estado Português e a Empresa no que respeita à posse e utilização dos mesmos, incluindo aqueles que anteriormente não estavam incluídos nos ILD. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 não apresentam qualquer alteração de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos caracterizados como ativos de concessão (incluindo os ILD), bem como outros eventuais efeitos decorrentes daquele contrato de concessão. Acresce ainda referir que, conforme indicado na Nota 35, em 28 de março de 2016, a Empresa procedeu à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo ao contrato de subconcessão da atividade desenvolvida pela Empresa a terceiros, o qual havia sido adjudicado no decurso do exercício de 2015. Não obtivemos informações, incluindo acesso ao referido contrato de subconcessão, que nos permitisse concluir sobre eventuais responsabilidades não registadas pela Empresa decorrentes daquela anulação. Desta forma, mantendo-se por contratualizar as condições relativas aos ILD, incluindo a sua aplicação retrospectiva e as novas condições quanto aos restantes bens da Empresa, a que acresce o facto de o Estado Português, único detentor do capital da Empresa, não ter aprovado as suas contas relativas aos exercícios de 2013 e 2014, não nos é possível concluir quanto à existência de eventuais ajustamentos ao montante dos ativos referenciados como ILD em 31 de dezembro de 2015 ou em resultado da expropriação de outros ativos, em 2015, da propriedade da Empresa ou de ajustamentos daí decorrentes no montante dos resultados do exercício de 2015 ou de exercícios anteriores. De igual forma, não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos não registados decorrentes da anulação do contrato de subconcessão celebrado em 2015.

O balanço inclui em 31 de dezembro de 2015 na rubrica de "Diferimentos ativos – Trabalhos por conta de terceiros" (Nota 14) o montante de 42.881.974 Euros (54.651.573 Euros em 31 de dezembro de 2014, do qual foram registados perdas, na demonstração dos resultados de 2015 no montante de 11.776.855 Euros (Nota 30)), referente a obras efetuadas pela Empresa por conta de outras entidades públicas, ainda não faturadas à data deste relatório e para as quais não se encontram ainda acordados e formalizados os seus preços e condições de faturação, apesar da sua elevada antiguidade. Não obtivemos informação suficiente que nos permitisse concluir sobre os efeitos destes assuntos nos componentes das demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de "Participações financeiras" no montante de 3.877.027 Euros inclui uma participação financeira na subsidiária Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. ("Ferconsult") representativa de 100% do seu capital, que se encontra reconhecida no balanço de acordo com o método de equivalência patrimonial, pelo montante de 1.335.255 Euros (2.936.887 Euros em 31 de dezembro de 2014). A Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 da Ferconsult, datada de 30 de Maio de 2016, emitida por outra sociedade de revisores oficiais de contas, contém: (i) uma ênfase relacionada com a continuidade das operações; e (ii) reservas por limitação de âmbito, cujo efeito global não foi quantificado e consequentemente tomado em consideração pela Empresa na aplicação da equivalência patrimonial e no registo de eventuais provisões para fazer face a responsabilidades com aquela subsidiária. Adicionalmente, conforme mencionado na Nota 32, a Empresa mantém, em 31 de dezembro de 2015, uma conta a receber daquela subsidiária no montante de 2.293.783 Euros. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2015.

R

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo na seção "Opinião com reservas", referem-se à atividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado no terceiro parágrafo na seção "Bases para opinião com reservas", e nas Notas 3.8) e 9 do Anexo, os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial. A Empresa irá preparar demonstrações financeiras consolidadas que melhor apresentam a posição financeira, o resultado das operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa do conjunto formado pela Empresa, suas subsidiárias e associadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, para aprovação e publicação em separado.

As demonstrações financeiras da Empresa do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2014, não foram ainda objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela. O Conselho de Administração da Empresa procedeu ao registo contabilístico da aplicação do resultado daqueles exercícios, conforme a proposta incluída no seu Relatório de Gestão sobre aqueles exercícios, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

No decurso do exercício de 2015 a Empresa passou a classificar na rubrica "Juros e gastos similares suportados" da demonstração dos resultados, os juros vencidos e não pagos relativos aos instrumentos financeiros derivados referidos na seção "Continuidade" abaixo. Desta forma, para fins de comparabilidade, a demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi reexpressa, tendo consistido no aumento da rubrica de "Juros e gastos similares suportados" e na diminuição da rubrica de "Provisões" no montante de 30.394.346 Euros, sem impacto no balanço em 31 de dezembro de 2014. Adicionalmente, a Empresa procedeu, em 31 de dezembro de 2015, a um acerto de classificação dos instrumentos financeiros derivados nas rubricas ativas e passivas relacionadas com ILD (Nota 5), tendo, por esse motivo, reexpresso as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, para fins de comparabilidade, por forma a seguir o mesmo critério de classificação. Assim sendo, o ativo e o passivo em 31 de dezembro de 2014 (reexpresso) apresentam um aumento de, aproximadamente, 26.280.160 euros, respetivamente, face às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014, aprovadas pelo Conselho de Administração. Estas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 (aprovadas) foram por nós examinadas e o nosso Relatório de Auditoria, datado de 29 de maio de 2015, inclui três reservas similares às mencionadas nos parágrafos primeiro a terceiro da seção "Bases para opinião com reservas" e uma reserva por desacordo relativa ao não reconhecimento das responsabilidades inerentes ao Trem II, ACE, a qual foi resolvida no decurso do exercício de 2015 mediante o registo de uma provisão, no montante de, aproximadamente, 26.170.000 Euros (Nota 17) por contrapartida direta de resultados transitados (não tendo, contudo, sido efetuada a respetiva reexpressão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, para fins de comparabilidade, por ser entendimento do Conselho de Administração que, neste caso, os efeitos dessa reexpressão não seriam materialmente relevantes).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Continuidade

Tal como referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, a Entidade prepara as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que a Entidade disponha de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tem intenção de cessar as atividades no curto prazo.

Com base no nosso trabalho, informamos que, conforme referido na Nota 26 do Anexo, a Empresa registou como rendimento do exercício de 2015, subsídios à exploração no montante de 1.847.805 Euros (34.878.374 Euros em 2014), resultantes, fundamentalmente, da prestação de um serviço público subordinado a tarifas administrativamente impostas. Estas indemnizações são insuficientes para compensar os gastos operacionais e financeiros registados na demonstração dos resultados da Empresa, pelo que o prejuízo do exercício de 2015 ascendeu a 65.143.882 Euros (50.837.742 Euros em 2014). As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, embora, em 31 de dezembro de 2015: (i) o capital próprio da Empresa é manifestamente inferior ao capital social, não considerando os efeitos das matérias referidas na seção "Bases para opinião com reservas", situação que determina a aplicação à Empresa do disposto nos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais, não se encontrando a Empresa a cumprir com estas disposições; (ii) o passivo corrente - que inclui financiamentos obtidos no montante de 999.077.388 Euros (473.497.460 Euros em 31 de dezembro de 2014) (Notas 5 e 18) e contas a pagar relativas a juros incorridos e não pagos, no montante de 74.939.129 Euros (44.360.467 Euros em 31 de dezembro de 2014) (Notas 5 e 23) - excede manifestamente o valor do ativo corrente; e (iii) as rubricas de "Provisões" e de "Investimentos de infraestruturas de longa duração - passivo corrente" incluem, respetivamente, os montantes de, aproximadamente, 76.209.000 e 80.806.000 Euros (41.394.000 Euros e 38.220.000 Euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2014), relativo às responsabilidades vencidas de quatro instrumentos financeiros derivados (Notas 5.4.1 e 17), cujo pagamento se encontra suspenso, por decisão da Tutela e do Estado Português, e que, relativamente ao qual decorre um processo num Tribunal em Londres interposto contra a Empresa (Nota 17), cujo desfecho em primeira instância foi desfavorável à Empresa e sobre o qual a mesma apresentou recurso da decisão proferida. Face ao exposto, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus ativos e a liquidação e classificação dos seus passivos mantém-se dependente do suporte financeiro do detentor de capital da Empresa (Estado Português), da estratégia para o setor dos transportes em Portugal e do sucesso das operações futuras da Empresa.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão:

- a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- a elaboração do relatório de gestão e do relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares;
- a criação, e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a posição financeira ou os resultados da Entidade; e
- a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das operações.

2

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório profissional e independente baseado na nossa auditoria que inclui a nossa opinião. Incluem-se nas nossas responsabilidades:

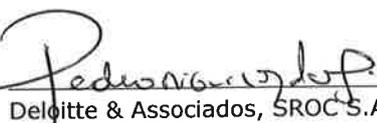
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se as políticas contabilísticas adotadas são adequadas e a sua divulgação apropriada tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES Sobre o relatório de gestão e sobre o relatório de governo societário

Em nossa opinião: (i) o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais; e (ii) o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo.

Lisboa, 14 de outubro de 2016



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes